

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM

MARCELO SENA

EM NOME DO PADRE, DO JORNAL E DO GOLPE:
a intriga de 1964 em O Arquidiocesano

Mariana - MG

2019

MARCELO SENA

EM NOME DO PADRE, DO JORNAL E DO GOLPE:

a intriga de 1964 em O Arquidiocesano

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGCOM-UFOP) para aprovação em exame de defesa, requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação e temporalidades.

Linha de pesquisa: Práticas comunicacionais e tempo social.

Orientadora: Profa. Dra. Juçara Gorski Brittes

Mariana - MG

2019

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S474e Sena, Marcelo Augusto Barbosa .

Em nome do padre, do jornal e do golpe [manuscrito]: a intriga de 1964 em O Arquidiocesano. / Marcelo Augusto Barbosa Sena. - 2019. 106 f.: il.: color., gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. JUÇARA GORSKI BRITTES.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação e Temporalidades.

1. Igreja Católica. Arquidiocese de Mariana (MG). Arcebispo (1960-1988 : Oscar de Oliveira). 2. Golpes de Estado. 3. Imprensa católica. 4. Jornalismo - Aspectos políticos. 5. Narrativa (Retórica). 6. Governo militar - Brasil. I. BRITTES, JUÇARA GORSKI. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

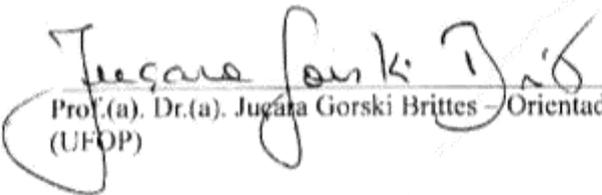
CDU 316.77

Marcelo Augusto Barbosa Sena

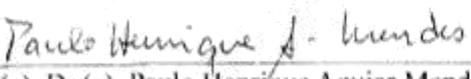
EM NOME DO PADRE, DO JORNAL E DO GOLPE: A INTRIGA
DE 1964 EM O ARQUIDIOCESANO

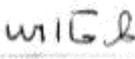
Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
(ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre(a)
em Comunicação, aprovado em 19 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora:


Prof.(a). Dr.(a). Jucara Gorski Brittes - Orientador(a)
(UFOP)


Prof.(a). Dr.(a). Denis Porto Renó (UNESP)


Prof.(a). Dr.(a). Paulo Henrique Aguiar Mendes (UFOP)


Prof.(a). Dr.(a). William Augusto Menezes (UFOP)

AGRADECIMENTOS

Primeiro, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGCOM/UFOP) pela oportunidade de cursar e pesquisar tal tema de forma gratuita e com todo o suporte técnico e metodológico necessário, em especial à Renata, sempre solícita.

Aos arquivos: Arquivo Eclesiástico da Cúria Metropolitana de Mariana e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, pela preservação e disponibilização dos acervos.

À professora Juçara, pelo apoio, orientação e acolhida ininterruptos nestes sete anos de parceria e cuidado.

Ao professor William Menezes, que nos acompanha desde 2014 nessa trajetória e acrescenta-nos sempre com seus conhecimentos sobre o mundo das letras e linguagens.

Ao professor Paulo Aguiar, por abrir caminhos acadêmicos em terrenos ainda desconhecidos para este jovem pesquisador da Comunicação

Ao professor Luiz Motta que, de prontidão, apoiou-nos com sua atenção e didática exemplares.

Ao professor Cláudio Coração, pela doação dos três tomos de *Tempo e Narrativa*, de Paul Ricoeur.

Ao professor Mateus Pereira, pelas contribuições teóricas no campo da História e Historiografia, sobretudo quanto à memória do golpe de Estado de 1964.

Ao Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho, por mostrar-se sempre disponível para compartilhar suas memórias vivas sobre a Arquidiocese de Mariana e o jornal O Arquidiocesano.

Ao amigo e irmão de Rep. Orfanato, Tércio Veloso, por me apresentar o discurso anticomunista de O Arquidiocesano.

Aos meus pais, pela educação que me deram e segurança de que serei sempre apoiado nos caminhos que decidir percorrer.

À Luisa, pela compreensão, carinho, amor e paciência que me fazem sentir amado e bem quisto todos os dias.

À Cida, que não me deixa esquecer que amigos estão sempre prontos para ajudar.

A Mussum, Brisa e Leydinha, que me ensinaram e me ensinam constantemente o sentido de amor incondicional.

Ao Tipiti, que é a melhor ilustração do que eu entendo como “lar”.

“As narrativas criam o ontem, fazem o hoje acontecer e justificam a espera do amanhã”.

- Luiz Gonzaga Motta

RESUMO

Esta pesquisa analisa a comunicação narrativa percebida a partir de publicações anticomunistas do jornal O Arquidiocesano durante a década de 1960, tendo como clímax da tensão o golpe de Estado de 1964. Para isso, é trabalhada a tessitura da intriga proposta por Paul Ricoeur (2012) tanto para compreender o conceito de narrativa quanto para desenvolver a arquitetura da análise. Nos textos, é desenvolvido um olhar para as vozes narrativas a partir do que diz Luiz Gonzaga Motta (2013).

Palavras-chave: Narrativa, Jornalismo, golpe de Estado de 1964, Igreja Católica, Arquidiocese de Mariana.

ABSTRACT

This research analyzes the narrative communication perceived through the anti-communist publications of the newspaper O Arquidiocesano during the 1960s, climaxing on the tension of the 1964 coup d'état. To do so, we worked on the weaving of intrigue proposed by Paul Ricoeur (2012) to understand the concept of narrative and develop the architecture of the analysis. In the texts, we contemplate the narrative voices, based on the ideas of Luiz Gonzaga Motta (2013).

Keywords: Narrative, Journalism, 1964 coup d'état, Catholic Church, Archdiocese of Mariana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de palavras que ilustra o imaginário comunista no jornal O Arquidiocesano	59
Figura 2 - Diagrama dos níveis de poder na narração jornalística	69

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Incidência de textos anticomunistas entre dezembro de 1963 e dezembro de 1964	60
Gráfico 2 - Gráfico apresentado por Luiz Motta sobre o eixo de tensão dramática da narrativa	61

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

AEF – Aliança Eleitoral pela Família

AHCMM – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

AI – Atos institucionais

CIA – Central Intelligence Agency

CNBB – Confederao Nacional dos Bispos do Brasil

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentao de História Contemporânea do Brasil

EUA – Estados Unidos da América

PPGCOM/UFOP – Programa de Pós-Graduao em Comunicao da Universidade Federal de Ouro Preto

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

PREÂMBULO. PARA COMEÇO DE CONVERSA	11
1 APRESENTAÇÃO.....	13
1.1 Objeto	14
1.2 Objetivo	16
1.2.1 Objetivos específicos.....	16
1.3 Metodologia.....	17
1.4 Arquitetura do trabalho.....	18
2 O MUNDO PREFIGURADO.....	20
2.1 O século XX	22
2.1.1 O golpe de Estado de 1964 e o anticomunismo no Brasil	27
2.2 A Igreja Católica no Brasil	32
2.3 A imprensa e o golpe de 1964.....	38
3 A MIMESIS II: OS TEXTOS	45
3.1 Do quanti ao quali	59
3.2 Análise crítica da narrativa	62
3.2.1 As vozes e personagens	68
3.3 Uma possível interpretação dos dados	72
3.3.1 “Comunismo, Religião e Pátria”: o início da tensão	75
3.3.2 “Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista”: o clímax	76
3.3.3 “Revolução Necessária”: o desfecho	77
4 REFIGURAÇÕES	79
REFERÊNCIAS	86
ANEXOS	88
ANEXO A - Primeira página do Jornal O Arquidiocesano, edição 230, de 9 de fevereiro de 1964	88
ANEXO B - Ilustração presente na página 4 da edição 238, de 5 de abril de 1964.....	95
ANEXO C - Mapa da Arquidiocese de Mariana (extraído do <i>site</i> da instituição em junho de 2019).....	96
ANEXO D - Página 4 da edição 240, de 19 de abril de 1964	97
ANEXO E - Transcrição do Programa da Frente Progressista de apoio às Reformas de Base divulgado em 6 de fevereiro de 1964	101

PREÂMBULO. PARA COMEÇO DE *CONVERSA*

Escrevo, antes de tudo, para não morrer. Não digo sobre ficar eternizado por meio de minhas narrativas, ainda que imagine o poder delas. Falo sobre suportar o caos dos nossos tempos. Sobre dar sentido à vida. Contra as intempéries mentais que me atordoam diante de tantas assimetrias sociais que nos atravessam. Escrevo, portanto e em primeiro lugar, para manter-me vivo e com os miolos no lugar. Se a narrativa tem o poder de organizar o tempo e o mundo, como me ensinaram Ricoeur (2012) e Motta (2013), a minha contribui para organizar o meu mundo e as minhas vivências no tempo.

Quando penso que todos os sintomas psíquicos são sintomas sociais (KEHL, 2009), torço para que a lógica inversa também se aplique: que as minhas soluções psíquicas contribuam para que as nossas vivências coletivas sejam menos árduas. Além dos agradecimentos, somente aqui uso a primeira pessoa do singular. Isso, por dois motivos: além falar sobre um processo muito particular de escrita e sobrevivência, preferi valorizar o caráter dialético que faz da leitura uma *conversa* que transforma mundos e tempos.

Agora que eu te disse isso, se você ainda quiser, podemos continuar a nossa conversa. Adotamos a perspectiva de que o nosso texto promove uma mediação simbólica entre o mundo prefigurado no qual estamos (pesquisador e orientadora) inseridos e o mundo a ser refigurado a partir dos leitores desta análise.

Para isso, nos aprofundamos nas aproximações de “Tempo e Narrativa” que faz Paul Ricoeur (RICOEUR, 2012) em seus três tomos: Tomo I: A intriga e a narrativa histórica; Tomo II: A configuração do tempo na narrativa de ficção; e Tomo III: O tempo narrado. As preocupações que envolvem a ação humana e o tempo são reflexões que o autor faz a partir das “Confissões do Tempo” de Santo Agostinho. O autor discute essas aporias ao relacioná-las com a *Poética* de Aristóteles, que entende a tragédia como uma mediação entre o mundo do compositor e o mundo do leitor, ou entre o “antes e o depois da configuração” (RICOEUR, 2012, p. 112).

A lógica narrativa de Ricoeur se constrói por meio de uma *intriga*, termo absorvido dessa poética aristotélica. A intriga ricoeuriana é uma representação da ação e da experiência humanas, tecida por meio da linguagem. Ela se desenvolve a partir de uma tríplice mimese, na qual o texto (mimese II) é a instância mediadora entre o mundo prefigurado (mimese I) e o mundo refigurado a partir da ação do leitor (mimese III).

Ousar remontar uma intriga como proporemos adiante é reconhecer que toda narrativa – pelo menos as que pretendem reconstituir um acontecimento histórico – é um ato

de violência. Inclusive a nossa. Narrar é encher de subjetividades um fato. É recortá-lo, espremê-lo, traduzi-lo, interpretá-lo, na intenção de fazê-lo caber na história. É impor as limitações da linguagem e do mundo do narrador a seres e situações complexos o suficiente para não caberem inteiros em uma situação narrativa.

Ao contrário do que possa parecer, as considerações acima são fundamentais para tecermos as delimitações teóricas que inscrevem este trabalho nos estudos sobre a memória do golpe de Estado de 1964. Quando destacamos a atuação do narrador na construção das narrativas não-ficcionais, não estamos invalidando o trabalho de historiadores, jornalistas e pesquisadores que trazem à tona aspectos desconhecidos de determinado acontecimento. O que fazemos é afirmar que *só* temos acesso aos acontecimentos históricos que buscamos por meio das narrativas. Ou, nas palavras de Paul Ricoeur (2012, p. 85), “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo”. Trazemos, então, a intencionalidade do narrador para o protagonismo de uma análise que defende a narrativa como uma “guardiã da memória” (RICOEUR, 2012, p. 411). Como nos lembrou o professor William Menezes no exame de qualificação, além de um ato de violência, esta narrativa é um convite à leitura, à refiguração e, portanto, um convite ao conhecimento.

O quase paradoxo de nossa argumentação narrativa

Esta narrativa, por sua vez, não é ingênua e é a materialização de uma argumentação por meio de um texto – neste caso, por meio de uma dissertação de mestrado. Isso propicia que deixemos alguns rastros de nossas defesas também nos caracteres escolhidos para compor estas páginas. Nem sempre intencionais, decidimos, por fim, evidenciar um pequeno vestígio sobre nossas escolhas que deixamos transparecer.

Deixaremos, portanto, algo relacionado à denominação do evento. Antecipando à disputa sobre os termos “golpe militar”, “golpe civil-militar” ou “Revolução”, estacionamos nosso argumento no termo “golpe de Estado de 1964” grafado com letra minúscula. Trata-se de uma escolha, pois defendemos que golpes que vertiginem a democracia (como os de 1964 e 2016, por exemplo) não mereçam qualquer reconhecimento e exaltação. Outros rastros como o citado poderão ser percebidos ao longo da leitura da dissertação e esperamos que essa informação sirva de gatilho para que o trabalho seja acompanhado por olhos bastante atentos e fortes.

1 APRESENTAÇÃO

O golpe de Estado que depôs o então presidente da República João Goulart (Jango) em 1964 simboliza o início de uma ditadura que duraria 21 anos no Brasil. Ainda que parte dos pensadores e professores de história tenham assumido a convenção de denominar esse marco como “golpe militar de 1964”, a participação de setores da sociedade civil – como empresários, políticos, religiosos e representantes da imprensa, por exemplo – contribuiu para o surgimento de outras formas de interpretação dos acontecimentos relacionados ao fenômeno.

É o caso do historiador Carlos Fico que, em *Além do Golpe* (FICO, 2004), nos apresenta as Marchas da Família com Deus pela Liberdade ocorridas em 1964 e renomeadas, após a tomada de poder, como “Marchas da Vitória”. As passeatas eram organizadas por empresários e membros de posições de destaque da hierarquia da Igreja Católica no Brasil. O objetivo dos eventos era defender o país de uma ameaça comunista que supostamente se aproximava por meio da gestão de Jango.

Fico (2004) aponta que, entre os dias 19 de março e 8 de junho de 1964, foram realizadas 52 marchas em nove estados brasileiros e no Distrito Federal. O autor também reproduz uma matéria do jornal O Globo, de 28 de março de 1964, cujo título era: “Na Marcha da Família o carioca expressará o seu repúdio ao comunismo”. A marcha do Rio de Janeiro teria reunido aproximadamente 500 mil pessoas. A participação massiva de católicos, liderados e incentivados por políticos, empresários e setores conservadores da Igreja e da imprensa faz com abordemos o golpe a partir de uma perspectiva (por ora) “midiática-civil-militar” (SILVA, 2014).

Assim, é possível que o golpe de Estado de 1964 seja observado em diversas perspectivas historiográficas, comunicacionais e hermenêuticas. Ao constatarmos, por exemplo, a participação de veículos de comunicação no clima que culmina na deposição de João Goulart, abrimos espaço para compreender as operações discursivas utilizadas por esses jornais para legitimar a interrupção abrupta do mandato presidencial. Do mesmo modo, quando percebemos setores influentes da Igreja Católica convocando seus fiéis a marcharem em defesa da família e contra o comunismo – e depois em comemoração à “vitória” dos golpistas –, uma abordagem possível consiste na análise dos rastros e vestígios oriundos da narrativa presente em seus comunicados oficiais.

1.1 Objeto

A utilização dos exemplos anteriores não é vã. É justamente de uma congruência entre aspectos jornalísticos e religiosos do movimento pró-golpe que surge o objeto desta pesquisa: as publicações anticomunistas do jornal O Arquidiocesano – Órgão Oficial da Arquidiocese de Mariana em 1964.

Fundado em 1959 pelo então Arcebispo Coadjutor de Mariana, Dom Oscar de Oliveira, o jornal era veiculado semanalmente e poderia ser adquirido por meio de assinaturas mensais ou vendas avulsas. As assinaturas eram oriundas de dezenas de cidades que compunham a Arquidiocese de Mariana, como Viçosa, Governador Valadares, Caratinga, Juiz de Fora, Barbacena, Ouro Preto, Raul Soares, entre outras.¹ A partir da edição 59, de 30 de outubro de 1960, o jornal anuncia a marca alcançada de 6 mil tiragens por edição².

A primeira publicação anticomunista do jornal O Arquidiocesano está presente na edição 04, de 06 de setembro de 1959. O título da matéria é “Comunismo em 3 tempos”. Sem explicitar a sua autoria, o texto é iniciado pelo seguinte parágrafo:

Razão tem o Papa de continuar alertando o mundo em face do perigo comunista. A possibilidade de mais frequente comunicação entre o mundo ocidental e os países comunistas, certas táticas usadas ultimamente pelos dirigentes soviéticos para captar a simpatia das nações livres, tornam mesmo mais necessárias as advertências pontifícias (O ARQUIDIOCESANO, ano 01, edição 04, 06 de setembro de 1959).

A empreitada anticomunista do jornal se intensifica na primeira metade da década de 1960 e podem ser percebidas diferentes estruturas textuais que se enquadram nessa categoria: manchetes, editoriais, notas de rodapé, chapéus, matérias e charges. Em 7 de outubro de 1962, por exemplo, o jornal publica uma lista de candidatos para os cargos de governador, senadores, deputados estaduais e federais aprovados pela Aliança Eleitoral pela Família (AEF) que não estariam alinhados aos ideais comunistas. As eleições ocorreram no mesmo dia.

Em 1964, o jornal apresenta uma crescente no número de publicações anticomunistas até o mês de abril³. Interessa-nos essa curva estatística porque ela pode sugerir um aumento da tensão político-social nos meses que antecedem o golpe. Mais que isso, a nossa **hipótese** é de que a tomada de poder em 1º de abril é narrada como o evento pacificador dessa tensão, pelo qual o Brasil teria se livrado da ameaça comunista. Assim, os

¹ Ver mapa atual da Arquidiocese no Anexo C desta dissertação.

² A tiragem deixa de ser explícita a partir da edição 155, de 2 de setembro de 1962.

³ Ver Gráfico 1 no capítulo 3 desta dissertação.

acontecimentos de abril são o clímax da estória que cai logo em epílogo (MOTTA, 2013, p. 158).

O arcebispo Dom Oscar de Oliveira é o principal responsável pelos editoriais de O Arquidiocesano. Ele assina os textos publicados na primeira página, comumente relacionados à liturgia e aos dogmas da Igreja Católica. Um desses textos, no entanto, salta-nos aos olhos de imediato: é a carta pastoral publicada em 9 de fevereiro de 1964, com o título “Comunismo, Religião e Pátria”. Além do teor anticomunista do texto, o editorial também revela uma ruptura quanto ao espaço destinado para a seção. Ao contrário dos anteriores, a carta pastoral ocupa toda a primeira página, além de três colunas na página quatro⁴.

O texto não contém a assinatura do arcebispo na primeira página. Logo abaixo do título, explicita-se a quem ele estaria destinado: “Ao Revmo Clero Diocesano e Regular, Religiosas, Ação Católica, Associações Religiosas e Fiéis em Geral”. Já nos primeiros parágrafos, o editorial aponta para a necessidade de distanciar o que seriam os ideais comunistas dos ensinamentos e práticas católicas, como no trecho a seguir:

Jamais poderá a Igreja de Cristo transigir com o comunismo. Comunismo e cristianismo são dois polos diametralmente opostos, antagônicos como trevas e luz, fogo e água. Daí, o ódio comunista ao cristianismo, seu firme e eterno adversário (O ARQUIDIOCESANO, ano 04, edição 230, 9 de fevereiro de 1964).

Para endossar sua argumentação, o autor recorre a personagens históricas, como os Papas Leão XIII, Pio XI, Pio XII e João XXIII. São utilizados trechos de encíclicas e comunicações entre aspas nas quais os pontífices repudiam o comunismo. Do outro lado, os personagens centrais de representação da ameaça comunista são Lenin (escrito Lenine) e Marx. Enquanto a personagem de Marx aparece em citações curtas, diretas ou indiretas; trechos dos escritos de Lenin são replicados entre aspas e referenciada sua origem bibliográfica.

Em abril de 1964, aparecem as primeiras publicações que abordam diretamente o golpe de Estado. Na edição 240, de 19 de abril, duas das quatro manchetes intentam construir a narrativa oficial dos acontecimentos que levaram à destituição do presidente João Goulart. Na página 4, a manchete diz “Brasil, de Rosário na mão, derrotou a ameaça comunista”. Já na página 3, um texto assinado por Alberto Deodato possui a manchete: “E era nisso em que Jango não acreditava...”.

⁴ Anexos A e D desta dissertação.

O primeiro texto, sem assinatura, apresenta apenas a cidade à qual é remetida a sua origem: “(NCB – Rio)”. Em nossas investigações, descobrimos que a sigla significa Notícias Católicas do Brasil e, nesse caso, a cidade de produção do conteúdo é o Rio de Janeiro. Já no caso da segunda manchete, há, no final do texto, a indicação de que ele foi replicado de uma publicação do jornal O Estado de Minas, de 7 de abril de 1964.

Nos meses seguintes, é a vez do próprio arcebispo explicitar sua defesa ao golpe de 1964. Em 6 de setembro, Dom Oscar assina o editorial da edição 260, intitulado “Pátria”. O texto aproxima a tomada de poder recente às comemorações da Independência do Brasil⁵. Em 27 de dezembro de 1964, o arcebispo publica um texto na primeira página sob o título “Revolução Necessária”.

1.2 Objetivo

O nosso objetivo aqui é compreender como o jornal O Arquidiocesano constrói a mediação entre o mundo prefigurado pré-golpe no qual ele está inserido e o mundo pós-golpe a ser refigurado pelos leitores do veículo. Pretendemos descobrir como o veículo contribuiu para o clima que favorece a tomada de poder de 1º de abril de 1964 e, posteriormente, para a legitimação do golpe nos primeiros anos da ditadura. Ou, nas palavras de Paul Ricouer (2012), como se dá a “tessitura da intriga”⁶ do golpe de Estado de 1964 nas páginas de O Arquidiocesano.

1.2.1 Objetivos específicos

- Encontrar e relacionar as vozes narrativas que compõem a intriga do golpe de Estado de 1964 no jornal O Arquidiocesano;
- Resgatar fragmentos das situações de enunciação de 1964 a partir dos enunciados anticomunistas presentes no jornal;
- Discutir as denominações do fenômeno a partir de perspectivas midiáticas e religiosas.

⁵ Isso se repete próximo à data em 1965, 1966 e 1967. As matérias dos três anos possuem o mesmo título: “Pátria”.

⁶ Para Ricouer (2012), a intriga é uma representação da experiência humana articulada pela linguagem, composta a partir de uma mimeses tripla. Nesse sentido, o texto (mimeses II) é uma unidade mediadora entre o mundo prefigurado (mimeses I) e o mundo refigurado pelo leitor (mimeses III). O narrador representa o compositor da intriga e depende da interpretação do leitor para atingir o sentido buscado. Por essa perspectiva, há uma valorização da intencionalidade discursiva (“o quê”) sobre o ritmo ou o gênero textual. Não que os caracteres não sejam importantes, entretanto eles são subordinados à ação – ou às escolhas – do autor da intriga.

1.3 Metodologia

A metodologia desta pesquisa é desenhada em busca da ação comunicativa⁷ que pode ser observada e analisada no jornal O Arquidiocesano sobre o golpe de Estado de 1964. Os aportes principais de nossa análise estão na composição da intriga de Paul Ricoeur (2012), na Análise de Textos de Comunicação de Dominique Maingueneau (1993; 2011) e na Análise Crítica da Narrativa de Luiz Gonzaga Motta (2013). Isso faz com que nos satisfaça as contribuições que esta pesquisa possa prover a partir de suas abordagens fenomenológicas e hermenêuticas. Ainda que consideremos alguns avanços para o ramo da historiografia que se atenta à memória do golpe, nosso ponto de partida é a narrativa e, portanto, o texto.

Por focar a ação dos compositores da intriga, o primeiro movimento que fazemos é em busca dos narradores e personagens dos textos selecionados para a análise. De acordo com Luiz Gonzaga Motta (MOTTA, 2013) há, pelo menos, três narradores distintos no texto jornalístico. Em sua “Análise Crítica da Narrativa”, o autor aponta que a primeira voz, ou o primeiro narrador, ou ainda o narrador principal, corresponde ao veículo. É a detentora da maior autonomia dentre as três, pois tem o poder de escolher quais e de que forma os conteúdos serão, ou não, publicados; além de definir, inclusive, como será composta a equipe de redação.

A segunda voz, ou segundo narrador, corresponde ao autor do texto, ou melhor, quem o assina. Ela detém certo nível de autonomia na produção do conteúdo e escolha das fontes, mas ainda está submetida às decisões da organização. Por fim, o terceiro narrador corresponde às fontes, ou personagens, apresentadas no texto. Ainda que desempenhe função de voz narrativa, a fonte é quem detém menor força na relação assimétrica sob a qual se concebe a intriga jornalística. Seus dizeres estão submetidos às intenções narrativas e às condições de produção nas quais estão inseridos os autores e o veículo.

Acreditamos, portanto, que em muitos textos do jornal O Arquidiocesano essa assimetria de vozes pode ser revelada. Em “Comunismo, Religião e Pátria”, por exemplo, o espaço destinado ao editorial sugere que a publicação da carta pastoral é a informação mais importante a ser divulgada pelo órgão oficial da Arquidiocese de Mariana naquela edição. Além disso, apesar de o arcebispo comumente não assinar textos de teor anticomunista – o que indica que essa era uma função de outros narradores –, o contexto no qual a publicação foi produzida exigia um posicionamento mais incisivo por parte de Dom Oscar de Oliveira.

⁷ Termo extraído de Habermas, em *Teoria da ação comunicativa (Vol. I): racionalidade da ação e racionalização social* (2012).

Além disso, como assinala Motta (2013), vamos em busca das estratégias e estratégias de referenciação que contribuem para o surgimento de estatutos de veracidade nas mensagens transmitidas pelo jornal. Essas estratégias ajudam a produzir o “efeito de real” buscado pelo narrador. Nas palavras do autor, “ainda que não sejam a realidade, as narrativas jornalísticas, históricas e biográficas têm veracidade, recorrem a recursos de linguagem para parecerem factuais, objetivas e verdadeiras” (MOTTA, 2013, p. 200).

Assim, como nenhuma narrativa é ingênua, acreditamos na existência de elementos que possam carregar rastros e vestígios da intencionalidade discursiva que se materializa nas situações de comunicação manifestas em *O Arquidiocesano*. Reconhecemos, entretanto, que nossas análises e interpretações são acionamentos da memória do golpe de Estado de 1964 que fazemos no presente e, portanto, também correspondem a uma refiguração do conteúdo que desempenhamos a partir de nosso olhar analítico. Pretendemos, dessa forma, realizar uma retessitura da intriga que acontece no jornal ao incluirmos elementos e chaves de compreensão que não estavam disponíveis à época das publicações.

1.4 Arquitetura do trabalho

Valorizando as concepções da tríplice mimeses de Paul Ricouer (2012), dividimos este trabalho em três etapas, além desta apresentação. Na primeira delas, abordamos os contextos sociopolíticos nos quais as publicações estão inseridas. Buscamos indícios de como era o mundo prefigurado que possibilita as representações desenvolvidas no jornal. Nessa etapa, estudamos autores e obras que tratam das peculiaridades do século XX até 1964, com foco no sentimento anticomunista que atravessava a sociedade brasileira no período.

A segunda parte deste trabalho é destinada à aplicação dos conceitos metodológicos escolhidos para a análise. Nesse momento, identificamos e tabulamos as marcas que indiquem os estratégias de referenciação propostos por Luiz Gonzaga Motta (2013). São expressões adverbiais e adjetivas, pronomes e outras estruturas que seriam capazes de promover os estatutos de veracidade e referenciar o texto à situação de enunciação. É, ainda, o momento de apresentarmos algumas interpretações diante dos dados coletados.

Por fim, a terceira parte destina-se às impressões e descobertas que trazemos com a confecção da análise. É o momento de promovermos a refiguração da comunicação que se desenvolve em *O Arquidiocesano* a partir de uma perspectiva de presente alongado e defendendo a narrativa como a guardiã da memória. Além disso, ao reconhecermos a não-

ingenuidade das narrativas, deparamo-nos com a constatação de que esta própria análise se desenvolve por meio de uma narração.

2 O MUNDO PREFIGURADO

“*Antes de ser texto, a mediação simbólica tem uma textura*”

- Paul Ricoeur

O mundo prefigurado é apresentado por Paul Ricoeur (2012) no Tomo I. Para o autor, a composição da intriga está “enraizada numa pré-compreensão do mundo da ação: de suas estruturas inteligíveis, de seus recursos simbólicos e de seu caráter temporal” (RICOEUR, 2012, p. 96). Desse modo, por mais que a intriga seja uma representação (ou imitação) de uma ação, o processo de reconhecimento dessa ação acontece por meio de uma estrutura semântica ou, como ele diz, acontece sob uma “semântica da ação”.

Junto a essa estrutura, o autor aponta que a ação comunicativa também se manifesta diante dos recursos simbólicos que a atravessam. Alerta-nos Ricoeur (2012, p. 100): “Se, com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: está, desde sempre, *simbolicamente mediatizada*”. Com essa colocação, ele apresenta a dimensão cultural da ação comunicativa ao considerar os efeitos sociais e relacionais aos quais o compositor da intriga está submetido. Ricoeur (2012, p. 102) reforça que “o simbolismo não está na cabeça, não é uma operação psicológica destinada a guiar a ação, mas uma significação incorporada à ação e passível de ser decifrada nela pelos outros atores do jogo social”.

Ao apresentar os aspectos culturais, introduz-se uma instância de valor na ação comunicativa. Diante do que se distancia e do que se aproxima de suas práticas culturais, os sujeitos determinam quais ações valem mais e como pretendem construir suas histórias oficiais. Forma-se, portanto, uma rede simbólica de cultura a partir do conjunto de crenças, convenções e instituições partilhadas que antecedem a ação comunicativa, conferindo ao texto uma “primeira *legibilidade*” (RICOEUR, 2012, p. 102). Narrar é, assim, uma atividade judicatória.

O terceiro aspecto citado por Ricoeur (2012) refere-se ao caráter temporal que possibilita a compreensão da ação narrativa. O autor francês, ancorado nas *Confissões do Tempo* de Santo Agostinho, apresenta-nos a não existência de um tempo passado, um tempo futuro e um tempo presente. Ele reforça a ideia de “triplo presente, um presente das coisas passadas, um presente das coisas futuras e um presente das coisas presentes” (RICOEUR, 2012, p. 106). O presente ganha vida (KOSELLECK, 1979 apud RICOEUR, 2012). É um presente histórico, vivenciado em uma lógica de contemporaneidade na qual os seres

compartilham suas experiências temporais. Nesse presente, os indivíduos acionam suas memórias e projetam suas expectativas. É o que Koselleck (1979 apud RICOEUR, 2012) chama de *espaços de experiência e horizonte de expectativas*.

Como o tempo só se torna humano à medida que é narrado, algumas expressões linguísticas atuam como referenciais que inscrevem as narrativas em determinadas temporalidades, como os termos “agora”, “neste instante” e as conjugações verbais no pretérito e no futuro, por exemplo. Dominique Maingueneau (2011) denomina essa referenciação de “dêixis discursiva” e nos ajuda a compreender o lugar em que são tecidos os efeitos de sentido de um discurso. O autor fala em uma “cenografia de uma formação discursiva”, na qual a dêixis discursiva utiliza os elementos linguísticos espaciais e temporais para inscrever a formação discursiva em uma estrutura simbólica anterior que lhe confere legibilidade. Essa estrutura é representada pelo autor como uma dêixis fundadora.

Para Ricoeur (2012), a utilização dessas expressões está subordinada à mediação simbólica promovida pela narrativa. Nas palavras do autor, “o que importa é a maneira como a práxis cotidiana *ordena* [grifo do autor] um com relação ao outro o presente do futuro, o presente do passado, o presente do presente” (RICOEUR, 2012, p. 106). Essa articulação prática é vista como o “mais elementar indutor de narrativa”.

Assim, “dentro do tempo”, as narrativas mediam simbolicamente o mundo do narrador, prefigurado à construção do texto; e o mundo do leitor, refigurado a partir da leitura. Essa consideração é necessária para este trabalho por dois motivos distintos e complementares: 1. Instiga-nos a buscar características do mundo prefigurado a ser mediado pelos textos anticomunistas do jornal *O Arquidiocesano*; 2. Tais características influem em nossas próprias refigurações a partir da leitura do material. Ou seja, elas contribuem para a compreensão do mundo prefigurado que precede esta narrativa.

Ao defender, portanto, *a narrativa do golpe de Estado de 1964 no jornal O Arquidiocesano* como um expoente na preservação da memória de Mariana, do golpe e do jornalismo no Brasil, é importante evidenciarmos como é mediada a nossa refiguração do contexto sociopolítico da década de 1960, sobretudo nos anos que antecedem a intervenção militar. Neste capítulo, atentamo-nos ao contexto sociopolítico da década de 1960, que representa o pano de fundo dos textos anticomunistas publicados no jornal *O Arquidiocesano*. Estamos em busca de características do *mundo prefigurado* que possibilitam as representações de real percebidas no veículo.

2.1 O século XX

O século XX é, para Eric Hobsbawm (2013), a “Era dos extremos”. O autor dedica sua obra homônima para compreender e relacionar os acontecimentos que vão desde a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, até o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. O autor explicita, no entanto, os limites e os objetivos de seu trabalho.

Contudo, não é propósito deste livro contar a história da época de que trata, o Breve Século XX entre 1914 e 1991, embora todo aquele que já tenha ouvido um estudante americano inteligente perguntar-lhe se o fato de falar em “Segunda Guerra Mundial” significa que houve uma “Primeira Guerra Mundial” saiba muito bem que nem sequer o conhecimento dos fatos básicos do século pode ser dado como certo. Meu objetivo é compreender e explicar *por que* as coisas deram no que deram e como elas se relacionam entre si. Para qualquer pessoa da minha idade que tenha vivido todo o Breve Século XX ou a maior parte dele, isso é também, inevitavelmente, uma empresa autobiográfica. Trata-se de comentar, ampliar (e corrigir) nossas próprias memórias. E falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas — por mais insignificantes que sejam nossos papéis —, como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais. Somos parte deste século. Ele é parte de nós. Que não o esqueçam os leitores que pertencem a outra era, por exemplo os estudantes que estão ingressando na universidade no momento em que escrevo e para quem até a Guerra do Vietnã é pré-história (HOBSBAWM, 2013, p. 13).

O livro de Hobsbawm está dividido em três partes: 1. A Era da Catástrofe; 2. A Era de Ouro e; 3. O Desmoronamento. A primeira delas corresponde ao período que contempla as duas grandes guerras mundiais (1914-1945). A segunda parte inaugura-se no pós-guerra, em 1945, e corresponde ao contexto de Guerra Fria e de revoluções sociais e culturais até o início dos anos 1970. Por fim, o desmoronamento corresponde a uma “nova era de decomposição, incerteza e crise” (HOBSBAWM, 2013, p. 15), com revoluções no Terceiro Mundo, o fim da URSS, o sentimento de fim de século e as projeções para o terceiro milênio.

A Primeira Guerra Mundial é deflagrada em 1914 e destaca-se por envolver todas as potências globais à época no conflito. Hobsbawm (2013) aponta que o grupo era composto de seis grandes nações europeias (Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria, Alemanha e Itália), mais os Estados Unidos e o Japão. Além das batalhas travadas por soldados dessas e nessas regiões, os conflitos tiveram a participação de “tropas ultramar” (HOBSBAWM, 2013, p. 31) enviadas a lutar fora de suas regiões.

Canadenses lutaram na França, australianos e neo-zelandeses forjaram a consciência nacional numa península do Egeu [...] e, mais importante, os Estados Unidos rejeitaram a advertência de George Washington quanto a ‘complicações europeias’ e

mandaram seus soldados para lá, determinando assim a forma da história do século XX. Indianos foram enviados para a Europa e Oriente Médio, a guerra naval foi mais uma vez global: a primeira batalha travou-se em 1914, ao largo das ilhas Falkland, e as campanhas decisivas, entre submarinos alemães e comboios aliados, deram-se sobre e sob os mares do Atlântico Norte e do Médio (HOBSBAWM, 2013, p. 31).

A disputa de poder travada na Europa promoveu catástrofes estruturais e humanitárias. Territórios devastados, mortes em massa e redução das autonomias nacionais frente a outros países marcavam a situação que o continente presenciaria no pós-guerra, em 1918. Hobsbawm (2013, p. 36) afirma que a “única arma tecnológica que teve um efeito importante na guerra foi o submarino, pois os dois lados, incapazes de derrotar os soldados um do outro, decidiram matar de fome os civis do adversário”. Enquanto alemães tentavam bloquear os suprimentos que chegavam por mar à Grã-Bretanha, os britânicos buscavam impedir que os suprimentos chegassem ao solo alemão. Diante do quase sucesso da estratégia alemã em 1917, os Estados Unidos entram de vez na guerra e são decisivos para a vitória das forças de coalizão, lideradas por EUA, Grã-Bretanha, França e Itália em 1918.

O levante popular que se inicia na Rússia “varreu o Sudeste e o Centro da Europa no outono de 1918, como varrera a Rússia em 1917” (HOBSBAWM, 2013, p. 37). O autor é taxativo ao dizer que “nenhum dos velhos governos ficou de pé entre as fronteiras da França e o mar do Japão” (HOBSBAWM, 2013, p. 37). Assim, enquanto o governo bolchevique apresentava-se como uma alternativa revolucionária aos regimes econômicos e políticos colapsados europeus, as forças vitoriosas impunham acordos de paz aos derrotados.

O mais conhecido deles foi o Tratado de Versalhes, travado com a Alemanha e que serviu de molde para outros. Para Hobsbawm (2013, p. 39), cinco considerações dominavam tais acordos impostos: 1. A Revolução Russa poderia provocar uma subversão universal, “um ímã para forças revolucionárias de todas as partes”; 2. Era preciso controlar a Alemanha que “quase tinha derrotado sozinha toda a coalizão aliada”; 3. Havia a necessidade de redesenhar o mapa da Europa e seriam estimulados movimentos nacionalistas, desde que se posicionassem como antibolcheviques. No Oriente Médio, a divisão seria imperialista entre Grã-Bretanha e França. 4. A política interna dos países influenciava em suas decisões externas, como os atritos entre o Congresso norte-americano e o presidente Wilson, que culminou na autorretirada dos EUA do acordo. 5. Era preciso garantir que outra guerra com destruições de mesma proporção não acontecesse tão cedo.

A Revolução Bolchevique de 1917 tornou-se, para o século XX, tão importante quanto foi a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX (HOBSBAWM, 2013).

Representava o sinal de que era iminente um levante popular para suprir os sistemas falidos que, em 1914, culminam na deflagração da guerra.

Parecia óbvio que o velho mundo estava condenado. A velha sociedade, a velha economia, os velhos sistemas políticos tinham, como diz o provérbio chinês “perdido o mandato do céu”. A humanidade estava à espera de uma alternativa. Essa alternativa era conhecida em 1914. Os partidos socialistas, com o apoio das classes trabalhadoras em expansão em seus países, e inspirados pela crença na inevitabilidade histórica de sua vitória, representavam essa alternativa na maioria dos Estados da Europa (HOBSBAWM, 2013, p. 62).

Assim, enquanto o modelo do Partido Comunista liderado por Lenin expande-se para diversas partes do globo, chegando a governar “um terço da humanidade” em menos de 40 anos, os EUA veem sua economia crescer até o final da década de 1920, que termina marcada pelo *crash* da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929. Na Europa, o ultranacionalismo ganha força e o território torna-se fértil para o surgimento de figuras históricas como Adolph Hitler, na Alemanha, e Benito Mussolini, na Itália.

Antes mesmo que possamos citar a durabilidade dos acordos de paz impostos com o fim da Primeira Guerra Mundial, o fracasso deles é evidente diante da deflagração da Segunda Guerra Mundial, pouco mais de 20 anos depois. Por vezes, Hobsbawm (2013) utiliza o termo “longa guerra mundial de 1914-45” para referir-se ao período.

A derrota do Eixo (composto dos países Alemanha, Itália e Japão) na Segunda Guerra Mundial promove uma reordenação e uma polarização nas potências da época, o que provoca um acirramento dos embates entre as ideologias comunistas e capitalistas. Isso porque, de um lado, os EUA consagravam-se como grande potência capitalista do século – uma vez que não tiveram territórios atingidos diretamente pela guerra e lucravam com a reconstrução europeia – e, de outro, a vitória soviética sobre a Alemanha em maio de 1945 fazia com que a URSS acoplasse parte do território europeu e se mantivesse como um grande bloco socialista (ainda que parte de seus territórios tivesse sido devastada pela guerra). Um dos grandes símbolos dessa polarização é a construção do Muro de Berlim, que dividia a Alemanha em Ocidental (capitalista) e Oriental (comunista).

As décadas seguintes são marcadas por essa polarização que recebe o nome de Guerra Fria. Isso porque, apesar dos embates comerciais, midiáticos, ideológicos, espaciais e mesmo armados em regiões periféricas envolvendo as duas potências, elas não mantinham conflitos bélicos em seus territórios. O imaginário⁸ da Guerra Fria era o constructo social que

⁸ Ver Biagi (2001).

polarizava o planeta entre capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e comunistas, representados pelos países que compunham a URSS.

Noam Chomsky (1996) cita o interesse dos Estados Unidos em ocupar o lugar das antigas potências europeias, devastadas pela Segunda Guerra Mundial, além de impedir que blocos independentes ameaçassem a hegemonia econômica e política norte-americana almejada no pós-guerra. O autor afirma que o governo norte-americano tinha interesses políticos e econômicos na idealização de uma ameaça global de dominação soviética e utiliza esse argumento para justificar e legitimar suas repressões internas e intervenções em outros países.

Uma ameaça de dominação soviética no mundo ocidental estava longe de acontecer, se abordamos o que nos apresenta Isaac Deutscher na obra *Mitos da Guerra Fria* (1969). Isso porque muitos países soviéticos também foram devastados pela guerra e, portanto, a URSS não saiu tão fortalecida dos conflitos quanto os EUA.

Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, quando os poderes ocidentais enveredaram para a anulação das alianças, em direção ao grande conflito com seu antigo aliado soviético, era comum falar-se sobre os dois colossos, o americano e o russo, que se defrontavam hostilmente através de um vácuo do poder. Presumia-se que um dos colossos, o russo, desafiava o americano, o ocidental. O que as pessoas não compreendiam, e que os Governos não lhes comunicavam, era que, desses dois colossos, um – o americano – emergiu da Segunda Guerra Mundial com vigor e força total [...]; enquanto o outro colosso – o russo – jazia quase aniquilado, sangrando profusamente por todas as feridas. E era esse colosso branco sangrante, quase aniquilado, que se supunha criar uma grande ameaça militar para a Europa (DEUTSCHER, 1969, p. 15).

Além disso, ainda que os objetivos de Lênin fossem uma expansão em prol de uma revolução internacional, tanto o governo de Stálin (1924-1953) quanto os de seus sucessores são marcados por um “profundo conservadorismo” que se preocupava, antes de tudo, com a “preservação do status quo tanto dentro quanto fora da União Soviética” (DEUTSCHER, 1969, p. 19).

Também considerando as ideias de Chomsky, o artigo *O imaginário da Guerra Fria* (2001), de Orivaldo Leme Biagi, nos ajuda a pensar o mundo prefigurado das narrativas que analisamos. O autor afirma que, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos promovem uma “fixação de suas áreas de influência no mundo”, com a tentativa de instalação de práticas já executadas na América Latina também em países asiáticos. No entanto, a Segunda Guerra Mundial terminou com o desarmamento do exército japonês (mais importante do continente à época). Isso, apesar de diminuir a possibilidade de ataques

japoneses aos países vizinhos, minava as chances de defesa do exército diante de uma possível empreitada soviética.

Para resolver tais dilemas, Bruce Cumings argumenta que, de acordo com a NSC 48/1 de dezembro de 1949, os Estados Unidos (“núcleo”) deveriam acompanhar a reconstrução econômica do Japão (“semiperiferia”), sendo que as nações asiáticas vizinhas (“periferias”) deveriam ter suas economias voltadas para o crescimento japonês, formando uma rede de dependência de toda a Ásia com os Estados Unidos, na chamada “grande área”. O espetacular desenvolvimento econômico verificado nas últimas 3 décadas do século XX por Taiwan, Singapura, Hong Kong, Coreia do Sul, além do próprio Japão, estaria relacionado a esta política: liberdade de desenvolvimento econômico e proteção política e militar dos Estados Unidos (BIAGI, 2001, p. 67).

Assim, enquanto na Europa e na Ásia o foco da política externa estadunidense estava nos lucros financeiros e diplomáticos da reconstrução dos territórios afetados pela guerra; na América Latina, a dominação política e militar é justificada como medida necessária para conter o avanço soviético na região. Os Estados Unidos lançam, então, a Doutrina Truman, que, para Roberto Regalado (2007, p. 200):

[...] é a encarnação da política da guerra fria na América Latina. Com o pretexto de combater a “ameaça comunista” durante sua presidência (1945-1952). Truman lança uma ofensiva destinada à destruição de todas as forças políticas latino-americanas tidas como obstáculo à ampliação e ao aprofundamento de seu domínio continental.

A América Latina vira um espaço de experimentação liberal e anticomunista do governo estadunidenses. A Argentina do pós-guerra experimenta o governo de Perón (1946-1952), construído com o apoio e participação da classe operária, do exército e da Igreja. No início, o “Estado passou a controlar a economia e aumentou as nacionalizações de empresas” (REGALADO, 2007, p. 237), porém, a partir de 1950, a dependência econômica calcada nas exportações de baixo custo alinharam o governo argentino à práticas neoliberais que inflaram a submissão aos Estados Unidos. A pressão sobre a polarização restringia o acesso dos produtos argentinos a grandes mercados consumidores, como a China e a União Soviética.

No Chile, o presidente Gabriel Videla foi eleito com o apoio do Partido Comunista e do Partido Liberal. A partir de 1947, no entanto, a guerra contra o comunismo fortalece o alinhamento do governo com a ideologia defendida pelos EUA e “afasta do governo seus aliados de esquerda que passaram a ser perseguidos” (REGALADO, 2007, p.

238). Um alinhamento parecido com a política neoliberal e anticomunista dos Estados Unidos foi realizado pelos governos do México, Uruguai e Brasil⁹.

Em 1954, a Guatemala teve seu governo deposto e foi instalada a primeira ditadura incentivada diretamente pelos EUA na América Latina. O presidente Jacobo Arbenz Guzmán foi destituído em uma operação organizada pela Central Intelligence Agency (CIA) por um golpe de Estado após propor reformas acusadas de serem inspiradas em ideias soviéticas, como redistribuição de terras inativas de empresas. Os EUA apoiaram o exército golpista com armas, treinamento e suprimentos sob o argumento de que o país pudesse virar uma ponte para uma invasão soviética no território norte-americano.

A Revolução Cubana de 1959 liderada por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara contribuiu para acirrar o ataque ideológico ao inimigo comunista nos demais países latino-americanos. Foi a primeira revolução popular contrária aos Estados Unidos que logrou êxito. O ditador Fulgêncio Batista, que mantinha Cuba como um grande cassino dos EUA, foi deposto e a ilha passa a ser governada pelo comando revolucionário e nacionalista de Castro. A ilha torna-se, portanto, uma nação comunista a menos de 100 km da costa norte-americana. Embora o governo de Castro não fosse, inicialmente, um regime comunista, Luiz Bandeira (1998) aponta que essa foi a única alternativa restante ao novo governo diante das divergências com o governo norte-americano.

2.1.1 O golpe de Estado de 1964 e o anticomunismo no Brasil

A década de 1960 é estudada como um período de tensões políticas e sociais também no território brasileiro. As turbulências no espectro político são marcadas por eventos como a renúncia do presidente eleito, Jânio Quadros, em 1961 e o golpe de Estado que depôs o presidente em exercício – João Goulart, eleito vice de Jânio – em 1964. Também é o período de surgimento dos atos institucionais (AI) dos governos militares, que representavam um endurecimento da ditadura à qual o país esteve submetido por 21 anos (1964-1985).

Quando vamos em busca dos rastros da memória do golpe de 1964 percebemos, no entanto, que são mais profundas as raízes que prefiguram o clima da tomada de poder pelos militares. Se a intervenção militar era necessária para combater uma ameaça comunista

⁹ Regalado (2007) cita que a Doutrina Truman foi o molde de vários governos latino-americanos – Colômbia: os governos de Mariano Ospina (1946-1950) e Carlos Urdaneta (1950-1953); Brasil: o de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951); Chile: o de Gabriel González Videla (1947-1952); México: o de Miguel Alemán (1946-1952); Equador: o de Galo Plaza (1948-1952); Costa Rica: os de José Figueres (1948-1949) e Otilio Ulate (1949-1953); Peru: a ditadura de Manuel Odría (1948-1956); Venezuela: a ditadura de Marcos Pérez Jiménez.

que estaria se aproximando do Brasil, foi preciso que buscássemos as origens dessa argumentação anticomunista que, em 1964, podia ser percebida nos jornais e nas tribunas do país.

Se antes e durante a Segunda Guerra Mundial o regime autoritário de Getúlio Vargas (1930-1945) conseguiu tirar vantagens dos dois lados – norte-americanos e alemães – até escolher o lado que se consagraria vencedor, ele, todavia, sempre se posicionou contrário às ideologias comunistas. Documentos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)¹⁰ revelam que, em 1937, o evento conhecido como “Plano Cohen” constitui-se em um documento forjado e atribuído à Internacional Comunista, contendo um plano de tomada de poder no Brasil por parte dos comunistas. Essa estratégia resultou em um golpe de Estado por parte de Getúlio que o faria manter-se no poder por mais sete anos. Não negamos também que o primeiro governo de Vargas já havia surgido por um golpe de Estado deflagrado após a derrota do gaúcho nas eleições de 1930.

O governo brasileiro de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) “indubitavelmente se alinha aos Estados Unidos e acompanha o voto dos norte-americanos nas reuniões da ONU” (REGALADO, 2007, p. 238). Após Dutra, os governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubistchek (1956-1961), ainda que apoiados pela classe trabalhadora, são atravessados pelo imaginário anticomunista que não se restringia ao contexto político. Como veremos posteriormente, a imprensa e a Igreja Católica tiveram papel fundamental na criação do ambiente de terror diante de uma ameaça de dominação soviética global.

Jânio Quadros (UDN) toma posse como presidente da República em 31 de janeiro de 1961 e renuncia pouco mais de seis meses depois, em 25 de agosto. A campanha do político tinha como símbolo uma vassoura, com a qual o candidato prometia varrer a corrupção da política. Sem ter uma agenda política definida, Jânio focava em si próprio a estratégia de campanha. Para Carla Darlem Silva dos Reis (2016, p. 57):

O investimento feito através das propagandas auxiliou na vitória de Jânio Quadros, que já era visto pela população como um líder carismático, devido as medidas populares por ele tomadas ao ser vereador (1948), deputado estadual (1950), prefeito (1953), governador (1955), todos os cargos ocupados em São Paulo capital e Estado. Através das propagandas Jânio Quadros conseguiu fazer com que grande parte da população ficasse ao seu lado, mostrando-se como um aliado do povo e como a esperança para o fim da corrupção, colocando-se como o salvador da nação naquele momento.

¹⁰ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>. Acesso em: jun. 2019.

Em 1960, a votação para presidente e vice-presidente ocorria de forma separada, o que possibilitava a eleição de chapas diferentes para os dois cargos. Assim, enquanto Jânio fora eleito presidente pelo PTN, com o apoio do governador da Guanabara Carlos Lacerda (UDN), o vice-presidente eleito foi João Goulart (Jango), do PTB. Lacerda era contrário às ideias varguistas e Jango era herdeiro político de Getúlio e gozava do apoio dos movimentos trabalhistas.

Ao assumir o poder, a política externa praticada pelo Governo Jânio Quadros surpreendeu os movimentos conservadores que o apoiavam. O país não se alinharia mais automaticamente aos Estados Unidos e “dessa maneira o Itamaraty buscou os países que fossem do interesse do Brasil, quer fossem de regimes comunistas, quer não” (SILVA DOS REIS, 2016, p. 59). A mídia, no entanto, usa seu poder para tentar construir o imaginário do presidente brasileiro alinhado ao presidente estadunidense John F. Kennedy:

Todavia, antes das aproximações com os países alinhados à esquerda, os jornalistas responsáveis por grandes jornais como O Globo e Estado de S. Paulo, tratam de fazer aproximações discursivas do presidente do Brasil para com John F. Kennedy dos EUA, a exemplo temos O Globo de 5 de janeiro de 1961 ao colocar na manchete “Nas mãos de Kennedy e Jânio grandes responsabilidades no futuro das Américas” (p.1). O Jornal do Brasil, daquela mesma data traz a reportagem “América só debate Cuba com Jânio-Kennedy” (p. 1), enfatizando como a eleição de ambos os presidentes foi significativa para as relações exteriores do Brasil e dos Estados Unidos com os demais países, não só da América, mas também de outros continentes. O discurso empreendido pela grande mídia denotava que o desejo de união Brasil – EUA era latente (SILVA DOS REIS, 2016, p. 60).

Apesar dessa tentativa, as decisões diplomáticas tomadas por Jânio contrariavam parte de seus correligionários. Entre elas, a de maior repercussão nos jornais da época foi a condecoração de Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, uma das maiores honrarias concedidas pelo Estado brasileiro. As atitudes do presidente, muitas delas tomadas sem o conhecimento dos aliados, abriram caminho para que Carlos Lacerda “iniciasse um verdadeiro ataque midiático ao presidente, ao pressioná-lo diante dos programas televisivos, radiofônicos e das declarações na mídia impressa” (SILVA DOS REIS, 2016, p. 58).

Em 24 de agosto de 1961, véspera da renúncia de Jânio Quadros, Lacerda declara na coluna *Coisas da Política* – na edição vespertina do Jornal do Brasil – que “a política externa do país é apoiada apenas por comunistas”. A tensão política escancara, portanto, como a polarização oriunda da Guerra Fria entranhava-se na política brasileira. Às 10 horas do dia 25 de agosto, o presidente Jânio Quadros entrega sua carta renúncia ao Congresso Nacional.

A decisão do presidente gerou algumas interpretações quanto às suas reais intenções com a medida. Historiadores como Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014

apud SILVA DOS REIS, 2016, p. 58) afirmam que Jânio “contava que o povo e os militares defendessem seu mandato. A partir daí, governaria com eles e a despeito do Congresso”.

As expectativas frustraram-se pois, além de as mobilizações não acontecerem, a base parlamentar do presidente não era forte o suficiente para segurá-lo no cargo. A oposição composta do PTB e PSD também tinha interesse na saída de Jânio, vislumbrando o empossamento de João Goulart na presidência da República. O vice-presidente, no entanto, sofria resistência de militares e setores conservadores da sociedade brasileira. Na renúncia de Jânio Quadros, Jango estava em viagem diplomática à China (socialista desde a Revolução de 1949) e foi vítima de tentativas de boicote à sua posse. Aproveitando sua ausência, formou-se uma junta militar para comandar o país.

Alegando garantir a ordem, foi formada uma junta militar com os ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica. Ranieri Mazzilli, o presidente do Congresso Nacional, tornava-se o presidente, mas a Junta Militar era quem dava as ordens no país. O Ministro da Guerra, Odílio Denys, queria garantir que Jango não tomasse posse a qualquer custo (SILVA DOS REIS, 2016, p. 59)

A polarização incentivada pelos Estados Unidos fazia com que o apoio tido por João Goulart dos movimentos trabalhistas e seu interesse no comércio exterior com países não-capitalistas fossem vistos como ideias comunistas do futuro presidente do Brasil. Nesse contexto, Silva dos Reis (2016) cita telegramas enviados à Casa Branca pelo Marechal Odílio Denys, nos quais o ministro da Guerra compara João Goulart a Fidel Castro e temia que o Brasil se tornasse uma nova Cuba.

A maioria dos jornais criava uma dicotomia entre comunismo e democracia para fomentar um discurso inviável à posse de Jango. Silva dos Reis (2016) aponta que a mídia ajudou a criar a imagem do Exército Brasileiro como instituição capaz de restaurar a ordem social no país.

Os meios de comunicação, nesse momento, exerceram uma influência deveras significativa, pois tanto empreenderam uma ação violenta contra a posse de João Goulart, quanto fortaleceram a imagem do Exército como o símbolo capaz de reerguer a ordem social. A ideia dominante na imprensa era a de convergência com o Marechal Odílio Denys, pois pensavam Goulart como um governante de esquerda e porta-voz de uma comunização brasileira. Dessa maneira, suas capas eram estampadas de matérias contrárias à posse de Goulart. Mas, acompanhando uma tendência mundial, aqui também houve a polarização e alguns jornais tornaram-se favoráveis à volta do líder (SILVA DOS REIS, 2016, p. 59).

Jango, ancorado na política trabalhista herdada do governo de Getúlio Vargas, tinha Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, como um de seus principais

apoiadores. Em seus discursos, Brizola era incisivo quanto aos interesses estadunidenses na política econômica brasileira. Sob a direção de Brizola, é lançada a “Rede da Legalidade”, que defendia o cumprimento da Constituição e o empossamento de João Goulart como presidente. O ápice da tensão dá-se quando Brizola se entrincheira com parte do exército do Rio Grande do Sul no Palácio Piratini (sede do governo gaúcho) e convida a população a pegar em armas, se preciso fosse, para defender a posse de Jango. Nesse período, começam a chegar voluntários de várias partes do país para compor o “Exército da Legalidade”.

Nos porões do Palácio é improvisada uma emissora de rádio pela qual os discursos do governador do Rio Grande do Sul eram transmitidos. Isso replicava-se pelas emissoras do estado e, posteriormente, por outros veículos do país. Para Silva dos Reis (2016, p. 61), é certo “que sem o poder da mídia falada no Rio Grande do Sul, que se alastrou por quase todo país, João Goulart não conseguiria tomar posse”. Assim, o levante popular que se inicia no sul do país ganha proporções nacionais e ajuda a garantir a posse de Jango. No campo midiático, a posse pode ser considerada uma vitória da mídia radiofônica gaúcha sobre os veículos conservadores de mídia impressa do restante do Brasil na batalha discursiva que se travava sobre o assunto.

João Goulart assume a Presidência da República em setembro de 1961 em meio à desconfiança de alguns setores da sociedade brasileira. A condição para que ele assumisse a presidência era a instauração de um regime parlamentarista no país. Os quase três anos de mandato à frente viriam com uma intensa criação de sua imagem alinhada à ameaça comunista pelos jornais brasileiros. Críticas públicas eram feitas por políticos, militares, personalidades, empresários e religiosos às reformas propostas pelo governo e a instabilidade social e econômica ajudavam a compor o tecido social que culmina no golpe de Estado de abril de 1964.

Como presidente, João Goulart atuou, no escopo da democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe desconforto aos conservadores que com ela não concordavam. Destacaram-se entre eles: o partido da União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, igreja católica conservadora, proprietários rurais, setores da classe média, como mulheres, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais. Uniram-se em forte atuação desestabilizadora de seu governo, que culminou com o golpe que o destituiu (DELGADO, 2012, p. 177).

Em 1963, no entanto, é realizado o plebiscito em que se discutia a questão presidencial. A dicotomia era desenhada entre presidencialismo *x* parlamentarismo. O presidencialismo vence e Jango recebe maiores poderes enquanto presidente. Assim, são

iniciadas as reformas de base anunciadas pelo Governo. A reforma agrária era tida como a mais impactante, haja vista a situação da população brasileira, grande parte ainda residente em áreas rurais. Falar em reforma agrária no contexto do início dos anos 1960, como vimos, é reconhecer o ônus que isso traria à relação diplomática com os Estados Unidos.

Após o plebiscito, as reformas de base viram a questão central do governo Jango (MOREIRA, 2011). Estavam inclusas as reformas administrativa, agrária, bancária e dos sistemas financeiro, eleitoral e político, do capital estrangeiro, universitária, urbana, tributária e orçamentária. Entre as principais mudanças propostas está a redistribuição de terras, a concessão do direito de voto aos analfabetos e a todos os militares, a criação de um sistema financeiro comprometido com as prioridades nacionais, a regulamentação do crescimento das cidades e o direcionamento do ensino e da pesquisa para as necessidades nacionais, democratização e ampliação do ensino.¹¹

Em abril de 1964, no entanto, os planos do Governo João Goulart são interrompidos muito antes de se concretizarem. Apoiado por uma massa de civis católicos, empresários e veículos de imprensa, um levante militar encerra abruptamente o mandato do gaúcho, que se exila no Uruguai após o golpe.

2.2 A Igreja Católica no Brasil

Thomas Bruneau, em *Religião e politização no Brasil: a Igreja e o regime autoritário* (1979), afirma que a formação do Brasil colonial foi “um empreendimento conjunto da Coroa Portuguesa e a Igreja Católica, ambas se reforçando e legitimando mutuamente” (BRUNEAU, 1979, p. 21). As missões de exploração das novas terras e a catequização dos povos nativos aconteciam simultaneamente. Mais que isso, eram planejadas e executadas como uma ação unificada.

Utilizamos isso para ilustrar o quanto a argumentação católica e a elite conservadora são consonantes em diversos contextos da história do Brasil pós-1500. Aliás, falar em “elite conservadora” do Brasil nos anos 1960 significa incluir nessa casta: políticos, empresários, ruralistas, donos de jornal e membros de alto patamar na hierarquia da Igreja Católica brasileira; muitos deles ocupando mais de uma dessas funções sociais ao mesmo tempo. Estruturas tradicionais que se movimentam em prol da conservação ou manutenção de uma ordem social vigente.

¹¹ Em anexo, reproduzimos o Programa da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, divulgado em 6 de fevereiro de 1964 pelo Correio da Manhã. Extraído de *Além do Golpe* (2004), de Carlos Fico.

O movimento que fazemos é um mergulho em relatos sobre a história da Arquidiocese de Mariana com o intuito de compreender a sua influência no imaginário social que possibilita a tomada de poder pelos militares em abril de 1964. Para isso, começamos a nossa investigação em trabalhos que narram como a fundação da Diocese de Mariana, ainda no século XVIII, implica no surgimento da cidade.

Em 1745, é fundada a Diocese de Mariana pelo papa Bento XIV. Havia, nessa época, outros cinco bispados no Brasil: Bahia, Rio de Janeiro, Olinda, Maranhão e Pará. Quem nos traz essas informações é o Cônego Raymundo Trindade, na obra *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história* (1953). Toda a região das Minas Gerais seria regida, após esse momento, pela diocese recém-criada.

Minas, como deixámos entrever, estava já bastante desenvolvida, com 40 paróquias e com uma população que orçava 300.000 almas. Foi então que o Papa Bento XIV, a pedido de D. João V, creou o Bispado, com séde em Marianna, pelo seu MOTU PROPRIO – Candor lucis aterna – de 6 de dezembro de 1745 (TRINDADE, 1953, p. 83).

A criação do bispado ilustra o caráter de congruência que envolvia a relação entre Igreja e Estado no período. Para receber o bispo, a então Vila do Ribeirão do Carmo foi elevada à condição de cidade e renomeada em homenagem à rainha de Portugal Maria Ana de Áustria, esposa de Dom João V. O autor explica que os bispos não podiam residir em terras que não fossem livres ou de posse da Igreja.

Anteriormente, aparelhando-a dignamente para séde do futuro bispo, o governo dera fôros de cidade a villa do Ribeirão do Carmo, merecida distinção que nenhuma outra localidade podia disputar a terra em que se ergueu a primeira igreja de Minas. Aliás, <<como os bispos eram então nobres de primeira grandeza, príncipes titulares, não podiam residir, nem o Papa consentia, em Villas que, pois, estas não se fundavam em terras próprias>> (TRINDADE, 1953, p. 84).

A formação do Estado brasileiro a partir da Proclamação da Independência em 1822 inaugura uma nova etapa em suas aproximações institucionais com a Igreja Católica. Ítalo Santirocchi (2013, p. 01) afirma que a construção do Estado brasileiro deu-se ancorada, em boa parte, no “aparato da burocracia eclesiástica, o único existente a nível capilar em território nacional nos anos imediatamente posteriores à Independência”.

A Constituição de 1824 implementa no Brasil o “Padroado Civil”, com o intuito de adequar a estrutura eclesiástica às demandas do Governo. Assim, os párocos ganham funções civis que “praticamente os integram ao funcionalismo público”. Além de salários para o clero e a responsabilidade sobre os nascimentos, matrimônios e óbitos oficiais, o aumento

de sua participação no processo eleitoral amplia a influência política da classe e contribui para o surgimento de um “liberalismo eclesiástico, encabeçado pelo padre Feijó” (SANTIROCCHI, 2013, p. 02).

Parte do clero no período já era formada no Brasil e tinha influência das ideias iluministas e libertárias provindas da Revolução Francesa, do final do século XVIII. Vale ressaltar que o movimento era apoiado por setores das elites regionais, interessados no processo de abertura de mercados e de preservação de sua influência nas localidades. Por outro lado, esse movimento desagradava setores tradicionais da Igreja Católica brasileira, como o Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antônio de Seixas, e o bispo do Maranhão, D. Marcos Antônio de Sousa (SANTIROCCHI, 2010).

A Igreja Católica romana passa por um processo de resistência e adaptação às mudanças ocorridas na Europa após a Revolução Francesa. O objetivo era tentar centralizar o pensamento católico mundial nas ideias provenientes de Roma. Esse movimento ficou conhecido como “ultramontanismo”. Apesar de cunhado ainda no século XIII para classificar os papas escolhidos ao norte dos Alpes, ou seja, “para além dos montes”, no final do século XIX o termo correspondia a “estar voltado para as ideias emanadas de Roma”, em consonância com o que dizia a Santa Sé, para além do que se via da França.

O ultramontanismo, no século XIX, se caracterizou por uma série de ideias e atitudes da Igreja católica num movimento de reação às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. As suas principais características podem ser assim resumidas: esforço pelo fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais e dos bispos sobre suas dioceses; reafirmação da escolástica; restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); e definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica Quanta Cura e o Silabo dos Erros, anexo à mesma, publicados em 1864. O fortalecimento da autoridade pontifícia, resultando na definição da infalibilidade papal nos pronunciamentos ex-cathedra durante o Vaticano I (1869-1870), foi um dos momentos culminantes do movimento ultramontano (SANTIROCCHI, 2010, p. 195-199).

Em Mariana, o ultramontanismo do século XIX é estudado durante a gestão do bispo Dom Antônio Ferreira Viçoso. Empossado em 1844, Dom Viçoso passa os mais de 30 anos de seu mandato viajando pelas paróquias mineiras em defesa de uma romanização da Igreja Católica no Brasil, ensinando o evangelho a partir da centralidade do poder episcopal na figura do Papa. Esse processo visava uma “uniformização da Igreja romana na vida eclesial e eclesiástica da Igreja no Brasil” (PEREIRA, 2004). Para reforçar o poder papal sobre as paróquias, os bispos ganham importância na relação entre as Igrejas romana e brasileira com a

função de reproduzir as medidas indicadas pelo Vaticano nas áreas abrangidas por suas jurisdições.

A aproximação com a Igreja Romana é impulsionada ao final do século XIX com a Proclamação da República no Brasil, em 1889. A Constituição de 1891 reduzia o aparelhamento entre Igreja e Estado praticado durante o Império. Isso obriga a Igreja brasileira a retomar a linha de desenvolvimento estrutural adotada pelo Vaticano. Thomas Bruneau (1979, p. 28) fala de uma separação “abrupta e completa”:

[...] reconheciam-se a liberdade do culto; só os casamentos civis eram válidos; a educação foi secularizada, a religião foi excluída do currículo, o governo ficou proibido de subsidiar a educação religiosa; o clero católico seria sustentado pelo Estado apenas por mais um ano; os membros das ordens religiosas engajados pelo voto de obediência perdiam os direitos civis, e assim por diante.

Esse movimento em direção ao plano de desenvolvimento do Vaticano dá resultados expressivos à Igreja no Brasil em menos de um século. Se, em 1891 haviam no Brasil 12 bispados, em 1920 esse número chegava a 58. Em 1964, haviam 178 divisões eclesiásticas no país, o que representava uma ampliação de 1500% em pouco mais de 70 anos (BRUNEAU, 1979).

No início do século XX, a doutrina criada pelo Vaticano é desenvolvida a partir do conceito de “nova cristandade” (RICHARD, 1982, p. 99). Enquanto a cristandade colonial mantinha-se com e pelo apoio da Igreja Católica Romana às oligarquias dominantes, a nova cristandade é tecida acompanhando o capitalismo e o liberalismo econômico que tinham nos Estados Unidos seu principal representante.

Os acontecimentos do século reverberam em instituições milenares como a Igreja Católica. O contexto da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, inscrito em todo o “longo período de guerra mundial (1914-1945)”, citado por Hobsbawm (2013), contribui para profundas mudanças no pensamento católico hegemônico a ser amplificado e legitimado pelos comunicados oficiais da Igreja.

A nova cristandade – que se apoiaria nas relações Igreja-Estado e Igreja-Sociedade para justificar a manutenção das estruturas sociais de desigualdade e exploração de classes – é questionada diante da exposição das violências provocadas pela crise capitalista. Além disso, a Revolução Bolchevique, desde 1917, apresenta ao mundo uma alternativa aos regimes políticos e econômicos já testados.

A disputa até meados da década de 1960 é travada entre defensores da cristandade conservadora e adeptos de uma cristandade “populista-nacionalista-latino-americanista,

culturalista e desenvolvimentista’ (anti-socialista)”. Lança-se um “populismo eclesiástico”, que visa aproximar das camadas populares sem perderem o apoio das elites.

Se compararmos o período 1870-1930 com o de 1930-1960, poderemos certamente constatar uma evolução notável da nova cristandade latino-americana. Esta chega a ampliar, de uma maneira significativa, sua base social: de uma *cristandade fechada* no círculo estreito das elites oligárquicas evolui-se para uma *cristandade aberta* às classes médias e aos setores populares. De uma Igreja na defensiva na luta contra o liberalismo passa-se a uma Igreja colocada na ofensiva na luta contra o subdesenvolvimento. De uma Igreja romanizada, estrangeira, centralizada, sobre as devoções formais e as manifestações religiosas de massa, e absorvida pelos problemas familiares e educacionais, avança-se para uma Igreja aberta aos problemas latino-americanos e nacionais, preocupada com a formação integral de seus militantes, e orientada para os problemas sociais e políticos. A nova cristandade evoluiu no conservantismo para o social-cristianismo reformista e desenvolvimentista (RICHARD, 1982, p. 112).

Uma reforma na cristandade, ainda que buscando maior abertura desta às classes médias e elites locais, não seria suficiente para responder aos anseios sociais de setores católicos mais progressistas, sobretudo nas Igrejas Católicas latino-americanas. A partir da década de 1950, fortalecem as aproximações entre setores da Igreja Católica tanto no Brasil quanto em Roma.

Em 1959, com a morte do Papa Pio XII, assume o posto máximo da Igreja no mundo João XXIII, tido como o promotor de “reformas importantes”. O papa convoca os católicos para o Concílio Ecumênico Vaticano II que, a partir de 1962, visa delimitar as reformas internas vivenciadas pela Igreja em Roma e que deveriam ser transmitidas para todo o mundo católico. Predecessora ao Concílio, em 1961 é publicada a Encíclica *Mater et Magistra*, em homenagem ao septuagésimo aniversário de outra carta papal, a Encíclica *Rerum Novarum*¹², de autoria do Papa Leão XIII.

[...] quatro partes compõem a estrutura geral da encíclica: a primeira recorda o 70º aniversário da *Rerum Novarum* e faz um pequeno resumo da doutrina social dos pontífices anteriores; a segunda oferece uma síntese doutrinária que esclarece, adapta e desenvolve o ensinamento anterior; a terceira aborda os novos aspectos da questão social; a quarta e última parte tem um marcado acento pastoral e centraliza-se no papel que a Igreja pode desempenhar diante desses problemas (BRUNEAU, 1979, p. 68).

¹² Em 15 de maio de 1891, havia sido publicada *Rerum Novarum*, considerada por Ildefonso Camacho (1995, p. 57) como o “primeiro texto oficial da Igreja que aborda de forma global os problemas derivados da sociedade industrial”. De acordo com Camacho, o texto inicia-se reconhecendo a existência de uma situação de miséria na classe operária europeia do período. Em seguida, dedica-se a renegar uma “solução socialista” aos problemas, antes de propor uma “solução verdadeira”, envolvendo uma ação conjunta entre Igreja, Estado, proprietários e trabalhadores. Ainda que a encíclica também aborde superficialmente a responsabilidade do liberalismo na crise, o autor conclui que “o adversário explícito da *Rerum Novarum* é o socialismo”.

No Brasil, a Igreja Católica restaura algumas de suas conexões com o Estado brasileiro após o golpe de Estado dado por Getúlio Vargas, em 1930. São reestabelecidas formas de financiamento ao clero, reincluído o ensino religioso nas escolas, entre outras medidas. De modo geral, a estrutura autoritária criada por Vargas dificultava aberturas econômicas, políticas e sociais no Brasil, o que contribuía para a preservação dos mecanismos católicos tradicionais. O regime protegia a Igreja Católica das “ameaças à sua influência, representadas pelo comunismo, fascismo, movimentos trabalhistas, ou pelos simples liberais declarados” (BRUNEAU, 1979, p. 66). Em contrapartida, a Igreja – que era parte do regime – “apoiava e legitimava seu governo”.

Após a Segunda Guerra Mundial, há um intenso processo de industrialização no Brasil, o que contribui para o aumento da urbanização no país. Além do surgimento de movimentos trabalhistas tanto no campo quanto na cidade, a urbanização “pressagiava menor frequência à missa”, enquanto também se percebia a “diminuição das vocações e um aumento de interesse pelo espiritismo e de conversões ao protestantismo” (BRUNEAU, 1979, p. 67).

Assim, as aproximações sociais da Igreja Romana também são percebidas na Igreja brasileira. Em 1952, é criada a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), apresentada como uma estrutura de combate às injustiças sociais vivenciadas no país. Para Bruneau (1979, p. 70), a CNBB é criada para “coordenar e unificar a Igreja brasileira que nessa época tinha mais de 110 unidades eclesiásticas espalhadas pelo país imenso”.

Em Mariana, após a morte de Dom Viçoso, torna-se bispo da Diocese de Mariana Dom Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides em 1876, o primeiro brasileiro à frente do bispado, nascido no Rio de Janeiro. Duas décadas depois, ele é substituído por seu bispo auxiliar, Dom Silvério Gomes Pimenta, em 1897. Dom Silvério, o primeiro nascido na diocese a assumir o comando (natural de Congonhas), é promovido a Arcebispo de Mariana em 1906. Aluno e afilhado de Dom Viçoso, Dom Silvério é importante no processo de expansão da Igreja Católica em Minas.

Já em 1922, assume a Arquidiocese de Mariana Dom Helvécio Gomes de Oliveira. Vindo do Maranhão, seus quase 40 anos de mandato são marcados pelas grandes obras eclesiais e pela organização das associações religiosas. Entre as décadas de 1930 e 1960, a Igreja brasileira conhece o movimento denominado Ação Católica. Até os anos 1950, o movimento busca reafirmar os ensinamentos católicos romanos na sociedade que se forma no Brasil. Depois disso, a Ação Católica Brasileira busca instruir o apostolado leigo para as mudanças ocorridas na Igreja Romana a partir de sua maior aproximação das preocupações sociais.

Em fevereiro de 1959, assume a administração da Arquidiocese de Mariana o enterriano Dom Oscar de Oliveira; primeiro como arcebispo coadjutor, em seguida como administrador da Arquidiocese e, com a morte de Dom Helvécio em abril de 1960, efetivado como Arcebispo. Os primeiros anos do mandato de Dom Oscar são marcados por seu protagonismo na participação brasileira no Concílio Ecumênico Vaticano II. O concílio visava regulamentar as iminentes mudanças no pensamento católico que se faziam necessárias. O caráter reformista do evento reforça que seu objetivo era alinhar as práticas da Igreja no mundo aos ensinamentos vindouros do Vaticano.

A polarização ideológica da Guerra Fria citada na primeira parte deste trabalho atinge também as manifestações discursivas da Arquidiocese de Mariana no período. Fundado em 29 de junho de 1959, os primeiros anos do jornal O Arquidiocesano – Órgão Oficial da Arquidiocese de Mariana estão repletos, portanto: 1. de textos sobre as reformas católicas propostas por Roma; e 2. de textos em alerta aos perigos comunistas que ameaçavam o mundo católico. Em 1964, o jornal faz publicações em defesa do golpe de Estado, denominando-o como “revolução”. As publicações no jornal, aliadas ao poder que descobrimos ter os bispos na Igreja brasileira, ajuda-nos a revisitar as opiniões políticas do arcebispo. O episcopado de Dom Oscar de Oliveira dura até 1988 e o jornal O Arquidiocesano circula até meados de 1994.

2.3 A imprensa e o golpe de 1964

Os aspectos quase descritivos adotados nos subtópicos anteriores poderiam ser amplamente aplicados nesta etapa do trabalho. O ponto de partida poderia ter sido estabelecido nas revoluções Industrial ou Francesa, ou ainda na história da imprensa brasileira desde a fundação do primeiro jornal, por exemplo. Escolhemos não fazê-lo nesta parte por dois motivos:

Em primeiro lugar, com Motta (2013, p. 18), percebemos que as “estruturas narrativas são um fato cultural anterior aos acontecimentos e aos fenômenos que relatam”. O autor afirma que o ato de narrar está imbricado na experiência humana, independentemente dos recursos disponíveis para fazê-lo. Nossas vidas são, portanto, “acontecimentos narrativos” e vivemos em uma “teia de narrativas na qual estamos enredados”. As narrativas dão sentido à vida. Somos “seres narrativos, narradores natos, atores, personagens e ouvintes de nossas próprias narrativas” (MOTTA, 2013, p. 17).

Assim, até poderíamos tentar mergulhar em relatos da história da imprensa no Brasil e no mundo, escolhendo um fenômeno que marcasse o início da atividade jornalística

que se percebia na década de 1960. No entanto, essa escolha não abarcaria a dimensão cultural que queremos *coconstruir* da relação de parte da imprensa brasileira com o golpe de Estado de 1964. Mais que isso, restringiríamos a análise às estruturas que possibilitavam as manifestações discursivas que formam o nosso objeto. Encaramos que o jornalismo surge, não nos interessa quando, de uma necessidade humana de organizar e dar sentido a uma vida que não é individual e solitária. Somos sujeitos coletivos e nos relacionamos navegando em um “mar de histórias” que são nossas, dos outros e, portanto, do mundo e do tempo em que vivemos.

Em segundo lugar, ainda que precisemos conhecer as raízes da imprensa que se constituía no Brasil dos anos 1960, são os atos de fala que compõem a intriga do golpe de 1964 que nos interessam nesta análise. Sabemos que as “nossas narrativas não terminam nunca” (MOTTA, 2013, p. 18) e, por isso, tomamos as publicações de 1964 como ponto de partida para entender a mediação simbólica exercida pelo O Arquidiocesano no contexto do golpe. É, portanto, o que narravam os jornais e como eles organizavam aquele presente que nos interessa. Tendo a narrativa jornalística como um fato cultural, partimos da perspectiva de que o ato de contar é uma arte judicatória (RICOEUR, 2012; MOTTA, 2013). Assim, trazemos para o protagonismo da análise a ação dos narradores, ou seja, (aspectos de) a enunciação que pode ser extraída dos enunciados.

A narrativa jornalística funciona em uma lógica própria que lhe confere legibilidade a partir de sua intenção ou promessa de narrativa factual. Ou seja, a configuração do sentido proposto pelo jornalismo passa pela presunção de veracidade do que é dito. Os narradores utilizam estratégias que gozam de um lugar (em constante movimento) adquirido pelo fazer jornalístico ao longo do tempo e que moldam as relações contratuais¹³ entre a mídia e seus leitores. Quando partimos do texto jornalístico – em busca de características da enunciação a serem desveladas –, é fundamental que consideremos as características que lhe conferem tal legibilidade. É, portanto, uma questão de performance.

Por que escolhemos manter este subtópico?

Se o que interessa é, portanto, as manifestações discursivas que se materializam no jornal O Arquidiocesano na década de 1960, o que nos faz abordar o papel da imprensa brasileira na tomada de poder de 1964? Em primeiro lugar, assumimos a afirmação de Motta

¹³ Cf. Charaudeau (2007).

(2013, p. 21) de que “todo discurso é poder, um poder que se exerce na relação entre quem fala e quem escuta”. Temos, portanto, uma dimensão estrutural do poder de fala que atravessa a situação de comunicação. Esse poder não é adquirido em um estalar de dedos e, por isso, observamos a importância de contextualizar as estruturas sociais e simbólicas que permeiam determinadas narrativas.

Além disso, se vivemos em uma teia narrativa, o mundo prefigurado de O Arquidiocesano também é construído com a ajuda das narrativas refiguradas pelos autores daquela intriga. Assim, quando pensamos no imaginário social do qual surge o golpe, optamos por evidenciar alguns discursos proferidos pelos veículos de comunicação que gozam da legibilidade jornalística para legitimar suas opiniões políticas. Por fim, os poderes conferidos ao jornalismo na década de 1960 são diferentes do modo como é pensada a prática jornalística em 2019. Assim, voltamo-nos para as características da imprensa de 1960 para compreender como se manifestava a ação comunicativa dos jornais no período.

Para começarmos essa conversa, é preciso ter cuidado para não cair em um reducionismo quase automático: compreender o jornalismo brasileiro da década de 1960 apenas pela perspectiva dos jornais impressos. De fato, boa parte do conteúdo jornalístico do período era produzida nas redações dos jornais. Por outro lado, a força da comunicação por meio do rádio foi antecipada neste trabalho ao falarmos do papel das rádios gaúchas na divulgação das ações do Exército da Legalidade – liderado por Leonel Brizola –, fundamental para garantir a posse de João Goulart em 1961.

Ao fazer esse reconhecimento, delimitamos as perspectivas dessa análise para a imprensa brasileira da década de 1960. É, portanto, a *performance* dos jornais impressos que nos interessa aqui. Marialva Barbosa, em *História Cultural da Imprensa (1900-2000)* (2007), aponta que o “mito da modernização”, incentivado pelo *slogan* do presidente Juscelino Kubitschek “Cinquenta anos em cinco”, penetrou também as redações dos principais jornais do país nos anos 1950. A maioria deles estava localizada no Rio de Janeiro, que ainda era a sede do Governo Federal.

De acordo com o espírito do tempo dos anos JK, em que desenvolvimento e modernização são palavras de ordem, também os jornais diários mais importantes da cidade apressam-se em se transformar e, o mais importante, construir aquele momento como marco fundador de transformações decisivas no campo jornalístico (BARBOSA, 2007, p. 149)

Barbosa (2007) ressalva que essas mudanças eram narradas pelos próprios indivíduos que as experimentavam nas redações dos jornais e cita Nelson Rodrigues, que

narra a chegada do *copy-desk* às redações cariocas. Rodrigues reclama: “Rapidamente os nossos jornais foram atacados de uma doença grave: — a objetividade” (BARBOSA, 2007, p. 150). A primeira metade do século XX nos apresenta um jornalismo indissociável da produção literária. Escritores eram os autores dos textos publicados nos jornais e as grandes crônicas, críticas literárias e rubricas políticas ditavam o ritmo do jornalismo impresso no Brasil.

Os jornais, ao priorizarem, a partir daí, um conteúdo enfeixado pela ideia de imparcialidade contida nos parâmetros do lide e na edição, no qual o corpo de *copy-desk* ganha destaque, e ao promoverem a padronização da linguagem, constroem para a imprensa o espaço de neutralidade absoluta. Com isso passam a ter o reconhecimento do público como lugares emblemáticos para a difusão da informação, ainda que a carga opinativa não tenha sido alijada das publicações (BARBOSA, 2007, p. 151).

Essa modernização dos meios de comunicação deve ser vista, de acordo com Barbosa (2007, p. 150), como “o momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco fundador de um jornalismo que se fazia moderno e permeado por uma neutralidade fundamental para espelhar o mundo”. Assim, construía-se a “mítica da objetividade” que dava à prática jornalística um “lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor” (BARBOSA, 2007, p. 150).

Como enfatiza Ana Paula Goulart Ribeiro (2000:8), a modernização gráfica, editorial, linguística e empresarial dos jornais diários do Rio de Janeiro representa para a imprensa a instauração de um lugar institucional que lhe permite, a partir de então, enunciar as verdades dos acontecimentos de forma oficializada e se constituir como registro factual por excelência. Para a pesquisadora, a partir desse momento, o jornalismo se afirma como fala autorizada em relação à constituição do real. O discurso jornalístico se reveste da aura de fidelidade aos fatos, o que lhe confere considerável poder simbólico (BARBOSA, 2007, p. 151).

A atividade jornalística ganha, então, o *status* de guardião da verdade ao possuir a “capacidade de tornar explícito, público, visível e oficial aquilo que poderia permanecer como experiência individual” (BARBOSA, 2007, p. 154). Falando desse lugar, o jornalista exerce o poder de formar a opinião pública e o senso comum. Ele tem o poder de fala, ou “poder da palavra” que, para a autora, “é o de quem detém essa palavra, ou seja, não só o discurso, mas também a formalização da maneira de falar” (BARBOSA, 2007, p. 153).

É, portanto, a partir desse poder simbólico que permeia a *performance* jornalística do início dos anos 1960 que apresentamos a participação de alguns jornais no clima que culmina no golpe “midiático-civil-militar” (SILVA, 2014) de 1964. Tanto Silva (2014) quanto

Barbosa (2007) citam o pesquisador italiano Antônio Gramsci, que trata de um papel “intelectual orgânico” exercido pelos jornalistas ao promoverem uma articulação intelectual [por meio da linguagem] entre os “grupos dominantes” e detentores do poder de fala.

Barbosa (2007, p. 152) afirma que estes “centralizam, disciplinam e organizam ideologicamente as ideias, e o público para o qual devem ser difundidas”. Já Juremir Machado da Silva (2014, p. 31), ao tratar do golpe de Estado de 1964, afirma que a imprensa brasileira agiu como um intelectual orgânico, “um comissário” das forças que queriam destituir o presidente João Goulart. O autor aponta o processo de construção da opinião pública nos moldes de um consenso quanto à ameaça comunista que se aproximava com as reformas propostas por Jango.

Marialva Barbosa (2007, p. 154) faz um levantamento do mercado jornalístico dos anos 1950 e aponta que, no início da década, existiam no Brasil 230 jornais diários, com uma “tiragem global de 5.750.000 exemplares”. No Rio de Janeiro circulavam 18 jornais diários (13 matutinos e cinco vespertinos), com uma expressiva parcela da tiragem global do país: 1.245.335 exemplares diários. A autora considera com maior poder de difusão (não apenas tiragem, mas também influência política) o Correio da Manhã, O Jornal, o Diário de Notícias, O Dia e a Luta Democrática (matutinos); além de O Globo, Última Hora, a Tribuna da Imprensa e o Diário Carioca (vespertinos).

Destes, quatro foram criados entre o final dos anos 1940 e início dos 1950. A Tribuna da Imprensa foi criada em 1949 por uma personagem que já apareceu nesta intriga: Carlos Lacerda. O jornal Última Hora foi fundado por Samuel Wainer em 1951, enquanto os jornais O Dia e Luta Democrática foram fundados em 1954. Durante a década de 1950, enquanto o Diário Carioca, O Jornal, o Diário da Noite e A Notícia apresentam decréscimo em suas tiragens, o jornal O Globo mais que dobra suas tiragens entre 1951 e 1960. De 100 mil exemplares em 1951, o jornal alcança a marca de 218 mil tiragens em 1960 (BARBOSA, 2007).

Juremir Machado da Silva (2014, p. 31) cita uma “adesão voluntária dos grandes jornais”, como O Globo, Folha de São Paulo, Correio da Manhã, O Dia, Tribuna da Imprensa, O Estado de Minas e Jornal do Brasil, além de movimentos como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade para argumentar que o “golpe foi construído em rede Nacional”. Enquanto os dados do IBGE revelavam alta popularidade do Governo João Goulart em 1964, o autor afirma que a “mídia conseguiu produzir a falsa ideia de que Jango estava isolado e sem apoio popular” (SILVA, 2014, p. 31).

No jornal O Globo é publicada a matéria “Na Marcha da Família o carioca expressará o seu repúdio ao comunismo”, em 28 de março de 1964. O texto evidencia, já no primeiro parágrafo, que o “movimento é de caráter cívico-religioso, destinado a firmar os sentimentos do povo brasileiro, sua fidelidade aos ideais democráticos e seu propósito de prestigiar o regime, a Constituição e o Congresso. Manifestando frontal repúdio ao comunismo ateu e antinacional”. Do texto, também destacamos a narração dos grupos que passaram a “integrar o movimento”:

[...] a Associação das Senhoras Brasileiras, a Rede das Entidades Democráticas, o Instituto Social, a Frente da Juventude Democrática, a Falange Patriótica, o Clube da Liberdade, tendo outras entidades de estudantes, trabalhadores e intelectuais prometido a adesão, após a aprovação de suas diretorias. A essas entidades somam-se as seguintes: Cruzada do Rosário e Família, Campanha Mulher pela Democracia, Liberdade de Defesa Nacional, Círculos dos Operários Católicos, Associação dos Pais de Família, Federação Brasileira de Progresso Feminino, Grupo de Desagravo ao Rosário, Grupo do Otimismo, União Cívica de São Paulo, Associação das Antigas Alunas do Sacre Couer de Jesus, Movimento de Reafirmação Democrática Brasileira, Grupos de Ex-Combatentes da FEB, Federação de Assistência aos Lázarus e Defesa da Lepra, Confederação Católica Arquidiocesana do Rio de Janeiro e outras (FICO, 2004, p. 317-318).

Por fim, a matéria apresenta o programa da Marcha pela Família com Deus pela Liberdade para os próximos dias: “dia 4 – Rio Claro, São José do Rio Preto; dia 5 – Passos, em Minas Gerais, e Presidente Prudente, em São Paulo; dia 11, Taubaté, Perigui e Botucatu; dia 12, Guaratinguetá e Lorena e dia 15, Brasília” (FICO, 2004, p. 318). O autor argumenta que o golpe foi iniciado contra a vontade “daqueles que o tramavam” (FICO, 2004, p. 15). A deflagração do golpe necessitava de seu braço militar para acontecer e estava marcada, de acordo com ele, para “alguns dias depois da movimentação de tropas precocemente iniciada no dia 31, em Juiz de Fora (MG)” (FICO, 2004, p. 15).

O autor aponta a intensificação de uma campanha de desestabilização do Governo João Goulart nos últimos dias de março de 1964. As conspirações envolviam empresários, parlamentares, governadores, oficiais gerais e oficiais superiores, que visavam afirmar a incompetência do governo e seu viés esquerdista por meio de atividades de “propaganda política variada, capitaneadas pelo Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e pelo Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)” (FICO, 2004, p. 15).

Fico (2004) reproduz também um trecho do discurso de João Goulart durante a reunião de Sargentos no Automóvel Clube, em 30 de março de 1964. Interessa-nos um trecho que aborda diretamente as disputas simbólicas de poder dentro da Igreja Católica brasileira. Enquanto a Arquidiocese do Rio de Janeiro apoiava a tomada de poder pelos militares, o

arcebispado de Dom Hélder Câmara à frente da Arquidiocese de São Paulo é referência para a memória de resistência ao golpe de Estado de 1964.

Vimos, de repente, os políticos que mais pregaram o ódio neste país estenderem a mão para os políticos mais corruptos da história brasileira e juntos terem o cinismo de falar em nome dos sentimentos católicos do povo. Passaram a acusar de anticatólicos, não apenas o Presidente da República, mas ao próprio Cardeal de São Paulo. Na hora em que ainda ressonam as Encíclicas Sociais de João XXIII, é demasiada audácia a desses aventureiros se atreverem a falar em nome da Igreja. Não me cabe, porém, combater essa usurpação, pois a Ação Católica de Minas e de São Paulo já tomou essa iniciativa. E a maior resposta a esses fariseus foi dada por aquele prelado brasileiro que, a 2 de fevereiro de 1963, afirmava que os ricos da América Latina falam muito em reformas de base, mas chamam de comunistas aqueles que se decidem a levá-las à prática. Ele explicava: ‘É fácil de entender: os ricos da América Latina continuam a deter o Parlamento e têm o grande idealismo da fé no futuro.’ Dizia, por fim: ‘O egoísmo de muitos ricos, sua cegueira, é um problema muito mais grave do que o próprio comunismo’¹⁴ (FICO, 2004, p. 319).

Em 31 de março de 1964, é publicado no Correio da Manhã o editorial “BASTA!”. O texto começa com a pergunta: “Até que ponto o Presidente da República abusará da paciência da Nação?”¹⁵ (FICO, 2004, p. 322) e acusa o presidente de demagogia e de causar o clima de “intranquilidade e insegurança que se verifica presente na classe produtora”. O texto afirma ainda que Jango não tem a “capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional”. Por fim, o editorial conclui que “o Brasil já sofreu demais com o governo atual, agora basta!”. Em 1º de abril o jornal publica o editorial “FORA!” e no dia seguinte é publicado o editorial “BASTA! E FORA!” (FICO, 2004, p. 322).

No interior das Minas Gerais, as instituições também se veem inseridas nesse cenário de disputa. A Arquidiocese de Mariana lança o jornal O Arquidiocesano em 1959 e alinha-se rapidamente à narrativa anticomunista. O veículo, como veremos nas partes subsequentes desta análise, compõe uma rede discursiva que tem fontes produtoras de conteúdo em várias partes do país e do mundo. Como exemplo, citamos a descoberta de que a manchete de 19 de abril de 1964, “Brasil de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista”, foi escrita no Rio de Janeiro.

¹⁴ Discurso do Presidente João Goulart de 30 de março de 1964.

¹⁵ O título é inspirado nas Catilinárias, de série clássica de discursos do cônsul romano Marco Túlio Cícero contra o senador Lúcio Sérgio Catilina, acusado de conspiração. O discurso inicia-se assim: “Até quando, Catilina, abusarás de nossa paciência? [...] Não vês que tua conspiração foi dominada pelos que a conhecem?”.

3 A MIMESIS II: OS TEXTOS

Paul Ricoeur (2012) entende o texto como a materialização de um discurso situado entre o mundo prefigurado do compositor da intriga (mimesis I) e o mundo refigurado pelo leitor (mimesis III). Apesar disso, o autor afirma que essa inscrição do texto no que ele chama de mimesis II vai muito além de uma dimensão de enquadramento e localização.

É justamente a função de *mediação* que o texto exerce entre um mundo anterior e outro posterior à leitura que o posiciona em uma instância intermediária entre as mimesis I e III. O texto é construído em uma “operação de configuração” (RICOEUR, 2012, p. 114). É, portanto, o ponto de partida de uma análise da narrativa escrita, já que é por meio dele que se começa a busca pela intencionalidade discursiva do narrador.

Desse modo, acessamos no presente as páginas do jornal como documentos históricos de uma situação de comunicação que se estabeleceu no início da década de 1960. Nossa experiência como analistas em 2019 nos oferece uma perspectiva diferente dos assinantes do jornal no período pesquisado. Temos acesso à obra fechada dos exemplares e podemos pesquisar os acontecimentos históricos na internet para depois lê-los no jornal, por exemplo.

Já a experiência do leitor de O Arquidiocesano é mediada simbolicamente em uma negociação que tem cláusulas próprias e faz com que introduzamos o que, de fato, faz a narrativa jornalística diferente das outras.

O tempo no relato jornalístico é difuso, anárquico, invertido. Por isso, a lógica e a sintaxe narrativas só despontarão se pudermos reconfigurar os relatos como unidades temáticas, intrigas que contenham princípio, meio e final de uma estória única (como aliás fazem, de maneira natural, os leitores, ouvintes e telespectadores nos atos de recepção). Reunindo informações dispersas sobre *um mesmo tema ou assunto* (que podem estar separadas por intervalos de dias, semanas ou meses no noticiário), o analista junta as pontas, encontra os conectivos e encadeamentos narrativos, os antecedentes e consequentes, recompõe a serialidade, a sequência e a continuidade da intriga, como o leitor faz corriqueiramente. O analista precisa reordenar temporalmente a estória, configurar a cronologia do enredo que no jornalismo costuma apresentar-se invertida: a estória começa muitas vezes pelo final, quando o incidente é reportado, e só depois as causas e antecedentes são trazidos a público. Recompôr a serialidade é reorganizar o tempo narrativo no relato difuso e confuso do jornalismo, que não produz uma definição dos limites de cada estória. O analista precisa identificar os conflitos, posicionar as personagens, descortinar o clímax e o desenlace da intriga (MOTTA, 2013, p. 96-97).

Se a narrativa tem o poder de ser a guardiã da memória, a narrativa jornalística goza do direito de ser a organizadora do tempo presente ao selecionar os acontecimentos recentes e rerepresentá-los em uma lógica própria e indiscutível. Os textos jornalísticos

recebem a *cenografia* necessária para colocar na cena dos eventos os leitores que neles acreditam. Como assinala Motta (2013, p. 96), a “intenção é produzir o efeito de realidade, a veracidade”.

Ao entendermos o jornalismo como fato cultural operado em uma lógica própria de configuração, nos sentimos confortáveis em aplicar o que nos diz Luiz Motta, em *Análise Crítica da Narrativa* (2013). Propor uma análise crítica requer considerar a narrativa como instância atravessada por relações de poder, controle e, por isso, como uma instância de discurso. É entender como um agente, sujeito ou, no nosso caso, o narrador (seja ele veículo, jornalista ou fonte) se manifesta em uma lógica de representação que lhe confere legibilidade e credibilidade. É pensar, portanto, como essas situações se manifestam no texto, ainda que o objetivo, muitas vezes, seja silenciá-las.

Uma intriga jornalística não se encerra em um texto. Ela é impulsionada pela mediação simbólica entre um mundo anterior e outro posterior à leitura. Por isso, circunscreve-se em uma teia de enunciados e enunciações que, cronologicamente, podem aparecer antes ou depois de uma determinada manifestação textual.

É preciso, portanto, reordenar a selvagem cronologia jornalística, encontrar os antecedentes, identificar e reposicionar as personagens, seus papéis e *funções* [grifo do autor] no desenrolar dos episódios; enfim, domar pela força da ordem narrativa o selvagem tempo jornalístico (MOTTA, 2013, p. 98).

Assim, por meio das publicações anticomunistas do jornal O Arquidiocesano, buscamos rastros de jogos narrativos nos quais o veículo está inserido e que nos ajudem a acionar a memória do golpe de 1964. Mas como identificar as características dessa aversão à ideologia comunista idealizada nas páginas do jornal?

Para responder a essa indagação, recorreremos aos textos selecionados para a nossa análise qualitativa. A escolha desses textos será explicada posteriormente neste trabalho. Por ora, concentramo-nos na abordagem das três publicações: “Comunismo, Religião e Pátria”, publicada em 9 de fevereiro de 1964; “Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista”, de 19 de abril de 1964; e “Revolução Necessária”, publicada em 27 de dezembro de 1964.

09/02/1964. Comunismo, Religião e Pátria – Autoria: Dom Oscar de Oliveira

Em 9 de fevereiro de 1964 é publicada a carta pastoral “Comunismo, Religião e Pátria”, destinada ao “Ao Revmo. Clero Diocesano e Regular, Religiosas, Ação Católica,

Associações Religiosas e Fieis em geral”. O documento ocupa toda a primeira página da edição 230, além de 3/4 da página 04.

Dividida em quatro subtítulos, o texto é publicado três dias após a Frente Progressista divulgar, no jornal O Correio da Manhã, um documento com as características principais das reformas de base propostas pelo Governo Jango. Já no início, o texto apresenta marcas textuais que nos ajudam a compreender como o jornal tratava a ideologia comunista.

O comunismo, que ambiciona conquistar o mundo inteiro, tem recebido formal e solene repulsa da Igreja Católica em vários documentos dos Papas, como Leão XIII, Pio XI, Pio XII e João XXIII.

Bispos, Sacerdotes e intelectuais leigos de todo o mundo têm erguido suas vozes contra a cruel heresia marxista.

Jamais poderá a Igreja de Cristo transigir com o comunismo. Comunismo e cristianismo são dois polos diametralmente opostos, antagônicos como trevas e luz, fogo e água. Daí, o ódio comunista ao cristianismo, seu firme e eterno adversário (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 09/02/1964, p. 01).

Desse trecho, salta-nos aos olhos a reafirmação da *repulsa* da Igreja Católica, narrada como uníssona, ao comunismo. Também é clara a afirmação de que o marxismo é uma *cruel heresia*. Por fim, o trecho estabelece barreiras rígidas entre os pensamentos comunistas e cristãos, colocando-os em “dois polos diametralmente opostos” e afirma que comunistas têm *ódio* do cristianismo e veem os cristãos como *eternos adversários*.

No parágrafo seguinte, o texto faz uma associação direta do comunismo a um dos mais tradicionais inimigos do cristianismo: Satã. Assim, o texto afirma que o comunismo é uma *filosofia satânica*. Além disso, novamente o texto fala da *heresia* comunista.

Ingênuo seria crer que o comunismo tivesse por meta somente o fator econômico, que fosse apenas uma questão de estômago, que simplesmente visasse a um bem-estar de nutrição, vestuário, moradia, assistência sanitária, repouso remunerado. Não, o comunismo é uma filosofia de vida, uma filosofia satânica. Com efeito, há homens ricos e cultos, há trabalhadores recebendo polpudos salários a quem não falta conforto e que, no entanto, trabalham intensamente em favor da heresia comunista.

Mais do que uma doutrina econômica, social e política, o comunismo é uma ideologia essencialmente materialista que pretende abarcar tudo, substituir pelo seu mito, ocupar o lugar da fé religiosa e tornar o mundo profano.

Os <<mestres do engôdo>>, como chama aos comunistas Edgard Hoover, procuram fazer esquecer nas massas a verdadeira natureza do comunismo, que, em verdade, despoja do homem o sentimento religioso, rouba-lhe a liberdade, nega-lhe a dignidade da pessoa (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 09/02/1964, p. 01).

Do trecho acima, destacamos ainda o termo entre aspas, caracterizando os comunistas como *mestres do engôdo*. Além disso, de acordo com o texto, o comunismo “despoja do homem o sentimento religioso, rouba-lhe a liberdade, nega-lhe a dignidade da

pessoa”. Na sequência, há a afirmação de que a Rússia exige a “abolição completa do sentimento religioso”. Dom Oscar utiliza citações para reforçar sua argumentação, algumas delas atribuídas a Lênin e Marx. O arcebispo cita que o programa comunista tem por objetivo “*disseminar o ódio à religião, ao clero e aos fiéis*”.

A doutrina comunista, como quer Marx, visa a <<libertar as consciências do espectro religioso>>. O ilustre escritor Georges Goyau em seu livro *Dieu chez les Soviets* demonstra que o <<o Estado moscovita exige a abolição completa do sentimento religioso em seus partidários, proclamando haver absoluta incompatibilidade entre a crença em Deus e a aceitação dos princípios comunistas>>. É programa comunista disseminar o ódio à religião, ao clero e aos fiéis, como claramente expõe Lenine: <<A guerra contra quaisquer cristãos é para nós uma lei inabalável. Não cremos em postulados eternos de moral, e haveremos de desmascarar este embuste. A moral comunista é sinônimo da luta pelo robustecimento da ditadura proletária>>. Para o comunismo o cristianismo é <<coisa passada>>, é doutrina <<antiprogredista>>, <<filha das supertições do obscurantismo>> (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 09/02/1964, p. 01).

O arcebispo conclui o argumento inicial, no qual aponta distanciamentos entre os pensamentos católicos e comunistas invocando citações do Papa Pio XI e de Lenin. O comunismo é, então, *intrinsecamente perverso* e é inadmissível aceitar qualquer colaboração comunista por aqueles que desejam “salvar a civilização cristã”. Do trecho, destacamos os termos “comunismo ateu”, “inimigo declarado” e “penetração comunista”. Também nos salta aos olhos a definição do arcebispo de que o comunismo, “sem Deus, sem fé, sem moral”, serve-se “*inescrupulosamente* de quaisquer meios, ainda os mais *desonestos*, para alcançar seus fins”.

Eis porque Pio XI afirmou que o comunismo é <<a mais completa negação de Deus>> e representa uma <<guerra contra tudo o que é divino>> (encíclica *Divini Redemptoris*).

No lugar de Deus coloca o comunismo os mitos de <<consciência revolucionária>>, de <<evolução materialista>>, de <<igualdade econômica>>.

Por isso declarou em termos incisivos o Papa Pio XI: <<O comunismo é intrinsecamente perverso; não se pode admitir, em nenhum terreno, a colaboração com ele da parte de quem queira salvar a civilização cristã>>. E Pio XI num discurso pronunciado durante o 2º Congresso de apostolado dos Leigos, em outubro de 1958, advertiu: <<A Igreja de Cristo não cogita abandonar sem luta o terreno a seu inimigo declarado, o comunismo ateu. Este combate será continuado até o fim, com as armas de Cristo>>.

Sem Deus, sem fé, sem moral, o comunismo serve-se inescrupulosamente de quaisquer meios, ainda os mais desonestos, para alcançar seus fins, segundo diretivas de Marx. E Lenine apontou a fórmula para vencer as resistências: <<Em todos aqueles países em que, como consequência de um estado continuado de leis de emergência, os comunistas não puderem levar a cabo legalmente seu trabalho, é absolutamente necessário combinar o esforço legal com o ilegal. Nossos afiliados devem criar em toda a parte um aparelhamento duplicado e ilegal que nos momentos decisivos ajude o Partido a cumprir suas obrigações para com a Revolução>> (<<*Obras Escolhidas de Lenine*>>, vol. X, p. 202). Insistindo sobre este ponto, escrevia ainda ele: <<É necessário estar preparados para enfrentar tudo isto, para

aceitar tôdas as classes de sacrifícios e, em caso de necessidade, para recorrer a todo o gênero de estratagemas, manobras e métodos ilegais, tais como a evasão e os subterfúgios, a fim de penetrarmos nos sindicatos e operar dentro dêles — custe o que custar — verdadeira penetração comunista>>.

Alardeiam os comunistas o culto da liberdade e da democracia, mas os que sinceramente se opõem às suas doutrinas são sempre taxados de <<reacionários>>.

Impossibilitados de rebater argumentos opostos às suas idéias, repisam as mesmas fórmulas, os mesmos slogans de <reacionário>>, <<entreguista>>, <<gorila>> (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 09/02/1964, p. 01).

O primeiro subtítulo apresentado no texto denomina-se “O EVANGELHO DE CRISTO E O BEM SOCIAL”. Nessa seção, Dom Oscar de Oliveira reconhece a existência de injustiças sociais no período de construção do texto e propõe que o Evangelho seja seguido como única solução para os problemas. O trecho busca apresentar os riscos do comunismo à Igreja Católica. Dessa parte, destacamos os termos “pretextos dos comunistas”, “hipocritamente”, “ousadia comunista”, “penetrar em ambientes cristãos”, “fingir-se” e “destruí-la”. Também é possível perceber distanciamentos que o texto propõe entre discursos, práticas comunistas e o que a Arquidiocese de Mariana entende por *verdade*.

Clamorosas injustiças se verificam no seio da sociedade, com seu cortêjo de misérias materiais, morais e espirituais, mas não é o comunismo que irá solucioná-las, e sim o Evangelho eterno com seus princípios de verdade, justiça e caridade.

É aplicando-os constantemente, sinceramente, que os homens de boa vontade hão de responder aos pretextos dos comunistas.

A ousadia comunista chega a vestir alguns de seus lobos com veste de ovelhas a fim de, despercebidos como tais, penetrar em ambientes cristãos, fingir-se cristãos, receber sacramentos. E tais exaltam hipòcritamente a Igreja de Cristo, a qual em vão se esforçam por destruí-la.

Chegam a desvirtuar o sentido de ensinamentos pontifícios, a citar trechos de encíclicas destacados de seu conjunto, em favor de sua deletéria propaganda comunista.

Amargurou-se o coração de João XXIII ao ter conhecimento dêsses deploráveis abusos, e agora nem ainda respeitam a memória do Papa da Paz e da Bondade, Papa da Paz, pois se esforçou por estabelecer na terra aquela Paz que o mundo não pode dar — a Paz de Cristo. Papa da Paz de Cristo, a qual é o fruto do sincero amor a Deus e ao próximo. Papa da Bondade, da bondade de Cristo, que não pode confundir-se com a tolerância, com a iniquidade e o êrro.

Na sua encíclica *Ad Petri Cathedram*, de 1º de agosto de 1959, diz João XXIII: <<Não faltam também os que, sem impugnam de propósito a verdade, tomam uma atitude de negligência e sumo descuido, como se Deus não nos tivesse dado a razão para procurar e alcançar a verdade. Êste reprovável modo de proceder conduz, quase espontâneamente, a esta afirmação absurda: Tôdas as religiões valem o mesmo. Não se faz nenhuma diferença entre a verdade e o êrro. <<Êste princípio — para usar as palavras do mesmo Nosso Predecessor (cita Leão XIII) — leva necessariamente à ruína de tôdas as religiões, especialmente da católica, que, sendo a única verdadeira entre tôdas, não pode, sem grandíssima ofensa ser colocada no mesmo plano que as outras>> (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 09/02/1964, p. 01).

“JOÃO XXIII E O COMUNISMO” é o subtítulo subsequente apresentado por Dom Oscar de Oliveira. Nesse trecho, o arcebispo apresenta citações atribuídas aos Papas

João XXIII e Leão XIII para defender as estruturas sociais vigentes e questionar as lutas de classes. Novamente, o termo “heresia comunista” aparece, além de “perigos”.

Com a mesma firmeza de seus Predecessores profligou João XXIII a heresia comunista, alertou os fiéis contra seus perigos e lhes apontou o caminho seguro.

O comunismo apregoa seu plano de estabelecer na terra a igualdade de todos os homens. Responde-lhe João XXIII na mesma encíclica *ad Petri Cathedram* que é <<absolutamente necessário restaurar também, entre as várias classes sociais, a mesma concórdia que se deseja entre os povos e as nações>>. E cita êste trecho de Leão XIII: <<Quis Deus que, na comunidade do convívio humano, houvesse desigualdade de classes, mas ao mesmo tempo certa igualdade nascida da sua íntima e amigável colaboração>>. Prossegue João XXIII, citando Leão XIII: Com efeito, <<como no corpo os vários membros se conciliam entre si e formam aquela harmônica combinação que se chama simetria, do mesmo modo a natureza exige que, no convívio civil, as classes se integrem mutuamente e pela cooperação levem a um justo equilíbrio. Uma não pode passar sem a outra; *não pode subsistir o capital sem o trabalho, nem o trabalho sem o capital*. A concordia produz a beleza e a ordem das coisas>>. (Da *Rerum Novarum*)

O capital unido ao trabalho é instrumento de riqueza, progresso social — capital econômico. É, portanto, necessário. O que a Igreja condena é o capital liberal, desvencilhado da moral, sem ter em conta a dignidade do operário, a justiça social e a caridade.

Adverte João XXIII: <<Quem ousa, portanto, negar a diversidade das classes sociais contradiz a própria ordem da natureza. Quem se opõe a esta amigável e indispensável colaboração entre as mesmas classes contribui para arruinar e dividir a sociedade humana, com grave perturbação e dano do bem público e particular. Observava com razão o nosso Predecessor Pio XII de imortal memória: << Num povo digno d'êste nome, tôdas as desigualdades que não derivam do arbítrio. Mas da própria natureza das coisas — desigualdade de cultura, de havêres, de posição social, sem prejuízo, é claro, da justiça e da caridade mútua — não se opõem à existência de um autêntico espírito de fraternidade>> (Radiomensagem Natalícia de 1944).

Podem, cada classe e as várias categorias dos cidadãos, defender os próprios direitos, conquanto que o façam não pela violência, mas legitimamente, sem invadir os direitos alheios também êles inderrogáveis>>.

Externa João XXIII sua dor profunda ante a penosa situação de tantos seres humanos <<desprovidos de bens materiais, que se queixam de grande pobreza>>. O Papa deseja ardentemente que a <<virtude da justiça tenha a devida aplicação na questão social, e dirija e informe as relações mútuas das classes>>, mas lhe doi fundamente ver que <<os inimigos da Igreja abusem facilmente das injustas condições das pessoas necessitadas para atraí-las de seu lado com promessas enganosas e ilusões>>.

E pouco adiante, na mesma encíclica *Ad Petri Cathedram*: <<E se considerarmos com serenidade os *melhoramentos* que nos últimos tempos conseguiram os que vivem do trabalho diário, *devemos confessar que isso se deve principalmente à eficaz atividade dos católicos na questão social, segundo as sábias normas e repetidas exortações de nossos Predecessores*>> (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 09/02/1964, p. 01).

O texto continua na página 4 e continua com o alerta [do Papa João XXIII] *contra as propagandas comunistas*. Dom Oscar faz novas citações atribuídas ao Papa, além de citar invocações que João XXIII faz de outros pontífices. Deste trecho, destacam-se os termos “falsas promessas”, “debilitam ou destróem” e “a liberdade e a verdadeira dignidade devida à pessoa humana”. Também são reveladoras as *condenações* feitas ao *comunismo ateu*, por

parte da Igreja Católica. As falsas promessas comunistas, portanto, *arrancam do homem a fé religiosa, usurpam-lhe a liberdade e lhe destroem a dignidade*. Por fim, há uma citação na qual afirma-se que o estado comunista é a *forma extrema de despersonalização*.

E continuando, alerta o Papa contra as propagandas comunistas: <<*Nunca devem, pois, os cristãos dirigir-se aos propugnadores de doutrinas condenadas pela Igreja; é bem verdade que estes os atraem com falsas promessas, mas, onde quer que têm o governo na mão, tentam arrancar das mentes dos cidadãos o bem supremo das consciências — isto é, a fé, a esperança e os mandamentos — e debilitam ou destroem inteiramente aquilo que em nossos dias os homens civilizados exaltam, a saber, a liberdade e a verdadeira dignidade devida à pessoa humana; e até procuram destruir os próprios fundamentos da civilização cristã. Portanto, aqueles que querem permanecer fiéis a Cristo têm obrigação grave de consciência de evitar, de todos os modos estes erros que condenaram os Nossos Predecessores, especialmente Pio XI e Pio XII de feliz recordação, e Nós igualmente condenamos*>>.

Por ventura, poderia João XXIII ser mais claro e mais explícito nesta sua solene condenação às falsas promessas comunistas, que arrancam do homem a fé religiosa, usurpam-lhe a liberdade e lhe destroem a dignidade devidas à sua pessoa? Repete XXIII as condenações de seus Predecessores ao comunismo ateu, e, por sua parte, as condena: <<*Nós igualmente condenamos*>>.

Na encíclica *Mater et Magistra* lamenta as cruéis perseguições que sofrem os cristãos em vários países sob o guante comunista: <<Todos bem sabem e conhecem que em muitos Irmãos e Filhos Nossos, muito queridos, já há vários anos são cruelmente atormentados... Todavia, nenhuma insensatez parece mais própria a nosso tempo do que querer estabelecer uma ordem sólida e eficaz às coisas desta vida terrena, sem colocar por baixo o fundamento indispensável, isto é, sem fazer caso de Deus. Querem também exaltar a grandeza do homem, mas depois de secarem a fonte donde ela emana e se alimenta>>.

Reafirma tanto na encíclica *Mater et Magistra* como na *Pacem in Terris* o princípio sagrado da dignidade da pessoa humana. Nesta última diz: <<Todo ser humano tem direito natural ao respeito de sua dignidade>>. E adiante: <<A pessoa que erra não deixa de ser uma pessoa, nem perde nunca a dignidade de ser humano, e portanto sempre merece estima>>.

No setor econômico a *Pacem in Terris* consagra o princípio de que por exigência natural <<cabe à pessoa humana não só a liberdade de iniciativa, senão também o direito ao trabalho>>. Tutelando os direitos e devêres da pessoa humana proclama que é <<função essencial dos poderes públicos harmonizar e disciplinar devidamente os direitos com que os seres humanos se relacionam entre si, de maneira a evitar que os cidadãos, ao fazer valer os seus direitos, não atropelam os de outrem; ou que alguém, para salvaguardar os próprios direitos, impeça a outros de cumprir os seus devêres>>.

O estado comunista, ao envêr, é <<a forma extrema da despersonalização. Não conhece pessoas; conhece apenas números, unidades impessoais>> (Berdiaff – *De l'esclavage et de la liberté de l'homme*, pg. 262) (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 09/02/1964, p. 04).

No penúltimo subtítulo da carta pastoral, “JOÃO XXIII E A AMÉRICA LATINA”, Dom Oscar de Oliveira reforça o alerta aos perigos comunistas à Democracia no Brasil. O arcebispo convoca os “os homens públicos” a defender a Pátria *contra pequena e ousada minoria, ansiosa de impor a mais de 70 milhões de Brasileiros a tremenda ditadura comunista*. Novamente, são invocadas as figuras dos Papas João XXIII e Pio XII.

A 8 de novembro de 1961 enviou João XXIII uma Carta ao Episcopado da América Latina, na qual mencionava <<os perigos que insidiam a fé e a vida católica dessas Nações>>, recomendando aos Bispos a pôr em prática tudo o que estiver ao alcance dêles <<a fim de prevenir os fiéis, a vós confiados, das insídias que os ameaçam>>. Na mente do Papa as insídias comunistas à América Latina eram o que mais o preocupavam. Recordava especialmente seus graves problemas aos homens de governo: <<Os nossos votos e exortações são dirigidos aos governantes e a todos a quem incumbe a grave tarefa de os enfrentar, a fim de que saibam resolver, com a diligência e tacto que requerem. Seja-Nos, pois, permitido recordar-lhes que nenhum edifício social pode ser sòlidamente construído se não tiver por fundamento o respeito aos princípios morais e aos preceitos da Lei de Deus>>.

Tenham pois, a peito os governantes de nossa Pátria tais admoestações do saudoso Papa João XXIII. Cabe a nossos homens públicos a tarefa mais importante de todos os governos passados, qual é a de salvaguardar a Democracia do Brasil, defendendo-a varonilmente contra pequena e ousada minoria, ansiosa de impor a mais de 70 milhões de Brasileiros a tremenda ditadura comunista.

Acima de interêsses passageiros e pessoais o interêsse perene e supremo de nossa estremecida Pátria.

Nossa Carta Magna nobremente consagra o princípio democrático da livre manifestação de pensamento, mas esta mesma genuína Democracia não poderá jamais permitir que em seu sagrado nome a venham assassinar, pois infinita é a distância entre Democracia e licença, entre Liberdade e desenfreamo. Não pode a Democracia e a Liberdade tolerar que sob sua bandeira se vilipendie nosso <<símbolo augusto da paz>>, e se cometa o crime atroz de lesa-pátria.

<<Sem dúvida, doutrina Pio XII, a democracia quer realizar o ideal da liberdade, mas, ideal é sòmente aquela liberdade que se afasta de todo o desenfreamo; aquela liberdade que une à consciência do próprio direito o respeito pela liberdade, dignidade e direito dos outros, e é, ao mesmo tempo, cõscia da própria responsabilidade em relação ao bem comum>>. (*Radiomensagem do Natal de 1943*) (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 09/02/1964, p. 04).

Por fim, Dom Oscar apresenta as suas “CONCLUSÕES”. O arcebispo comenta a *repulsa* em Minas Gerais a um “congresso comunista latino-americano no cimo de suas montanhas”. O texto termina com citações das “Constituições das Províncias Eclesiásticas Meridionais do Brasil” de 1915, nas quais são estabelecidas regras aos católicos quanto ao voto.

Cumpre-nos conhecer o comunismo, seus métodos e manobras, para melhor nos defendermos.

Unidos na Fé, havemos também de ser unidos no Patriotismo — unidos na defesa de nossa Santa Religião Católica e do nosso Brasil.

Ainda há poucos dias nossa Minas, berço da liberdade nacional, heróica terra de Tiradentes, nossa Minas católica, nossa Minas devota de Nossa Senhora da Conceição, ofereceu ao Brasil o magnífico atestado de sua repulsa à celebração de um congresso comunista latino-americano no cimo de suas montanhas.

Mas êstes louros colhidos impoem-nos a responsabilidade de permanecermos vigilantes, e confiantes na proteção de Deus e na firmeza de nossos princípios cristãos e democráticos.

Aí estão a nos guiarem sábios ensinamentos da Santa Igreja. Em resumo: De nossa parte, praticarmos a justiça e a caridade, e ainda esforçarmo-nos para que os outros façam o mesmo.

Servir a Pátria é dever sagrado de todos nós. Discursara o Presidente João Kennedy, no dia de sua posse a 20 de janeiro de 1961: <<Não pergunteis o que o vosso país poderá fazer por vós. perguntai o que podereis vós fazer pelo vosso país>>.

Devemos nos interessar pela *Política* na sua mais genuína acepção da palavra grega, que significa cidadania, bem social, pois da Política depende a situação da família brasileira.

Equidistante de partidos e acima de competições partidárias, cumpre-nos a nós Bispos orientar nossos Filhos espirituais da Arquidiocese Marianense a que, no cumprimento do sagrado dever do voto, coloquem, em primeiro plano e acima de tudo, o bem comum, a honra da Pátria e a glória de Deus.

De grande utilidade é repetir aqui algumas sábias orientações das *Constituições das Províncias Eclesiásticas Meridionais* do Brasil, de 1915, ditas vulgarmente <<Pastoral coletiva>>. <<1591. Nas circunstâncias atuais, dependendo do êxito das eleições políticas a escolha do bom ou mau govêrno do país e daí o bem ou mal-estar da Igreja entre nós, é claro que os católicos como membros do Estado e filhos da Igreja, devem tomar parte nas eleições e propugnar com seu voto e sua influência pela derrota dos candidatos perversos e pelo triunfo dos homens de bem, sinceramente católicos, únicos capazes de promover a prosperidade da Pátria, formando com êles centros, círculos, uniões e ligas eleitorais>>.

1592. <<Os eleitores que sufragarem candidatos inimigos declarados da Igreja, não se podem excusar de pecado grave; e cometerão culpa ainda maior, se, formal e propositalmente, entenderem com seu voto auxiliá-los na consecução de seu fins depravados, porque cooperam formalmente para as obras da iniquidade que aquêles, uma vez eleitos, hão de praticar contra a sociedade, contra a Igreja e contra a Religião. Não pode haver causa alguma que os justifique, como a amizade, a maior perícia, etc. Se os maus candidatos forem mais peritos, serão mais nocivos à Pátria e à Religião.

No artigo 1597: <<...1º. — O católico, como cidadão, não pode e não deve desinteressar-se do bem geral da Nação, mas, pelo contrário, deve promovê-lo, com firmeza e sem preocupações pessoais, na medida das suas forças

2 – Suas principais obrigações, como homem público, são: 1) respeitar e prestigiar a autoridade legitimamente constituída; 2) contribuir, material e moralmente, para os diversos serviços da Nação, esforçando-se pelo seu engrandecimento e prestígio; 3) cumprir conscienciosamente e sem preconceitos pessoais ou apaixonados, o dever eleitoral.

3 – Consiste o dever eleitoral em eleger, para representantes da Nação, os candidatos mais probos e honestos, mais capazes de promover os interesses gerais da Nação e defender os direitos da Igreja.

4 – Não é lícito votar em homens sem probidade, ímpios ou anti-patriotas, e quem os elege assume, diante de Deus e do país, tremenda responsabilidade de todo mal que possam fazer à Religião e à Pátria êsses pseudo-representantes do povo>>.

Os futuros candidatos eligendos ao poder executivo e legislativo da Nação, dos Estados e Municípios têm o incontestável dever de se definir clara, sincera e honestamente, de esclarecer sua posição política, de patentear seus planos na teoria e na prática, a fim de que os católicos saibam a quem dar ou recusar seu voto de consciência.

Eis alguns esclarecimentos que as atuais circunstâncias exigem façamos aos Fiéis que a Divina Providência nos confiou.

Recomendamos aos caríssimos Filhos de nossa Arquidiocese que, de modo especial, orem fervorosamente a Deus, nesta Quaresma, na intenção de nossos governantes a fim de que Deus os ilumine e guie, <<para que governem com justiça>>, para que Deus favoreça, <<com efeitos contínuos de sua bondade, o Brasil>> e dê <<ao povo brasileiro paz constante e prosperidade completa>>.

Fazendo cientes a todos os nossos Filhos em Cristo de que os temos sempre presentes em nossas orações, e rogando-lhes o mesmo por nós, os abençoamos cordialmente.

Mariana, 9 de fevereiro de 1964.

Oscar, Arcebispo de Mariana (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 09/02/1964, p. 04).

19/04/1964. Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista – Autoria: NCB (Notícias Católicas Brasileiras)

Em 19 de abril de 1964, o jornal O Arquidiocesano publica, na página 4, a manchete “Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista”. O texto narra o golpe de Estado de 1964 como uma revolução pacífica e católica que teria livrado a América Latina de uma ameaça de invasão e ditadura comunistas.

O texto é dividido em oito subtítulos e começa com uma citação do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, na qual afirma que o Brasil “*repele e repelirá sempre o comunismo ateu e materialista*”. Já no primeiro subtítulo, o texto aciona as personagens dos governadores da Guanabara, Carlos Lacerda, e de São Paulo, Adhemar de Barros, para reforçar o caráter religioso do movimento golpista. O trecho fala que o Brasil é o único país do mundo que, *enfrentando a Rússia, derrotou-a* sem guerra. Em outro polo, a tomada de poder é narrada como *Libertação*.

Rio (NCB) - Uma vitória, sem sangue, de alcance continental, foi o que, com a arma pacífica do Rosário na mão, alcançou a alma católica do Brasil.

<<O Brasil, que é e será sempre cristão, repele e repelirá sempre o comunismo ateu e materialista>>, declarou para NC, do seu leito de hospital, em plena crise político-militar, S. Em, o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro. Na véspera da Marcha da Família com Deus pela Liberdade fôra ouvida uma só vez e em seguida proibida pela censura a sua palavra animadora. Exaltava o Rosário, que estivera — disse — na mão dos combatentes da guerra do Paraguai e sustentaria sempre os brasileiros, não faltando agora, <<o Têrço, valorizando a coragem!>>

ÚNICO NO MUNDO: <O Brasil é o único exemplo, é o único País no mundo que, enfrentando a Rússia, vencedora sempre sem guerra, derrotou-a sem guerra, <<declarou o Gov. Carlos Lacerda, da Guanabara, na primeira entrevista após a Libertação. E acrescentou comovido:

"Deus não perdeu sua carteira de cidadania brasileira">>.

"Fomos apenas instrumentos da Providência Divina, disse, por sua vez, o Gov. Adhemar de Barros, de São Paulo; <<a vitória foi de Deus>> (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 19/04/1964, p. 04).

No subtítulo seguinte, “A VITÓRIA”, o texto narra que a tomada de poder é uma “vitória de Deus, da Igreja, do Brasil, do Continente Americano e do Mundo Cristão”. O texto também apresenta personagens que contribuíram para a vitória dos golpistas nos setores “religioso e civil”. Eles são apresentados como “vanguardeiros”.

A situação-chave do Brasil no mundo cristão leva, sem dúvida à afirmação de que esta vitória súbita sobre o Comunismo é vitória de Deus, da Igreja, do Brasil, do Continente Americano e do Mundo Cristão. teve ela vanguardeiros:

No setor religioso, o Episcopado Brasileiro, à frente os cardeais Dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Augusto, da Bahia e primás do Brasil, Dom Vicente Scherer, arcebispo de Pôrto Alegre, Dom Oscar de Oliveira, de Mariana. No

setor civil, incontestavelmente o Gov. Carlos Lacerda que, desarmado, em cidade sitiada pelo governo federal, desfraldou há anos a bandeira da Resistência ao Comunismo, conclamando a Nação à luta e lançando, recentemente, dramático apêlo a todos os Governadores de Estado; visitou pessoalmente São Paulo, Paraná e, dia 24, Minas Gerais, donde partiu, a 31, o brado da Revolta.

E finalmente, honra lhe seja, a Mulher Brasileira — com merecimento inicial do CANDE (Campanha do Mulher pela Democracia), da Guanabara, que armou com a espada do espírito a resistência, através de reuniões de esclarecimento, providencialmente à sombra de Nossa Senhora da Paz, junto da matriz dêsse nome, em Ipanema, apesar das intimidações dos Ministros da Justiça, alçando sempre a voz contra os desmandos do Governo Federal (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 19/04/1964, p. 04).

Na sequência, no subtítulo “PROTEÇÃO DIVINA”, a matéria reforça a dimensão sagrada dos acontecimentos de abril. Citando a professora Sandra Cavalcanti, o texto afirma que a *semente do ódio* havia sido espalhada “nos quartéis, nas escolas, nas fábricas”. Assim, começava a “*agonia* de todo o povo cristão brasileiro”. Seria, portanto, um *desrespeito* e uma *provocação* à Sexta-feira Santa. O presidente João Goulart, com a tutela do Partido Comunista, “*insultou* a mulher brasileira, *ofendeu* os brios católicos, *zombou* da arma dos mansos, dos humilhados, o Têrço”.

Tudo se precipitou quando entrou na cena das disputas o Rosário.

Expressou-se admiravelmente a Prof.a Sandra Cavalcante, Secretária de Serviços Sociais da Guanabara, ao microfone, às primeiras horas da vitória: <<A Quinta-feira Santa viu crescer o Materialismo, falando uma língua que não interpretava os sentimentos do povo. Havia sido espalhada nos quartéis, nas escolas, nas fábricas a semente do ódio: Estava marcado o início da *agonia* de todo o povo cristão brasileiro, ferido com o *desrespeito* da própria Sexta-feira Santa! Levaram longe demais a *provocação*. A Páscoa da Ressurreição haveria de explodir daquele trecho do Brasil, o reduto mais fiel às tradições cristãs brasileiras: Minas Gerais. Desígnios da Providência! As mulheres mineiras foram para a rua, para que em vez da Páscoa de sangue, que teríamos se a reação não se fizesse, tivéssemos a Páscoa da Libertação. No comício do dia 13, o pres. Goulart, tutelado pelo PC, insultou a mulher brasileira, ofendeu os brios católicos, zombou da arma dos mansos, dos humilhados, o TÊRÇO, que herdamos dos nossos antepassados e legaremos aos nossos descendentes.

O Brasil acordou. As escamas caíram dos olhos. Despertou a Páscoa da Ressurreição da Verdade dentro do nosso território. O Brasil reencontrou-se consigo mesmo>>.

O gesto das mulheres mineiras foi classificado como <<exploração da fé>>! não só pelos órgãos comunistas, que se serviram de elementos católicos mal informados ou mesmo <<conscientes>> pela esquerda, mas também pelo próprio pres. Goulart nas suas duas arengas públicas derradeiras, o Comício do dia 13 e a fala aos sargentos (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 19/04/1964, p. 04).

O subtítulo seguinte, “MARIA SSMA. E SÃO JOSÉ”, narra a sucessão de Marchas pela Família, com Deus, pela Liberdade entre março e abril de 1964. Além disso, cita uma visita de Carlos Lacerda ao governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Impossível não observar uma curiosa sucessão de quartas-feiras, dia na semana consagrada a São José, como marcos da Jornada libertadora: - dia 19 festa de São

José, por isso escolhida para a Marcha da Família, em São Paulo, com invocação em praça pública do Venerável José de Anchieta e a oração da Ave-Maria à hora do Ângelus, multiplicando-se a partir de então essas Marchas por todo o Brasil; na quarta-feira seguinte, visita de Lacerda a Magalhães Pinto em Belo Horizonte; a 31 último dia do mês de São José, levante das tropas mineiras com a decisiva adesão das de S. Paulo; dia 1º de abril, quarta-feira, Vitória, com a conclamação do povo; pelo Cardeal Câmara, à Marcha do dia seguinte, <<o Têrço valorizando a coragem>>. dia 2, Marcha-monstro na Guanabara, com as bênçãos e os incentivos da Igreja, Cruzada do Rosário e CAMDE à frente, e a Ave-Maria, agora em ação de graças, rezada em praça pública por mais de um milhão de pessoas (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 19/04/1964, p. 04).

Em seguida, no subtítulo “REFORMAS”, a matéria reconhece a necessidade de reformas de base, mas cita a “*demagogia* dos que as apregoavam, mas não as queriam”. O trecho cita derrotas sofridas pelo governo João Goulart no Congresso Nacional quanto a propostas de reforma agrária. Já o subtítulo “A PENETRAÇÃO COMUNISTA” afirma que diversas instituições e órgãos ficaram *acéfalos*, pois “seus postos chaves estavam em mãos dos comunistas”.

É unânime a impressão de que podem agora fazer-se tôdas as reformas necessárias ao bem-estar do povo, uma vez que cessou a demagogia dos que as apregoavam, mas não as queriam. (Durante o janguismo, quatro projetos de Reforma agrária foram apresentadas em plenário e derrotados pela bancada do PTB). Como por encanto a agitação em tôrno do vocábulo cessou; é que ninguém duvida que os democratas encararão os assuntos com a necessária seriedade. — Podemos agora ajudar-nos uns aos outros, confessa um deputado católico, <<sem ferir nossa consciência>>...

A PENETRAÇÃO COMUNISTA

Estava de fato, o Brasil sôbre um vulcão.

Os órgãos federais, ministérios autarquias, institutos, Petrobrás, Supra, organizações estudantis, sindicatos, etc, ficaram acéfalos em todo o Brasil. Seus diretores, presidentes, sumiram ou fugiram ou foram presos: confirma-se, pois, que os postos chaves estavam em mãos dos comunistas. Inúmeros depósitos de material subversivo foram varejados sinal de que de fato, sabia-se onde tudo se achava, só não havia disposição superior para <<descobrí-los>> (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 19/04/1964, p. 04).

Nos dois últimos subtítulos, são narrados aspectos dos eventos acontecidos no Estado da Guanabara. Em “A MARCHA DA FAMÍLIA EM AÇÃO DE GRAÇAS”, a marcha foi planejada “quando ainda se encontrava turvo o horizonte pelas mais *graves ameaças de sublevação da ordem*”. Já em “O TÊRÇO LUMINOSO”, é narrada a projeção de um Rosário em uma “das altas sacadas de um grande edifício próximo da praça do comício”.

A MARCHA DA FAMÍLIA EM AÇÃO DE GRAÇAS

Caso, por certo, não acaso, foi a data memorável em que se realizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na Guanabara, planejada quando ainda se encontrava turvo o horizonte pelas mais graves ameaças de sublevação da ordem, a tal ponto que se poderia converter aquêlle desfile pacífico numa batalha sangrenta.

Nem por isso ficou adiada mas, providencialmente, foi levada a efeito na tarde fixada, de 2 de abril, seguinte à capitulação comunista, como uma verdadeira, jubilosa marcha da Vitória, constituída por êsse espetáculo até hoje nunca visto de uma multidão eletrizada, verdadeiro rio humano, de mais de milhão de pessoas de todas as classes sociais, todos os credos, todos os partidos democráticos, portando bandeiras, laços de fita verde-amarela, símbolos religiosos, a desfilar entre preces e flores, três horas ininterruptas, sem o mínimo incidente, pela Avenida Rio Branco, num L compacto, da Candelária até a Esplanada do Castelo, em frente ao Monumento de Rio Branco, ocupando as escadarias dos Ministérios e as janelas dos prédios mesmo em construção.

O TÊRÇO LUMINOSO

Numa das altas sacadas de um grande edifício próximo da praça do comício, ostentava-se um têrço luminoso com grandes contas e uma cruz dourada, magnífico símbolo da vitória alcançada e dos intuitos patrióticos da manifestação, saudado com entusiasmo pelos transeuntes. Era o mesmo rosário em que estivera suspenso ao pescoço da imagem do Cristo Redentor, no alto do Corcovado, por ocasião da extraordinária concentração do Rosário em Família na Guanabara, promovida pelo grande apóstolo internacional da Cruzada pelo Rosário em Família (O ARQUIDIOCESANO, ano IV, 19/04/1964, p. 04).

27/12/1964. Revolução Necessária – Autoria: Dom Oscar de Oliveira

Em 27 de dezembro de 1964, Dom Oscar de Oliveira assina, na primeira página do jornal O Arquidiocesano, o texto “Revolução Necessária”, que classifica a “revolução de 31 de março” como o maior acontecimento do Brasil em 1964. O “movimento patriótico de 31 de março” salvou o Brasil da “implantação da *terrível ditadura comunista*”. O texto também defende que, sem a revolução, a maioria das igrejas teria “sido *arrasada*” e a voz dos cristãos “ter-se-ia *emudecido*, junto de algum “<<paredon>>”.

O maior acontecimento do Brasil neste 64 que se finda, foi, sem dúvida, a revolução de 31 de março.

Uma Revolução branca, graças a Deus, pois sem derramamento de sangue, fraticida. Uma Revolução branca, promissora de tranquilidade e de paz para a família brasileira. Uma Revolução, ao mesmo tempo, verde-amarela – de autêntico nacionalismo, de verdadeiro patriotismo. Uma Revolução de salvação da Terra de Santa Cruz.

Não fôra o movimento patriótico de 31 de março, o seguinte 1º de maio, <<Dia do Trabalho>>, teria sido talvez um dia de trabalhos e padecimentos, de lágrimas e de sangue, com a implantação da terrível ditadura comunista no Brasil.

E não teríamos hoje a oportunidade de bendizer aquela urgente Revolução, pois nossa voz já ter-se-ia emudecido para sempre, junto de algum <<paredon>>. Nem poderíamos entoar igrejas, porque a maioria delas teria sido arrasada, e as mais importantes hoje seriam transformadas em <<Museus do Estado>>, museus de coisas profanas (O ARQUIDIOCESANO, ano V, 27/12/1964, p. 01).

Na sequência, o texto de Dom Oscar afirma que o povo cristão “*detestava e detesta o comunismo ateu, avassalador e compressor, assassino* daquilo que é a maior conquista da civilização – a Liberdade”. Além disso, o arcebispo defende que a ideologia comunista teria “inoculado neles o *veneno de falso nacionalismo e felicidades impossíveis*”.

Nosso povo, de índole pacífica, nosso povo cristão detestava e detesta o comunismo ateu, avassalador e compressor, assassino daquilo que é a maior conquista da civilização – a Liberdade. Até Deus respeita nossa liberdade, da qual, servindo-nos retamente, acumulamos méritos e altos valores espirituais.

Amargurava-nos verificar como detentores do poder abusando de sua autoridade, da qual não eram <<donos>>, trabalhavam arduamente em prol da causa iníqua, com aplausos de tantos dos quais não se poderia esperar tal façanha...

A ideologia comunista, sagaz, havia conseguido <<lavar o cérebro>> do idealismo de Pátria, de Liberdade e Cristianismo a muitos espíritos e inoculado neles o veneno de falso nacionalismo, de felicidades impossíveis.

Podemos supor que alguns patrícios agissem inconscientemente, seduzidos pelo <<canto da sereia>>, suspirando por um paraíso de venturas de tôda a ordem. Um paraíso que não fosse fechado com cêrcas duplas, arame farpado e eletrificado de alta tensão, e entremeadas, de espaço a espaço, de tôrres de vigilância, munidas de metralhadoras e canhões (O ARQUIDIOCESANO, ano V, 27/12/1964, p. 01).

No subtítulo “MÃO PODEROSA”, o texto apresenta as mãos de Deus e de “nossas gloriosas Forças Armadas” como instrumentos fundamentais para a libertação do Brasil, “<<sonho dourado>>” de Rússia e China para um *domínio marxista* de proporções continentais na América Latina. Por fim, em “RECONSTRUÇÃO”, Dom Oscar recomenda paciência para a “reconstrução da Pátria” e reforça o alerta “ante novas e *perigosas investidas* contra a Pátria”.

Contra tamanhas desditas <<houve mão mais poderosa>>. Primeiro, a Mão de Deus, que se apiedou de nós. Êle ouviu nossas orações. Inclinou-se misericordioso às mãos que desfiavam, piedosas, Rosários à Virgem Senhora Aparecida, nossa celeste Padroeira.

<<Houve mão mais poderosa>>, a de nossas gloriosas Forças Armadas, a de heroicos cidadãos de tôdas as classes, que não mediram sacrifícios naquele dia de apreensões e angustias.

E o Brasil respirou! E as famílias se tranquilizaram, e o homem rural não teve mais que temer. E a Igreja exultou.

Era o Brasil o <<sonho dourado>> à conquista da Rússia e da China comunista. Abocanhado o <<gigante pela própria natureza>>, fácil seria o domínio marxista sôbre tôda a América Latina. Por isso, a vitória do Brasil foi também uma vitória de âmbito internacional.

RECONSTRUÇÃO

Não pode a Pátria refazer-se num dia. A reconstrução de sua vida política e econômica requer tempo. Em primeiro lugar, a redemocratização está a exigir dos homens do govêrno mão firme, omnímota Justiça liberta de contemporizações comprometedoras.

Conviria talvez instituir em educandários de todos os graus uma cadeira especial de Democracia, ministrada por mestres verdadeiramente idoneos.

Há de o Govêrno envidar persistentes esforços no combate à inflação que tanto empobrece e avilta êste país de extensão continental e de tamanha potencialidade, promovendo a produção, recuperando mercados de exportação, coibindo despesas adiáveis ou ainda desnecessárias, evitando importações de luxo.

Da parte de tantos que manejam dinheiros públicos ou exercem funções públicas se requer consciência, honestidade. Da parte do povo, em geral, economia e trabalho. Não esperar tudo do Govêrno, mas criar iniciativas e realizá-las em bem da coletividade num espírito de comunidade. Longe de nós tôda eiva de egoísmo e de ganância. Somos a Pátria! A grandeza de uma nação não se mede por suas riquezas ou por sua extensão territorial, e sim pelo valor de seus filhos, pelo que êles realizavam em favor de sua construção. Somos devedores de nossas dedicações à

Pátria. Cumpre-nos o sagrado dever de deixar às futuras gerações, exemplos dignificantes. Elas nos julgarão um dia.

Estejamos, sobretudo, alerta ante novas e perigosas investidas contra a Pátria. Não descansar sobre os louros de 31 de março. Não alimentar ilusões de que os comunistas estejam convencidos de seus fracassos. Eles não dormem. Arquetam planos mais sagazes. Talvez substituam seus camaleonicos <<slogans>> de <<Paz>> <<Liberdade>>, <<Nacionalismo>>, <<Democracia>>, <<Autodeterminação>> por outros mais subtis, por subterrâneos movimentos de contra-revolução, deturpando os ideais da Revolução de 31 Março que tanto custou aos cofres da Nação. que despertou tanto entusiasmo e ativou os brios dos verdadeiros filhos do Brasil (O ARQUIDIOCESANO, ano V, 27/12/1964, p. 01).

Assim, diante da leitura desses três enunciados, elaboramos uma ilustração do que se resumiria a ideologia comunista, de acordo com o Jornal O Arquidiocesano, a partir dos termos destacados nos textos. Acreditamos que essa nuvem de palavras ajude a compreender a construção dramática da ideologia comunista pelo veículo.

Figura 1 - Nuvem de palavras que ilustra o imaginário comunista no jornal O Arquidiocesano



Fonte: Elaboração própria (2019).

3.1 Do quanti ao quali

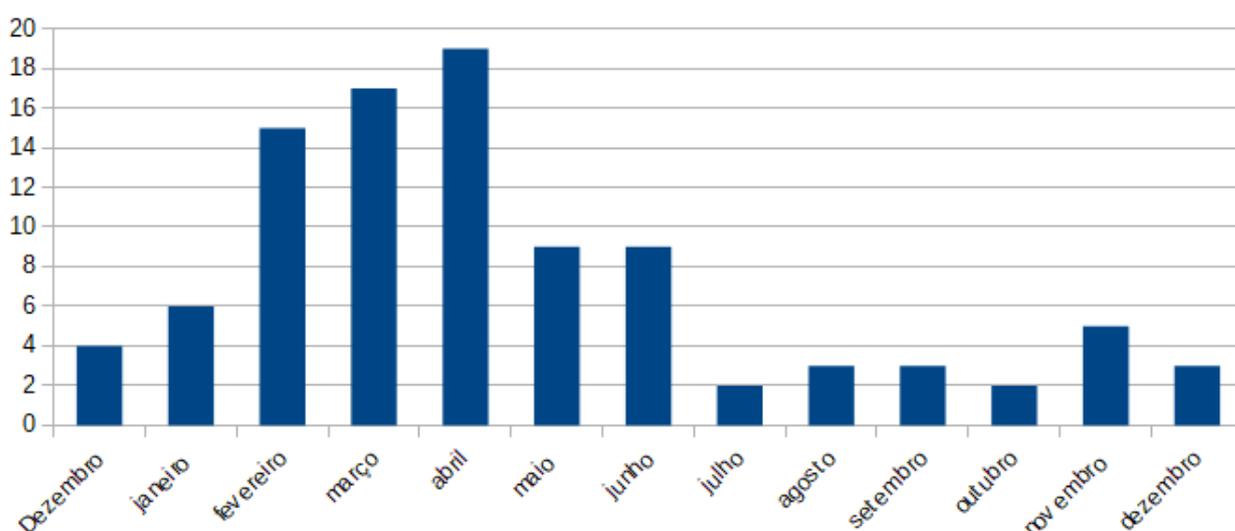
Nosso percurso de investigação nas páginas de O Arquidiocesano não começou com a aprovação, em 2018, do projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em

Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGCOM/UFOP). Desde 2012 visitamos as páginas do jornal O Arquidiocesano preservadas nos acervos do Arquivo Eclesiástico da Cúria Metropolitana de Mariana e do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM) para buscar vestígios da comunicação narrativa presente no jornal. Dessa investigação predecessora, extraímos informações importantes para o percurso que fazemos agora.

O principal deles é um banco de dados categorizado composto de 2402 enunciados publicados em O Arquidiocesano. Foram 405 edições de jornal analisadas, publicadas entre os anos de 1959 e 1967. À época, interessava-nos a frequência dos textos anticomunistas e os enunciados referentes às reformas católicas vivenciadas pela Igreja Romana traduzidas para os fiéis da Arquidiocese de Mariana. Além das categorizações temáticas, marcávamos também se os textos eram manchetes de página, se estavam ou não na primeira página, se continuavam ou não no interior da edição e em edições subsequentes. Essa codificação nos dá, por exemplo, a informação de que, entre 1959 e 1964, foram publicados 509 enunciados classificados como anticomunistas no jornal O Arquidiocesano.

Nossa análise começa, então, com a curva estatística dos índices de incidência de textos anticomunistas entre dezembro de 1963 e dezembro de 1964. As publicações anticomunistas de 1964, se classificadas por mês, geram o seguinte gráfico com os índices de incidência dos textos.

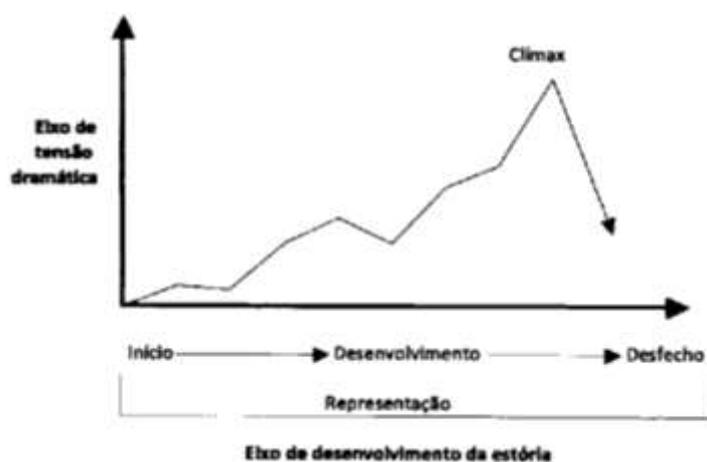
Gráfico 1 - Incidência de textos anticomunistas entre dezembro de 1963 e dezembro de 1964



Fonte: Elaboração própria (2019).

Esse apelo imagético impulsiona as nossas análises quanto ao projeto dramático desempenhado por O Arquidiocesano no eixo de tensão das disputas políticas de 1964. A proximidade da intriga observada no jornal ao “eixo de tensão de uma narrativa tradicional” (MOTTA, 2013, p. 158) é atestada se compararmos a imagem anterior com o gráfico apresentado por Motta (2013), que relaciona o eixo de tensão dramática ao “eixo de desenvolvimento da estória” da narrativa tradicional. Após o clímax da estória, ocorre uma queda brusca na tensão dramática em direção ao desfecho, ou epílogo.

Gráfico 2 - Gráfico apresentado por Luiz Motta sobre o eixo de tensão dramática da narrativa



Fonte: Motta (2013, p. 158).

Assim surge a nossa **hipótese** de que O Arquidiocesano constrói o golpe de 1964 como o clímax que tem o desfecho pacificador da restauração da ordem social com a intervenção militar. Com a tomada de poder, as tensões diante de uma ameaça comunista são aliviadas dentro da narrativa do jornal e apenas alguns episódios merecem destaque sobre esse tema, como as comemorações da Proclamação da Independência do Brasil e a efeméride do final do ano, por exemplo.

Apesar disso, a *performance* desempenhada pelo jornal O Arquidiocesano na intriga de 1964 é atravessada por poderes distintos que, inevitavelmente, também se manifestam nos textos publicados pelo veículo. No projeto dramático desempenhado pelo veículo e analisado aqui, percebemos aspectos de uma narrativa que navega em um entrecruzamento da história e da ficção (RICOEUR, 2012) para seduzir, alertar, enfim, afetar seus leitores.

Autointitular-se um jornal, estabelecer as regras de seu contrato de comunicação, cultivar suas quase 5 mil assinaturas mensais (em 1962), codificar parte de sua estrutura simbólica em uma lógica parecida com a de outros veículos, entre outras características, faziam com que o semanário gozasse desse lugar ocupado pelo discurso jornalístico da época. Por outro lado, o poder transcendental e espiritual são a base fundadora do pensamento católico e também estão presentes nos enunciados analisados.

3.2 Análise crítica da narrativa

Diante da complexidade de remontar a intriga do golpe de 1964 no jornal O Arquidiocesano, foi preciso que pensássemos em formas de sistematizar os elementos textuais que alimentam a análise. Assim, acionamos as sugestões metodológicas da Análise Crítica da Narrativa de Luiz Motta (2013). Para desenvolver os procedimentos de investigação, o autor considera que o discurso narrativo se desenvolve em três instâncias de análise: 1. plano da expressão; 2. plano da estória; e 3. plano da metanarrativa. O autor defende, no entanto, que um discurso narrativo só pode ser separado nessas instâncias para fins de sistematização e análise.

Para ele, a análise da narrativa se constrói, principalmente, com foco no plano da estória, ou seja, “na sequência das ações, encadeamentos, enredo, intriga, conflito, cenários, personagens, seus papéis ou funções, etc.”. (MOTTA, 2013, p. 135). Apesar disso, esse plano depende do plano do discurso (ou da expressão, da linguagem), responsável por projetar a estória e sem o qual não seria possível revelar as intenções comunicativas. O autor adverte, ainda, que a análise “difícilmente se completará” se não se relacionar o plano da metanarrativa (ou modelos de mundo) aos planos da estória e da linguagem. Com o intuito de compreender as especificidades e a relevância de cada instância de análise, optamos por elencá-las, ainda que de forma breve.

Plano da expressão: Consiste no plano da linguagem, ou do discurso, ou ainda o plano de “superfície do texto” (MOTTA, 2013, p. 136). O autor argumenta que é nesse plano que o narrador constrói o enunciado narrativo e utiliza recursos linguísticos para apresentar ao mundo do leitor a realidade que “quer evocar, que vai plasmar a estória”. Assim, a utilização de figuras de linguagem, ênfases e tonalidades podem ser observadas como indícios das intenções comunicativas e dos efeitos pretendidos pelo narrador. Para Motta (2013, p. 136), é nesse plano “que a análise pode identificar os usos estratégicos da linguagem para produzir determinados efeitos de sentido, tipo comoção, medo, riso, etc.”. No caso do jornal O

Arquidiocesano, entender as intenções e os efeitos buscados pela Arquidiocese de Mariana no processo de tomada de poder de abril de 1964 nos ajuda, portanto, a analisar as ênfases e as figuras de linguagem utilizadas nas manchetes de 19 de abril de 1964, por exemplo.

Plano da estória: Também citado pelo autor como o plano do conteúdo, ou da intriga, consiste no plano da representação daquela realidade buscada pelo narrador. É, para Motta (2013, p. 137), o “plano virtual da estória projetada em nossa mente pelos recursos de linguagem utilizados pelo narrador”. Assim, neste plano “virtual da significação”, evoca-se uma realidade referente por meio da intriga estruturada em forma de texto. É, portanto, o plano do universo da significação, ou da *diegese*, no qual a análise da narrativa se concentra, “sem prescindir, em nenhum momento, os outros dois planos”. Analisar esse plano é investigar a sintaxe e a lógica narrativa, “analisar as unidades nucleares e a funcionalidade delas na estória”, como diz o autor, ou analisar as micro e macroestruturas que configuram a narrativa deste ou daquele modo no ato de contar. Assim, estabelecemos nosso ponto de partida nos textos que compõem a intriga do golpe em 1964 no jornal O Arquidiocesano com o objetivo de compreender como essas estruturas textuais revelam estratégias argumentativas de seus compositores.

Plano da metanarrativa: Essa instância recebe de Motta (2013) o nome de fábula, tema de fundo ou modelos de mundo. Para o autor, é nesse plano em que “temas ou motivos de fundo ético ou moral integram as ações da estória em uma estrutura compositiva cultural pré-textual, de caráter antropológico” (MOTTA, 2013, p. 138). Ele aponta que nesse plano estão as “situações éticas plasmadas” pelo narrador no momento de narrar. Como exemplo, no caso de O Arquidiocesano, poderíamos citar o modelo de mundo católico que vivenciavam narradores e leitores do jornal no início da década de 1960. Como assinala Motta (2013), explorar esse campo pode contribuir de forma significativa aos estudos sobre política e ideologia.

Pensando, portanto, na indissociabilidade dessas três instâncias do discurso narrativo, construímos as bases desta análise. Assim, partimos da intriga formada pelos textos anticomunistas publicados pelo jornal O Arquidiocesano em 1964 em busca de rastros das situações discursivas nas quais se inscrevem esses enunciados. Ainda que, como nos ensina Motta (2013), o plano da metanarrativa seja “menos tangível” pelos analistas, também acreditamos que a profundidade de nossas investigações possam servir de estopim para outras pesquisas sobre o modelo de mundo político, católico e midiático narrado por O Arquidiocesano no início dos anos 1960.

Para isso, aportamo-nos em alguns procedimentos para análises sugeridos por Luiz Gonzaga Motta (2013). Como alerta o autor, ainda que pareça, os procedimentos apresentados por ele não configuram um “roteiro de análise”.

Cada análise de comunicação narrativa segue um caminho próprio e individual. Dependendo do esforço e fôlego do analista, algumas análises podem esgotar os procedimentos narrativos, semânticos ou simbólicos, ir além deles e extrair conclusões amplas e profundas. Outras utilizam parcialmente os procedimentos em função de seus objetivos específicos de curto prazo. Tudo depende de até onde o analista pretende chegar, que aspectos da análise pretende privilegiar, e das ilações sugeridas pelo seu próprio objeto (o texto e a comunicação narrativa em contexto) (MOTTA, 2013, p. 134-135).

Assim, decidimos elencar alguns desses procedimentos que julgamos relevantes a partir da relação entre pesquisadores e objeto, no nosso caso, as páginas do veículo presentes nos arquivos públicos e privados visitados. O primeiro deles disserta sobre a composição da intriga; já o segundo aborda o paradigma narrativo. Por fim, o sexto movimento apontado por Motta (2013), que aborda as estratégias argumentativas¹⁶.

1º movimento: Compreender a intriga como a síntese do heterogêneo. Para Motta (2013), este é o primeiro passo de uma análise fenomenológica pensada a partir de procedimentos da narratologia pragmática. O autor argumenta que a intriga possui uma “força aglutinadora” na narrativa, capaz de “colocar compreensivamente junto o que estava separado” (MOTTA, 2013, p. 140). Essas reflexões desvelaram-se neste trabalho em duas perspectivas, ainda que assimétricas.

Na primeira (e principal) delas, observamos como os acontecimentos de 1964 são reduzidos e refigurados na narrativa do golpe de Estado de 1964 presente no jornal O Arquidiocesano. Para isso, relacionamos os contextos sociopolíticos do Brasil da década de 1960 aos atores presentes nesse jogo narrativo e às marcas textuais encontradas nos enunciados. Refletimos, portanto, sobre como o enredo da tensão política de 1964 é reconfigurado em uma lógica própria a partir dos eventos daquele ano. Como assinala Motta (2013, p. 140), é “preciso perceber como o enredo funciona enquanto agente organizador das partes”.

Por outro lado, ao remontarmos a intriga, reordenamos os enunciados em uma lógica que nos permita compreender as estratégias de produção de sentido arquitetadas por seus compositores. Motta (2013) alerta que toda narrativa “tem princípio, meio e final”. O

¹⁶ Os outros procedimentos também se enquadrariam em análises possíveis sobre o jornal. Acreditamos, no entanto, que eles merecem o rigor necessário de análises aprofundadas e já se encontram no horizonte de expectativas de novas investigações sobre o universo de pesquisa de O Arquidiocesano.

autor aponta que uma investigação da comunicação narrativa só é possível quando “se conhece muito bem a estória integral e o enredo no qual ela se estrutura” (MOTTA, 2013, p. 140). Por isso, em algumas narrações jornalísticas, o analista precisa fazer “uma opção arbitrária” para delimitar o início, o desenvolvimento e o desfecho da situação narrativa que se pretende analisar.

Em algumas situações, o analista da narrativa jornalística (ou da internet) terá de fazer uma opção arbitrária de corte na sequência sem fim de notícias sobre algum assunto da política, economia, internacional, etc., determinando ele mesmo o início e o final da estória que pretende analisar, pois as estórias parciais relatadas a cada dia dificilmente se concluem no noticiário. Neste caso, seus cortes terão de ser muito bem justificados, considerando-se o problema da pesquisa e suas demandas. Em algumas *análises de cobertura* essa tarefa é facilitada por causa da identificação pelos próprios veículos, que costumam chamar episódios noticiosos com repercussão nacional de *casos*. Por exemplo, o *Caso Renan Calheiros*, ou o *Caso Severino Cavalcanti*, no jornalismo político; e o *Caso Isabella Nardoni* no jornalismo policial, episódios que têm um enredo completo mais ou menos definido pela própria cobertura jornalística. Enquanto *casos*, estes episódios ou *acontecimentos-intriga*, como eu os chamo, prestam-se convenientemente a serem estudados como uma obra completa (MOTTA, 2013, p. 141).

No caso do golpe de 1964 narrado em O Arquidiocesano, escolhemos como início da intriga narrada aqui a publicação “Comunismo, Religião e Pátria”, assinada por Dom Oscar de Oliveira em 9 de fevereiro de 1964. Encontramos marcas do discurso anticomunista desde as primeiras publicações do jornal, em 1959. Apesar disso, optamos pela Carta Pastoral por ancorarmos nossa análise nas publicações de 1964 que simbolizem pontos de virada da intriga que tem como clímax o golpe de 1º de abril.

Além de ocupar toda a primeira página e três colunas da página 4, a carta foi aclamada na tribuna do Congresso Nacional, em 16 de fevereiro de 1964¹⁷. Por meio dos índices de incidência catalogados nos bancos de dados, percebemos que, a partir de fevereiro, acontece um aumento nos textos publicados com temática anticomunista até o mês de abril.

Assim, para ilustrar o clímax da tensão que culmina no golpe (narrado no jornal como Revolução), analisamos a manchete “Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista”, publicada em 19 de abril de 1964. A matéria narra os acontecimentos da tomada de poder e exalta o braço católico do movimento golpista. Como desfecho, analisamos o texto “Revolução Necessária”, publicado na primeira página em 27 de dezembro de 1964 e assinado por Dom Oscar de Oliveira.

2º movimento: Compreender a lógica do paradigma narrativo. Para Motta (2013), requer perceber que o ordenamento temporal da realidade a partir das ideias de

¹⁷ Cf. Mendonça (2016).

começo, meio e fim não são provenientes da experiência, e sim de “efeitos de ordenamento da intriga”.

[Ricoeur] insiste que as ideias de princípio, meio e fim são efeitos de ordenação temporal da intriga: só na intriga a ação tem contorno, limite, duração temporal (mais lógica que cronológica), pois a intriga é o elo entre a ética (o mundo real) e a estética (o mundo imaginário) (MOTTA, 2013, p. 147).

Entre o real e o imaginário, ancorado em Ricoeur, Motta (2013) defende a ideia de que a narrativa deve ser compreendida, em seu contexto comunicativo, “como um *projeto dramático* de construção da realidade”. A representação da realidade que ocorre nos jornais, por exemplo, recorre a estatutos que lhe conferem veracidade. Além disso, mesmo as narrativas ficcionais coconstróem seus sentidos junto ao leitor a partir de elementos retirados da experiência humana.

Sem aprofundar nesse debate, nos concentramos nas proximidades percebidas entre a estrutura de um conto tradicional, que Motta (2013) extrai de Abdala Júnior, e os índices de incidência de textos anticomunistas em 1964. A estrutura do conto tradicional sugere um gráfico a partir da relação entre o eixo de tensão dramática (efeito sobre o leitor) e o desenvolvimento da narrativa.

No gráfico, a linha de tensão vai subindo à medida que a estória se desenvolve, até atingir o pico no momento do clímax. Entre outras possibilidades, o gráfico pode ser útil para visualizar a linha de tensão nos estudos comparativos entre duas ou mais narrativas ou várias sequências de uma mesma narrativa (MOTTA, 2013, p. 157).

Nesta análise, entendemos a intriga política de 1964 como uma mesma narrativa e vemos como clímax da tensão, diante dos contextos e cotextos, as edições do mês de abril. Os índices de incidência sugerem um aumento da tensão discursiva nas semanas que circundam o golpe de 1º de abril de 1964.

6º movimento: as estratégias argumentativas. Neste movimento, o autor reforça a ideia de que nenhuma narrativa é ingênua. Assim, a narrativa é um dispositivo argumentativo que “quer atrair, seduzir, envolver, convencer, provocar efeitos de sentido” (MOTTA, 2013, p. 196). Estudar as narrativas é, portanto, “descobrir os dispositivos retóricos capazes de revelar o uso intencional de recursos linguísticos e extralinguísticos pelo narrador no processo de comunicação” (MOTTA, 2013, p. 196).

Toda narrativa é um permanente jogo entre os efeitos de real (veracidade) e outros efeitos de sentido (a comoção, a dor, a compaixão, a ironia, o riso, etc.) mais ou menos exacerbados pela linguagem dramática. As narrativas realistas utilizam uma linguagem referencial para vincular sempre os fatos ao mundo físico, mas criam incessantemente efeitos catárticos, como na ficção. A retórica dessas narrativas estimula um permanente jogo entre as intenções do narrador e as interpretações do receptor. É quase sempre polissêmica, polifônica, híbrida, transitando contraditoriamente nas fronteiras entre o objetivo e o subjetivo, denotação e conotação, descrição fática e narração metafórica, *realia* e poética, premissas mais verossímeis (*eikós*) ou menos verossímeis (*éndoxon*), *logos* e *mythos*. Cabe ao analista capturar as sutilezas desse jogo de contrários (MOTTA, 2013, 196-197).

Em O Arquidiocesano, fomos em busca de vestígios das estratégias de produção de efeitos de real perceptíveis nos enunciados publicados. Para isso, interessa-nos as personagens, os contextos e as referências de tempo e lugar encontrados nos textos. A primeira edição daquele ano é a 225, publicada em 5 de janeiro. A primeira página contém um texto do arcebispo Dom Oscar de Oliveira comunicando a elevação da Catedral da Sé à condição de Basílica. Apenas um texto, na página 4, inscreve-se na temática de polarização entre comunistas e não-comunistas; um anúncio da Missa de 30º dia pelo presidente norte-americano John F. Kennedy na Catedral Basílica de Mariana.

Em 9 de fevereiro de 1964, chegamos a uma das mais importantes publicações de nossa análise. A carta “Comunismo, Religião e Pátria”, assinada por Dom Oscar de Oliveira. O documento ocupa toda a página 1 e três colunas da página 4. Nessa edição, a nota de rodapé da primeira página diz: “<<Alguém que se diga católico ligado ao socialismo ou às esquerdas, não é católico>>”. Na página dois, um texto com o título: “Os comunistas querem ganhar os estudantes”.

A incidência de textos com a temática anticomunista alerta sobre um aumento nas tensões narradas no jornal até abril de 1964. O veículo narra os acontecimentos da tomada de poder na edição de 19 de abril. Duas das quatro manchetes abordam diretamente o fenômeno. Na página 3, uma manchete assinada por Alberto Deodato intitula-se “E era nisso em que Jango não acreditava...”. Na última página, a manchete “Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista”.

Depois disso, outros dois textos assinados por Dom Oscar abordam diretamente a tomada de poder e a interrupção do mandato presidencial. Em ambos, o autor utiliza o termo “Revolução” ao referir-se ao golpe de Estado de 1964. Em 5 de setembro é publicado “Pátria” e, em 27 de dezembro de 1964, Dom Oscar assina “Revolução Necessária” na primeira página de O Arquidiocesano.

3.2.1 As vozes e personagens

Nesta etapa do trabalho, abordamos os jogos de poder entre as vozes narrativas que compõem a intriga que se analisa nesta pesquisa. Motta (2013, p. 211) classifica a narrativa como um “dispositivo discursivo que visa seduzir e envolver os sujeitos interlocutores na criação de uma representação dramática do mundo. A essa representação, o autor dá o nome de “projeto dramático”. Assim, os interlocutores participam de um jogo de “*coconstrução* da realidade”, no qual os sentidos surgem não apenas dos conteúdos, mas também “dos artifícios discursivos postos em prática em um ato comunicativo em contexto” (MOTTA, 2013, p. 211 – grifo do autor).

O ordenamento das ações e sequências, a demarcação de episódios, a criação do suspense e de pontos de virada, a caracterização e o posicionamento das personagens, etc., foram tomados como artifícios do ato de fala narrativo. Insisto, portanto: quem narra tem sempre algum propósito, e à análise interessa descortinar este propósito e sua realização (ou não) (MOTTA, 2013, p. 211).

Buscar a ação comunicativa como propomos, portanto, é um movimento que traz para o protagonismo da análise a atuação do narrador. Este é, para Motta (2013, p. 211), o “agente que anuncia a narrativa, seu ato de enunciação e as *instruções de uso*” a serem repassadas ao leitor. Ao fazê-lo, o agente enunciador converte-se em “ator do discurso” daquela situação de comunicação específica. Assim, ainda que em constante interlocução com o destinatário, esse ator tem o “poder de voz” para “organizar, encadear, posicionar, hierarquizar, dar ao seu interlocutor as pistas e instruções de uso por meio das quais indica como pretende que seu discurso seja interpretado” (MOTTA, 2013, p. 211). Esse processo de interlocução, no entanto, está presente ainda que o destinatário seja indeterminado, como no caso dos leitores de *O Arquidiocesano* e outros mecanismos de comunicação de massa. Ela ocorre, então, em uma relação assimétrica e verticalizada de poder e hierarquia.

Se existem, pois, disputas discursivas pelo poder de voz nos jornais, surge-nos as perguntas: *de quem são essas vozes e como elas se manifestam?* Como estamos em busca de características dos atos de enunciação que podem ser percebidos no veículo, o caminho percorrido exige que investiguemos quem são os narradores responsáveis por esses atos de enunciação. Citando Ricoeur, Motta (2013, p. 213) diz que a voz narrativa é “aquela que se dirige ao leitor apresentando-lhe o mundo”.

O Primeiro-narrador, o jornal como instituição que fala, é extradiegético: enuncia uma história da qual não tomou parte, não testemunhou nem apurou diretamente. O

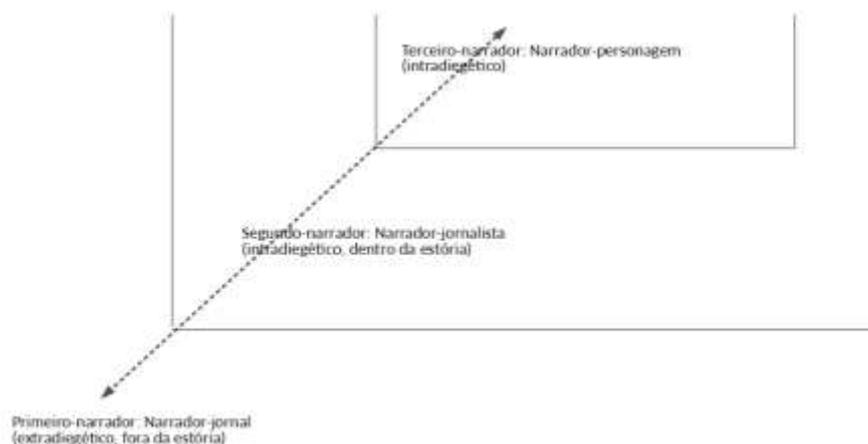
jornalista, Segundo-narrador, desempenha o papel de narrador intradiegético, dentro da estória, porque ele apura, seleciona, dispõe e hierarquiza as ações, conflitos, personagens, cenas e enredo. A personagem, Terceiro-narrador, é um narrador definitivamente intradiegético e detém menor poder de voz que o jornal e jornalistas na cadeia. Entre estes três níveis há, portanto, uma hierarquia de poder que flui de fora para dentro, do Primeiro para o Segundo-narrador, e deste para o Terceiro. O narrador principal, a partir do qual os outros dois se expressam, é o narrador-jornal, conforme o diagrama a seguir (MOTTA, 2013, p. 225).

Acreditamos, portanto, que o jornal O Arquidiocesano deve ser visto como o Primeiro-narrador, que enuncia a história do golpe de fora, ou seja, de forma extradiegética. Ele determina os conteúdos a serem publicados, mas não aparece como testemunha ou apurador direto dos enunciados. Os autores dos textos encontrados nas análises correspondem ao Segundo-narrador de cada enunciado. São padres, cônegos, o próprio arcebispo e outros autores que compõem a teia narrativa da qual fazia parte o jornal em 1964 e que assinam os textos, ou seja, atuam de forma intradiegética nas histórias contadas e apuradas por eles.

Por fim, os Terceiros-narradores são as fontes encontradas nos textos. Em prévia análise, já constatamos a presença de algumas figuras históricas da Igreja, como os Papas João XXIII, Pio XII, Leão XVI, personagens políticas como os governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, e Adhemar de Barros, de São Paulo. Há também a presença de personagens tidas como anti-heróis, como Lenin, Marx e o presidente João Goulart. Por fim, há ainda a presença de personagens transcendentais, como Deus e o diabo.

Como dissemos, esse jogo de vozes possui relações assimétricas de poder de fala e peculiaridades em casa situação discursiva. Nosso objetivo nessa análise passa também por compreender aspectos dessas assimetrias. Para auxiliar, recorreremos ao diagrama dos níveis de poder na narração jornalística apresentado por Motta (2013):

Figura 2 - Diagrama dos níveis de poder na narração jornalística



O autor observa que o poder flui “predominantemente de fora para dentro, mas pode se reverter dependendo das *negociações*, e fluir também de dentro para fora” (MOTTA, 2013, p. 226). Isso é demarcado pela escolha da linha pontilhada no gráfico. Assim, o poder simbólico de fala no jornalismo é “continuamente negociado e pode refluir de dentro para fora, dependendo do capital político de cada ator e da correlação de forças em cada situação concreta” (MOTTA, 2013, p. 226). Ele defende que o Segundo e o Terceiro narradores possuem uma força política própria e que não são raras as artimanhas desenvolvidas por estes que “põem em prática um contrapoder em cada momento” (MOTTA, 2013, p. 226).

Tendo O Arquidiocesano como o Primeiro-narrador dessa intriga, acompanhamos Motta para compreender a *performance* narrativa desempenhada pelo veículo. O autor afirma que a *performance* do veículo tem a função de “atrair a audiência genericamente definida, *vender* a estória através de uma apresentação sedutora dos conflitos, tensões e contradições relatados nas páginas e telas” (MOTTA, 2013, p. 227). Há, portanto, um jogo semiótico de “*atração, sedução e persuasão*”, que também é atravessado por “interesses comerciais e institucionais desse narrador”. A primeira compreensão da estória ocorre com a confirmação da relação “jornal-público”.

[...] o leitor só realiza a ação de ler se o narrador-jornal consegue persuadi-lo a *querer ler*; desencadeando a vontade de saber, o desejo de ler, ver ou ouvir os relatos noticiosos. É a partir dessa posição e no desenvolvimento dessa *performance* que este narrador estabelece sua relação com os jornalistas, e entre estes e as fontes (nem sempre hamônicas ou isentas de conflitos, como se costuma supor) (MOTTA, 2013, p. 227).

Motta (2013, p. 228) cita ainda que o poder do veículo de comunicação também é oriundo de “sua competência institucional e monopólio comercial de poder dizer, tornar públicas informações supostamente necessárias ao funcionamento da sociedade”. Esse poder é exercido também por meio da comercialização do discurso proferido. Os jornais seduzem e aguçam a curiosidade do leitor, sedimentados em um “monopólio de competência” que lhes confere o poder de dizer.

O Segundo-narrador é a voz que “enuncia propriamente a narração”. Corresponde ao jornalista, ou autor do texto, que organiza a argumentação ao dispor os conflitos, as ações, as personagens e as cenas. É, portanto, quem “costura a tessitura da intriga” (MOTTA, 2013, p. 228). Para Motta (2013), sua *performance* enunciativa “é tecer os fios da estória” ao interpretar os papéis e as posições dos personagens em conflito.

Em uma negociação que flui tanto para cima (sua *performance* ocorre em uma posição subordinada ao Primeiro-narrador) quanto para baixo (na negociação com as fontes, Terceiro-narrador), ele tem o poder de converter os atores sociais em personagens da estória narrada ao selecioná-los e posicioná-los em sua construção narrativa. No jornal O Arquidiocesano, buscaremos a ação desse narrador a partir das assinaturas e referências presentes nos textos. As fontes podem ser, por exemplo, protagonistas, antagonistas, heróis ou vilões das narrações, de acordo com a escolha do Segundo-narrador. Assim,

[...] ele inclui, exclui, destaca, hierarquiza segundo seus valores pessoais, profissionais e os interesses do jornal ao qual está subordinado, que ele assimila como uma cultura profissional, e de acordo ainda com a sua *negociação* com a fonte (MOTTA, 2013, p. 229).

Já o Terceiro-narrador corresponde às personagens que aparecem nos textos. No caso do texto jornalístico, esse papel normalmente é ocupado pelas fontes das matérias. Motta (2013, p. 230) reforça que essas fontes são as “vozes dos atores sociais ouvidos como fontes, que vão se manifestar como personagens no interior do relato das notícias, com papéis e falas próprias”. Elas estão submetidas aos outros dois narradores, em uma relação de poder de menor autonomia. Uma relativa autonomia existe, no entanto, pois as “fontes entram em relação com o jornalista desde seus próprios interesses” (MOTTA, 2013, p. 230).

Eles são introduzidos na intriga pelo narrador-jornalista e seus relatos “ficam embutidos na narrativa maior” (MOTTA, 2013, p. 230). O discurso desse narrador poderá ser mais ou menos autônomo, de acordo com os jogos de poder envolvidos em cada situação de comunicação específica. Ao serem convertidos em personagens da intriga, esses atores sociais podem começar a “narrar como testemunhas, ganham *status* de personagem e voz ativa na estória” (MOTTA, 2013, p. 230). Isso faz com que eles transformem-se, também, em narradores.

Nas narrativas analisadas aqui, procuramos por vestígios dessas disputas encontrados nos textos do jornal. Nosso primeiro enlaçamento está na relação entre Dom Oscar de Oliveira e O Arquidiocesano. Buscamos os atravessamentos entre o arcebispo e os textos publicados no jornal; em que casos ele assina e quais outros não.

Também nos atentamos para os autores de cada texto, de modo a buscar conexões, produções e influência dos personagens da história. Nesse momento, nos preocupamos tanto com os nomes que assinam os textos quanto com outras marcas que podem revelar aspectos da produção, como local e relação entre fontes e segundos-narradores.

Para isso, encontramos algumas fontes que atuam como narradores terciários envolvidos nesses jogos de poder. É o caso das personagens dos Papas, que, apesar de ter posição superior na hierarquia da Igreja Católica mundial, tendem a desempenhar menos força discursiva que Dom Oscar de Oliveira ao serem todos convertidos em atores desses discursos. Outro caso é o das personagens transcendentais que, eventualmente, aparecem nos textos apresentadas em outra lógica. Sabemos, também, que algumas personagens antagônicas são conhecidas, como Lenin e Marx, por exemplo.

3.3 Uma possível interpretação dos dados

Entre ficção e realidade: uma questão de *performance*

Uma das maiores dúvidas nesta pesquisa era se o veículo poderia ser considerado um *jornal*, tal qual os veículos comerciais contemporâneos a ele. Isso porque o vínculo institucional era explícito com a Arquidiocese de Mariana e, de forma inquestionável, os poderes simbólicos (espirituais, institucionais, territoriais) atravessam toda a comunicação da instituição, inclusive a que se enuncia em O Arquidiocesano.

Ao relacionarmos os entrecruzamentos de história e ficção de Ricoeur (2013) ao projeto dramático de Luiz Motta (2013), no entanto, nossas indagações transformaram-se. Não nos interessa mais comparar o veículo a outros grandes conglomerados de mídia. Pelo contrário, é justamente essa *performance* atravessada por tantos poderes distintos que faz de O Arquidiocesano um universo único de acionamentos de memórias sobre a Arquidiocese de Mariana, o golpe de Estado de 1964 e o início da ditadura militar.

Para isso, estudamos as cláusulas do contrato de comunicação que o jornal pretende assinar com seus leitores. O veículo apresenta-se, desde a sua primeira edição, como um jornal católico. A primeira página da primeira edição de O Arquidiocesano, de 29 de junho de 1959, é composta, basicamente, de textos sobre a fundação do jornal e ensinamentos religiosos. Há, nessa página, um enunciado intitulado “Razão deste jornal”:

Parece-nos que para esta grande e tradicional Arquidiocese de Mariana será de grande valia um órgão oficial de imprensa, destinado a orientar o Revmo. Clero nos vários ramos de apostolado, e a ministrar aos Fiéis o Catecismo.

[...]

Pelo nosso jornal inteirar-se-ão o Clero e Fiéis dos decretos e escritos do Prelado, dos mais importantes atos da Cúria Metropolitana e da vida espiritual de toda a Arquidiocese. Concorrerá ele para tecer e entrelaçar a história eclesiástica de nossa

circunscrição eclesiástica, através das notícias de todas as Paróquias. E que de mútuos estímulos não advirão daí!

[...]

Firmeza na exposição da doutrina da Igreja, unida à serenidade da caridade cristã, há de ser o lema de 'O ARQUIDIOCESANO'.

Abençoamos mui de coração, todos os que colaborarem para 'O ARQUIDIOCESANO' (O ARQUIDIOCESANO, ano 01, edição 01, 29 de junho de 1959, p. 01).

Em sua primeira edição, prioriza afirmar aos leitores as “cláusulas de seu contrato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2007), ou seja, que papel o jornal pretende exercer ao inserir-se naquela sociedade e o que ele tem a oferecer para o público consumidor almejado. Porém, assim como ressalva Charaudeau (2007), nem sempre o que é representado por um veículo, ou ator, é, de fato, praticado. Ainda no texto “Razão Deste Jornal”, Dom Oscar de Oliveira garante a isenção do veículo em relação a assuntos políticos:

Terá ainda por escopo o nosso semanário, levar às almas o conhecimento da doutrina social da Santa Igreja; defenderá ele os direitos de Deus e da Comunidade Cristã, com absoluta isenção de partidarismos políticos, pois nossa Política é o Evangelho (O ARQUIDIOCESANO, ano 01, edição 01, 29 de junho de 1959, p. 01).

Já nas primeiras edições é possível perceber divergências do veículo – reafirmadas com documentos oficiais do Vaticano – com outras organizações e grupos políticos. O primeiro texto publicado no O Arquidiocesano contra o comunismo é de 6 de setembro de 1959, em sua quarta edição. O título é “Comunismo em 3 tempos”¹⁸. Além disso, apesar de representar em seu contrato o não envolvimento com política, na sessão “O Governo Arquidiocesano” há um comunicado, na edição de 17 de outubro de 1959, assinado pelo Chanceler do arcebispado e então diretor do jornal, Cônego Pedro Terra, e de ordem de Dom Oscar de Oliveira, sobre as eleições de 1960. O último parágrafo diz:

Os Revmos. Srs. Sacerdotes deverão, portanto, orientar os fieis confiados aos seus cuidados pastorais, mostrando-lhes como não podem ser apoiados não só os que se professam claramente comunistas, como também os que, partidos ou candidatos individuais, unem-se positivamente aos comunistas, ou dão, praticamente, pelos seus atos, apoio aos mesmos (O ARQUIDIOCESANO, ano 01, edição 09, 17 de outubro de 1959).

Em 7 de fevereiro de 1960, o Pe. Belchior Cornélio da Silva avaliou a visita do presidente norte-americano Eisenhower ao Brasil, denominou-o “o glorioso chefe da mais

¹⁸ 1º parágrafo: “Razão tem o Papa de continuar alertando o mundo em face do perigo comunista. A possibilidade de mais frequente comunicação entre o mundo ocidental e os países comunistas, certas táticas usadas ultimamente pelos dirigentes soviéticos para captar a simpatia das nações livres, tornam mesmo mais necessárias as advertências pontificias. Consideremos três manobras comunistas recentes. Todas as três se relacionam com a realidade brasileira” (O ARQUIDIOCESANO, ano 01, edição 04, 06 de setembro de 1959).

precisada de nós e da única nossa amiga, entre as duas maiores potências do mundo” e concluiu, no último parágrafo de sua manchete de primeira página, intitulada “Eisenhower vem ao Brasil. A importância do acontecimento, na palavra do Pe. Dr. Belchior Cornélio da Silva”:

Vem aí Eisenhower. Que a sua visita ao nosso país signifique mais estreita união e colaboração entre os dois países, nos moldes da mais nobre autonomia e independência, para maior segurança do mundo livre contra as ameaças do comunismo e para garantia daquela paz verdadeira, fruto do espírito cristão que presidiu à gênese e à consolidação das nações brasileira e americana (O ARQUIDIOCESANO, ano 01, edição 21, 07 de fevereiro de 1960, p. 01).

Estabelecidas as regras do contrato apresentado pelo jornal¹⁹, encaramos O Arquidiocesano como uma ferramenta que promovia a mediação simbólica do mundo em uma *performance* própria de construção de sentido. Nessa *performance*, estão presentes os aspectos simbólicos espirituais e hierárquicos da Igreja Católica, além de uma narratividade jornalística que o veículo desempenha em uma lógica singular.

O Arquidiocesano circunscreve-se em um momento de transições no jornalismo brasileiro, entre a resistência da escrita mais profunda e literata e a modernização do *copy-desk*, que impetrava uma linguagem rasa, objetiva e propositalmente carregada de uma falsa imparcialidade que prometia espelhar os fatos. Já o jornalismo predecessor ao *copy-desk* é classificado por Felipe Pena (2005) como “Terceiro Jornalismo”: contextualizado entre 1900 e 1960, refletia a imprensa monopolista, altamente opinativa, em altas tiragens e dotado de grandes rubricas políticas.

Além disso, o jornal O Arquidiocesano é um dispositivo de mídia impressa e, como tal, tem especificidades em sua tessitura. Com o processo de escrita e impressão, Charaudeau (2007, p. 80) argumenta que o “texto explora cada vez mais o fato de *ocupar um certo espaço material*”. No jornal O Arquidiocesano, temos a presença de manchetes, chapéus, colunas, listas, títulos, datas, notas de rodapé e editoriais e, em cada um deles, deve “*conter tudo aquilo que é necessário para ser decifrado*” (CHARAUDEAU, 2007, p. 80). Assim, os enunciados adquirem uma superfície imagética exposta ao olhar em um nível superior de leitura.

Com a ajuda de Motta (2013), relacionamos os contextos apreendidos durante a construção da primeira parte deste trabalho às marcas textuais encontradas na classificação da ideologia comunista. A carta pastoral “Comunismo, Religião e Pátria”, por exemplo, não por

¹⁹ Para mais informações, cf. Brittes e Sena (2013).

acaso foi publicada em 9 de fevereiro de 1964, três dias depois do anúncio das reformas de base propostas por Jango. Já a participação católica narrada em abril de 1964 é reveladora de setores da Igreja no Brasil que endossavam os argumentos utilizados no golpe de Estado. Por fim, em “Revolução Necessária”, percebemos a necessidade sentida por Dom Oscar de legitimar a tomada de poder de abril de 1964, nas efemérides do final do ano. A seguir, elencamos interpretações a partir de cada um dos textos analisados aqui.

3.3.1 “Comunismo, Religião e Pátria”: o início da tensão

A análise da Carta Pastoral segue na tríade contexto-forma-conteúdo. Os fatos de o texto quebrar a normalidade de sua diagramação, chamar a atenção para o assunto desde o título e ser publicado próximo à divulgação do manifesto da Frente Progressista endossam o nosso argumento de sua relevância para a compreensão da intriga de 1964.

Nossas análises sugerem que o texto inaugura uma escalada nas tensões discursivas apresentadas pelo veículo que culminam na tomada de poder de abril de 1964. Dom Oscar utiliza os lugares de fala privilegiados que tem para endossar o alerta de uma ameaça comunista de dominação das instituições e de cerceamento das liberdades individuais.

Entre as estratégias adotadas por Dom Oscar, observamos quais personagens ele aciona para ajudá-lo a construir seus argumentos. De início, o arcebispo aciona, sem a utilização de citações diretas, as figuras dos Papas Leão XIII, Pio XI, Pio XII e João XXIII. Já entre aspas, o texto cita o termo “mestres do engodo”, atribuído ao escritor Edgard Hoover, para referir-se aos comunistas. Com a ajuda do *Dicionário On-line de Português*²⁰, descobrimos que o termo “engodo” corresponde, em seu sentido figurado, há um “comportamento repleto de falsidade e desenvolvido para enganar; cilada, engano”.

Dom Oscar também utiliza uma citação atribuída a Goyau para endossar um suposto ódio do pensamento comunista à religiosidade cristã. Aliás, ao relacionarmos as citações de Goyau à nuvem de palavras desenvolvida na etapa anterior, percebemos que, inclusive pela quantidade de vezes em que aparecem, uma das maiores preocupações de Dom Oscar está na construção do comunismo como um movimento ateu, materialista, sem fé e inimigo do que pregava o cristianismo.

Para isso, Dom Oscar de Oliveira recorre também a citações atribuídas a Lenin e Marx. Interessa-nos essas citações pois, nesse texto, apesar de fazer apelos aos católicos

²⁰ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/engodo/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

brasileiros quanto aos perigos comunistas, estas são as únicas personagens antagonistas apresentadas pelo arcebispo na carta. A ameaça comunista, por sua vez, parece estar entremeada nas instituições nacionais de uma forma obscura, enganadora, disfarçada de liberdade e prestes a assumir o controle da nação. Não há, no entanto, nenhuma personagem ou personalidade brasileira entre os comunistas que ameaçavam o país.

No texto, percebemos também uma preocupação de Dom Oscar em reafirmar o repúdio do Papa João XXIII aos comunistas. O arcebispo de Mariana utiliza, principalmente, trechos de encíclicas publicadas pelo Papa que provariam sua aversão às ideias e práticas comunistas. Apresentado por Dom Oscar como “o Papa da Paz e da Bondade”, o texto sugere que João XXIII defende que a solução para as injustiças sociais está no Evangelho de Cristo, e não nos argumentos comunistas. As citações apresentadas como sendo do Papa, no entanto, não citam diretamente o termo “comunismo”.

Também percebemos que Dom Oscar preocupa-se com distorções dos dizeres sobre as injustiças sociais proferidos por João XXIII e alerta para a utilização de trechos destacados e descontextualizados dos discursos papais por comunistas mal-intencionados. Apesar disso, o próprio arcebispo destaca pequenos trechos das obras de Marx e Lenin para endossar seus argumentos. Há, ainda, uma preocupação com a América Latina no texto, o que reforça o imaginário de que o golpe teria livrado todo o continente de uma ameaça de invasão comunista.

Por fim, em suas “CONCLUSÕES”, Dom Oscar de Oliveira faz um apelo aos “homens públicos” do Brasil para que se unam em defesa do Patriotismo, da “Santa Religião Católica e do Brasil”. É, portanto, um chamado aos católicos leitores de *O Arquidiocesano* a votarem e apoiarem publicamente os interesses da “nação e os direitos da Igreja”. A carta adquire, portanto, um tom de chamado e alerta aos membros da Arquidiocese para levantarem suas vozes contra a ameaça comunista. Sua aclamação na tribuna do Congresso Nacional, em 16 de fevereiro de 1964²¹, reforça o nosso argumento de que o chamado do Arcebispo de Mariana surgiu efeito.

3.3.2 “Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista”: o clímax

Diferente do texto anterior, a matéria apropria-se de um discurso jornalístico para reconstruir a tomada de poder. O texto é fundamental para compreender as principais

²¹ Cf. Mendonça (2010).

personagens na construção dos acontecimentos discursivos, além de apresentar características da participação de setores religiosos, sobretudo na organização das Marchas da Família, com Deus, Pela Liberdade.

As marcações iniciais indicam onde e por quem o texto foi escrito. Rio (NCB) significa que a origem do conteúdo era o Rio de Janeiro, escrito por Notícias Católicas Brasileiras. O adiantar das aspas do Arcebispo do Rio, Dom Jaime de Barros Câmara, também sugerem o seu poder diante de quem escrevera aquele enunciado. O arcebispo do Rio de Janeiro também é o primeiro citado entre os “vanguardeiros” do golpe no setor religioso. Dom Oscar de Oliveira é citado por último, depois dos arcebispos Dom Augusto, da Bahia, e Dom Vicente Scherer, de Porto Alegre. Entre as personalidades civis, o texto cita os governadores de São Paulo e da Guanabara, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, respectivamente. Interessante perceber que, apesar de não serem personalidades religiosas, o texto recorte de suas falas exatamente as referências a “Deus”.

Diferentemente da carta pastoral de 9 de fevereiro de 1964, na matéria há a associação direta do governo João Goulart a práticas comunistas. O jornal cita que “os órgãos federais, ministérios autarquias, institutos, Petrobrás, Supra, organizações estudantis, sindicatos, etc. ficaram acéfalos em todo o Brasil”. Além disso, após a saída de Jango, o jornal defende a existência de reformas de base, agora que o país livrou-se da ameaça comunista. Salta-nos aos olhos que a matéria utiliza uma citação de “um deputado católico que não quis se identificar”. Ora, se a revolução pacificadora aliviara as tensões políticas e sociais do Brasil da década de 1960, o que temiam os apoiadores do golpe?

Por fim, o texto revela uma dimensão simbólica de sacralização do golpe de Estado de 1964 ao associar diretamente a tomada de poder às Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade e ao apelo à figura do “Rosário”, ou “Têrço luminoso”. Se, em algum momento, existira dúvidas quanto à participação de setores católicos no golpe, por meio dessa manchete torna-se inquestionável esse apoio. Essa manchete soa-nos, hoje, como uma confissão de culpa pelo apoio ao início da ditadura no Brasil.

3.3.3 “Revolução Necessária”: o desfecho

Dom Oscar finaliza o ano de 1964 com o “texto Revolução Necessária”, publicado na edição de 27 de dezembro. Em seu editorial, o arcebispo comenta que a tomada de poder foi o maior evento do ano. Uma Revolução branca, segundo Dom Oscar, “promissora de paz e tranquilidade para a família brasileira”. Ao mesmo tempo, uma

revolução “verde-amarela”, que exaltava o patriotismo e o nacionalismo e teria livrado o Brasil da “implantação da terrível ditadura comunista”. O arcebispo defende, portanto, o início da ditadura militar no Brasil sob o pretexto de uma ameaça de ditadura comunista que, como vimos em Chomsky (1996), estava longe de acontecer.

Em sua defesa, Dom Oscar pede paciência aos fiéis, pois “não pode a Pátria refazer-se num dia”. Para o arcebispo, o Brasil respirou diante da crise ancorado pelas mãos de Deus e das Forças Armadas. Se, em textos e trechos anteriores, há a revelação de braços católicos no clima que culmina no golpe, agora é a partição militar que fica evidente nos argumentos do arcebispo. Além disso, Dom Oscar clama por “pulsos firmes” dos novos governantes e pede aos fiéis que mantenham-se em alerta “ante novas e perigosas investidas contra a Pátria”, pois os comunistas “nunca dormem”.

Assim, nossas análises indicam que o arcebispo Dom Oscar de Oliveira inicia e encerra o projeto dramático da intriga de 1964 no jornal e vê o golpe como o ponto mais alto dos acontecimentos do ano. Na conversão deles em acontecimentos discursivos, Dom Oscar utiliza de efeitos de real e estéticos para legitimar sua argumentação, seja em textos próprios ou selecionando enunciados escritos por outros atores. O autor cita a mão de Deus em um texto e traz citações com referências bibliográficas das *Obras escolhidas de Lenin*, em outro.

Diante do cruzamento dos dados às marcas textuais, portanto, defendemos que a *performance* do jornal apresenta qualquer ideologia conectada à órbita do pensamento comunista como uma heresia cruel e ateia, inimiga dos valores cristãos defendidos pela Arquidiocese. Para isso, os narradores recorrem a personalidades históricas, convertidas em personagens das histórias a serem contadas pelo O Arquidiocesano. Por vezes, o poder simbólico das mãos de Deus e do Rosário também aparece como força contra o comunismo.

A voz de Dom Oscar de Oliveira, por vezes, confunde-se com a voz do Primeiro-narrador, isto é, o próprio O Arquidiocesano. A hierarquia da Arquidiocese concentrava o poder de decisão sobre os enunciados; apesar disso, nem sempre o arcebispo aciona a própria voz em seus argumentos. Nas manchetes de abril de 1964, por exemplo, ele aparece citado no texto sem aspas ou citações diretas, apenas como personagem da história. Aliás, vale reforçar que não era usual o arcebispo assinar editoriais sobre política. Isso faz com que os dois editoriais analisados aqui ganhem relevância na intriga de 1964.

4 REFIGURAÇÕES

Os acionamentos propostos por esta pesquisa, desde o início, não estabelecem fronteiras rígidas quanto aos campos das Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas que dialogam com o objeto e os objetivos da análise. Pelo contrário, a riqueza dos bancos de dados extraídos das páginas do jornal O Arquidiocesano é capaz de fomentar uma infinidade de estudos sobre política, poder, ideologia, comunicação, estatística, história, historiografia, religião, linguística, discurso, entre outras áreas e subáreas do *saber*.

Diante desse universo, das subjetividades e repertórios dos pesquisadores e das inquietações surgidas ao se ler as publicações anticomunistas do jornal durante a década de 1960, buscamos métodos, técnicas e estratégias de produção de sentido que nos auxiliassem a contar uma história sobre o golpe de Estado de 1964 a partir do conteúdo encontrado em O Arquidiocesano.

As primeiras descobertas surgidas a partir de uma leitura flutuante do material (BARDIN, 2011) indicavam interfaces robustas, sobretudo, entre as **linguagens**, a **história** e a **comunicação**. Ora, partíamos de enunciados publicados em 1964 pelo Órgão Oficial da Arquidiocese de Mariana. Pretendíamos, portanto, compreender *como o veículo narra* as tensões políticas do período marcado pelo início da ditadura militar no Brasil.

Em busca das correlações entre o ato de contar uma história e essa história que é contada, encontramos em *Tempo e Narrativa* (RICOEUR, 2012) as bases teóricas mais relevantes para a fundamentação desta pesquisa. Dessa obra, extraímos o conceito de *intriga*, essencial para entendermos como o veículo constrói a mediação simbólica entre o mundo prefigurado que antecede o golpe de 1964 e o mundo pós-golpe a ser refigurado pelos leitores do veículo. Também na obra do filósofo francês encontramos entrecruzamentos entre os conceitos de história, ficção e tempo, que compõem o que o autor denomina como “Poética da Narrativa” e nos ajuda a pensar a *performance discursiva* desempenhada pelo veículo nas narrações analisadas.

Agora, para esta parte, elucidaremos algumas defesas de nossa argumentação narrativa, ancorados no movimento que Ricoeur (2012, p. 352) faz em busca de uma “hermenêutica da consciência histórica”. O autor propõe uma mudança de perspectivas no ato de pensar e acionar o passado. No lugar de questionar a “realidade fugidia do passado tal como ele foi”, ou seja, de problematizar as buscas e falhas em se tentar conhecer *a* história verdadeira dos acontecimentos, como defende Hegel, Ricoeur (2012) sugere uma outra lógica de pensamento, que surge a partir do “*projeto da história*”, com o objetivo de reencontrar na

história “a dialética do passado e do futuro e a troca entre eles no presente” (RICOEUR, 2012, p. 352).

No lugar de pensar como os indivíduos *fazem* a sua história, Ricoeur propõe pensar como os seres são *afetados* por esse passado. Ainda que o foco da análise seja na ação humana ao contar uma história, ou seja, na iniciativa dos compositores dos enunciados, o autor argumenta que “ser afetado é também uma categoria do fazer” (RICOEUR, 2012, p. 353). O autor questiona:

Por que, no trânsito do futuro para o passado, o presente não poderia ser o tempo da iniciativa, isto é, o tempo em que o peso da história já feita é depositado, suspenso, interrompido, e em que o sonho da história ainda por fazer é transfigurado em decisão responsável? (RICOEUR, 2012, p. 353).

Ele sugere, então, que o entrecruzamento de perspectivas que compõem o pensamento da história acontece sob a égide de uma “*mediação imperfeita*” carregada de intersignificados. Para compreender essa mediação simbólica entre o passado e o futuro ocorrida no presente, o autor recorre ao alemão Reinhart Koselleck (1979) e aos conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”.

Ricoeur (2012) defende o termo espaço de experiência sob dois argumentos. No primeiro deles, o entendimento da palavra *experiência*, seja individual, coletiva, passada ou atual, diz sempre “de um estranhamento superado, de um saber adquirido que se tornou um *habitus*”. Já no segundo, o autor francês aponta que falar de *espaço* possibilita que o passado seja observado em diversas perspectivas ou o termo “evoca possibilidades de percurso segundo múltiplos itinerários” e rompe com a rigidez e a simplicidade da “cronologia” do passado.

Em relação ao horizonte de expectativas, o autor francês afirma que a expressão apresentada por Koselleck (1979) “não podia ser mais bem escolhida”. Para ele, falar em horizonte – e não em espaços de expectativas – ressalta a “potência tanto de extensão como de superação vinculada à expectativa”. Além disso, o termo “*expectativa*” contempla diversos anseios, esperanças e temores com o futuro.

[...] o termo expectativa é bastante vasto para incluir a esperança e o temor, o desejar e o querer, a preocupação, o cálculo racional, a curiosidade, em suma, todas as manifestações privadas ou comuns que visam o futuro; assim como a experiência, a expectativa relativa ao futuro está inscrita no presente; é o futuro-transformado-em-presente, voltado para o ainda-não (RICOEUR, 2012, p. 354-355).

Espaços de experiência e horizontes de expectativas, no entanto, desempenham papéis que superam uma simples oposição polarizada entre eles. Ricoeur (2012, p. 355) defende que eles “condicionam-se mutuamente”, pois: 1. não é possível reunir a experiência sem expectativa retroativa, ou seja, sem desejos e ambições ao acionar determinadas memórias; e 2. quanto menor a experiência, ou os repertórios, mais limitados tornam-se os desejos e expectativas.

Feitas essas pontuações, percebemos os acionamentos que podem ser feitos à memória do golpe de Estado de 1964 a partir das publicações percebidas no jornal O Arquidiocesano. Acreditamos que as nossas descobertas contribuem para a construção desses espaços de experiência, sobretudo quando percebemos seres afetados pelo passado sombrio e ainda obscuro da ditadura utilizarem lugares privilegiados de fala – como a tribuna do Congresso Nacional, por exemplo – para tentar preencher as lacunas dessas memórias no presente histórico em que estas páginas foram escritas.

Se pensamos, por algum momento, que este trabalho estava inscrito em (pelo menos) duas temporalidades distintas, o que nos interessa agora é compreender como somos afetados, neste presente histórico, pelos acionamentos das memórias do autoritarismo. Se, no final dos anos 2010, o movimento neopentecostal dita o ritmo metafísico e transcendental dos avanços autoritários no Brasil, setores conservadores da Igreja Católica eram os responsáveis por essa frente no golpe de Estado de 1964.

Assim, saímos em defesa de uma “hermenêutica para a consciência histórica”, como sugere Paul Ricoeur (2012). Para isso, abordamos os três pontos mencionados pelo autor francês em seu capítulo homônimo: 1. o futuro e seu passado; 2. o ser afetado pelo passado; e 3. o presente histórico.

Na primeira delas, ao falar do “futuro e seu passado”, Paul Ricoeur (2012, p. 357) destaca três temas das “cuidadosas análises semânticas de Koselleck”. Primeiro, o autor questiona a noção de progresso ao situar a crença de que o presente “abre para o futuro a perspectiva de uma *novidade* sem precedentes”. Depois disso, ele fala da crença de que “a mudança para melhor se aproxima”. Por fim, nesse subtítulo, o autor francês aborda a crença de que “os homens são cada vez mais capazes de *fazer* sua história”. Ricoeur (2012, p. 357) argumenta que essas crenças contribuíram para o surgimento de um novo horizonte de expectativas que, “por retroação, transformou o espaço de experiência em que se depositaram os conhecimentos adquiridos do passado”.

Dessas considerações, preocupa-nos a sensação de esvaziamento do presente e do passado diante de um acelerado e melhorado porvir. Isso pois, quando visualizamos, na

segunda metade dos anos 2010, os acionamentos feitos à memória da ditadura permearem, inclusive, as disputas políticas no Brasil, rechaçamos essa ideia de ineditismo da perspectiva de futuro. Em muitos casos, vemos atônitos “o futuro repetir o passado”.

Afetados pelo passado e diante de seu horizonte de expectativas, os indivíduos acionam suas memórias, ou tentam construir suas versões para as coisas que já passaram. Quando pensam que estão “fazendo a história”, pois acredita-se que, com o progresso, ocorre também uma melhora da vida humana, acelera-se o presente e encolhe-se “de maneira sensível o espaço de experiência abarcado pelo conhecimento adquirido da tradição e se enfraquece a autoridade desses conhecimentos” (RICOEUR, 2012, p. 359). O autor defende, acionando Marx, que só somos “agentes da história” diante de “circunstâncias” que nos tornam também pacientes dela.

Com essas considerações, relembramos que Dom Oscar busca inaugurar um novo tempo de paz, tranquilidade e reestabelecimento da ordem para o Brasil a partir da ideia de “Revolução de 1964”. Ainda hoje, as denominações quanto aos acontecimentos daquele ano são cenários de disputas de sentido. Forças autoritárias ainda defendem a ideia de revolução, enquanto setores “progressistas” defendem a existência de um golpe. Se, em 1964, o arcebispo buscava escrever a história do golpe de Estado de 1964 no jornal O Arquidiocesano, hoje, diante dos conhecimentos adquiridos a partir desta pesquisa, buscamos contribuir para a construção dos espaços de experiência nos quais estão os conhecimentos sobre o golpe e a ditadura no Brasil.

O tempo humano, para Ricoeur (2012, p. 396), acontece em um presente histórico, povoado pelo “ser-afetado-pelo-passado” e por seu horizonte de expectativas. O autor afirma que sua própria meditação sobre o presente histórico teve seu aporte inicial no tempo do calendário, que se constitui em um terceiro tempo, entre o tempo físico e o tempo fenomenológico. Pelo tempo do calendário seria possível, portanto, demarcar a data de início e de fim de um evento ou situação de ruptura de uma ordem social vigente. Surge, assim, a ideia de momento axial, ou seja, um instante vivo e presente responsável pelo surgimento de uma história. Configura-se em um acontecimento fundador que “supostamente inaugura uma nova era [...] senão do tempo, ao menos no tempo” (RICOEUR, 2012, p. 396).

Dessas considerações, retiramos a defesa da não existência de um único tempo, linear e intransponível, onipresente e onipotente, capaz de organizar todas as nossas vivências no mundo. Ricoeur (2012) nos diz que o tempo torna-se tempo humano quando narrado. São, portanto, os nossos acionamentos às temporalidades que as mantém vivas, ao mesmo tempo em que estes acionamentos estão inscritos em muitas experiências temporais distintas, antes

mesmo de cumprirem os objetivos para os quais eles surgiram. Assim, o tempo como o conhecemos (quase uma entidade sagrada única capaz de abarcar todos os seres humanos) não nos parece adequado para esta análise. Pensamos em *tempos*, no plural, que nos constroem e são construídos por nós de acordo com as nossas experiências.

Mesmo o passado, que parece uma instância fechada dessas temporalidades ao abarcar, em tese, todas as coisas que *já aconteceram*, é intensamente construído no presente, sobretudo pelos acionamentos de memória que fazemos hoje. Justamente por isso, também partimos da ideia de *memórias*, no plural. Mesmo as memórias partilhadas em grupo, ou seja, as memórias coletivas, têm características específicas dependendo do lugar que elas partem e o que se busca justificar ou defender com elas. Esses acionamentos, por sua vez, só são possíveis por meio da linguagem e dependem muito de “quem fala o quê”. Ao lembrarmos que o ato de narrar tem sempre uma instância judicatória, inscrevemos as análises de memória também em uma perspectiva discursiva. São disputas de poder que se manifestam também como disputas de discurso. Assim, é diante de um cenário de disputas quanto às memórias do golpe de Estado de 1964 e da ditadura militar brasileira que acionamos os enunciados como possíveis guardadores de vestígios de sua situação de produção.

No presente histórico que enreda esta pesquisa, autores como Mateus Pereira (2015) pesquisam as disputas de memória sobre o golpe de Estado de 1964 e a ditadura militar nos fóruns de discussão da Wikipédia. Boa parte das referências bibliográficas utilizadas aqui só foram alcançadas por existirem versões digitalizadas ou virtuais dos textos. A obra de Marialva Barbosa (2007) aborda a História Cultural da Imprensa entre 1900 e os anos 2000. Documentos dos EUA abertos em 2014 revelaram a participação de Roberto Marinho na articulação do golpe de 1964. A Comissão da Verdade iniciou suas ações de reparação dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura e ela própria está sendo assassinada por inanição. O livro de Motta (2013) que nos serve de referência cita o *Orkut*, que não existia em 1964 e também não existe mais em 2019. A obra *Brasil, Nunca Mais!*, publicada em 1985 por Paulo Evaristo Arns, reconhece a participação de setores da Igreja Católica no golpe. O presidente atual da República Federativa do Brasil defende o regime militar, nega ter acontecido uma ditadura no país e exalta a figura de um torturador. O Brasil vive uma cruzada obscurantista contra as universidades, a ciência e o conhecimento. As *fake news* tomaram conta da narrativa contemporânea...

Assim, diante dessas e de outras circunstâncias é que acionamos a memória do golpe de 1964 no jornal O Arquidiocesano. As narrativas, entretanto, não são obras fechadas. Nem aquelas, nem esta. Hoje, enunciados da década de 1960 são guardiões de uma

experiência temporal que ajuda a construir a memória que é acionada agora. Os cenários de disputa passam pelos campos institucional, político, midiático, social e religioso. Se, em 1960, a Igreja Católica tinha poderes políticos exacerbados na política brasileira – sendo a principal responsável pelas Marchas da Família, por exemplo –, hoje vemos um movimento evangélico protestante neopentecostal encabeçar setores do governo e promover a Marcha para Jesus.

Paul Ricoeur (2012, p. 397) também se apoia na noção de contemporaneidade, que se forma a partir do “fenômeno biológico e simbólico da sequência de gerações”. Ela configura a dimensão de um “ser-em-comum” e permite que o presente histórico seja identificado como um “espaço comum da experiência”. Nesse espaço, o jornalismo adquire papel importante na construção da opinião pública, pois, gozando da função de traduzir o mundo, ele adquire o poder de quem tem a capacidade de falar sobre o presente. Não é, no entanto, uma situação sempre harmônica de convívio e aceitação. É um cenário de disputas discursivas por reconhecimento, controle e, portanto, poder.

Essas disputas fazem com que pensemos também na denominação do fenômeno de abril de 1964. Enquanto forças conservadoras insistem em chamar o golpe de revolução, nossa discussão percorrerá os caminhos das participações midiáticas e religiosas no clima que culmina no golpe. Dreifuss (1981) introduz o termo “civil” ao evento então denominado golpe militar de 1964. Em 2014, Juremir Machado defende o termo “midiático-civil-militar”, evidenciando a participação de setores da imprensa na desestabilização do governo João Goulart. Ainda que ele não se atente à complexidade do trabalho do jornalismo que narra Marialva Barbosa (2007), sua argumentação quanto à denominação do evento é validada pela investigação de Carlos Fico, em *Além do Golpe* (2004), ao referenciar matérias como as do O Globo e os editoriais do Correio da Manhã.

Pensar a narratividade de O Arquidiocesano como uma *performance* é, para nós, uma sensação libertadora e muito instrutiva. Isso porque nos rompe as amarras de tentar enquadrar a comunicação percebida no veículo, seja como um jornal tradicional e comercial, seja como uma obra de ficção escrita pela Arquidiocese de Mariana.

Nas projeções de nosso percurso analítico figuram problematizações adjacentes à questão central desta pesquisa. Sabemos da dificuldade em ter fôlego para investigar todo o material disponível, mas alguns gatilhos de nossas próximas preocupações podem ser adiantados: a personificação da ameaça comunista nas charges de O Arquidiocesano; os papéis desempenhados pelas personagens transcendentais presentes nos textos (Deus e o diabo, por exemplo); e a delimitação do lugar da mulher nos textos anticomunistas do jornal.

Em suma, diante de todos os poderes que nos atravessam e atravessam nossas narrativas hoje, vamos em busca das manifestações do poder simbólico que podemos perceber em O Arquiocesano ao remontarmos a intriga do golpe de 1964. Defendemos, por fim, que a memória oriunda das violências da tomada de poder e da ditadura estão mais vivas do que nunca.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. A. V. M. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BARBOSA, M. **História Cultural da Imprensa (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIAGI, O. L. O imaginário da Guerra Fria. *In: Rev. Hist. Reg.*, n. 6, p. 61-111, 2001.

BORGES, M. V. A dêixis discursiva: formas de representação do sujeito, do tempo e do espaço no discurso. *In: Revista do GELNE*, v. 2, n. 1/2, p. 1-4, 22 fev. 2016.

BRITTES, J. G.; SENA, M. A. B. **As marcas de 1959: contrato e representação no primeiro ano de O Arquidiocesano**. Bauru: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013.

BRUNEAU, T. **Religião e politização no Brasil. A Igreja e o Regime Autoritário**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

CAMACHO, I. **Doutrina Social da Igreja Abordagem histórica**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CHOMSKY, N. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.

DELGADO, L. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. *In: Revista Grafia*. Bogotá, v. 9, p. 175-191, 2012.

DEUTSCHER, I. Mitos da Guerra Fria. *In: HOROWITZ, D. (Org.). Revolução e Repressão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, C. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HABERMAS, Jürgen. Teoria da ação comunicativa (Vol. I): racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. 49 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KEHL, M. R. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1993.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDONÇA, D. A batalha discursiva dos deputados federais em março de 1964. *In: História*, v. 29, n. 2, p.173-205, 2010.

MOREIRA, C. S. **O projeto de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)**. 2011. 406f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: UnB, 2013.

MUSSE, C. F. VARGAS, H. NICOLAU, M. (orgs.). **Comunicação, Mídias e Temporalidades**. Salvador: Edufba, 2017.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. SP. Contexto. 2005.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890-1924)**. Juiz de Fora: Irmãos Justinianos, 2004.

PEREIRA, M. H. F. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *In: Varia hist. [on-line]*, v. 31, n. 57, p.863-902, 2015.

PEREIRA, M. S. **Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890-1924)**. Juiz de Fora: Irmãos Justinianos, 2004.

REGALADO, R. **Curso de formação em política internacional**. Organização de Mila Frati. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

RICHARD, P. **Morte das cristandades e Nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Tomos I, II e III. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SANTIROCCHI, Í. D. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. *In: Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, v. 2, n. 2, p. 24-33, ago./dez. 2010.

SANTIROCCHI, Í. D. A Igreja e a construção do Estado no Brasil Imperial. *In: XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH): Conhecimento histórico e diálogo social*, Natal – UFRN, 2013.

SILVA DOS REIS, C. D. O poder das “forças terríveis”: a renúncia de Jânio Quadros e o ensaio para o golpe civil-militar de 1964. *In: Boletim Historiar*, n. 15, 2016.

SILVA, J. M. **1964. Golpe midiático-civil-militar**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

TRINDADE, R. **Arquidiocese de Mariana. Subsídios para sua história**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953. v. 1.

09/02/1964

COMUNISMO, RELIGIÃO E PÁTRIA

Dom Oscar de Oliveira

Ao Revmo. Clero Diocesano e Regular, Religiosas, Ação Católica, Associações Religiosas e Fieis em geral.

O comunismo, que ambiciona conquistar o mundo inteiro, tem recebido formal e solene repulsa da Igreja Católica em vários documentos dos Papas, como Leão XIII, Pio XI, Pio XII e João XXIII.

Bispos, Sacerdotes e intelectuais leigos de todo o mundo têm erguido suas vozes contra a cruel heresia marxista.

Jamais poderá a Igreja de Cristo transigir com o comunismo. Comunismo e cristianismo são dois polos diametralmente opostos, antagônicos como trevas e luz, fogo e água. Daí, o ódio comunista ao cristianismo, seu firme e eterno adversário.

Ingênuo seria crer que o comunismo tivesse por meta somente o fator econômico, que fosse apenas uma questão de estômago, que simplesmente visasse a um bem-estar de nutrição, vestuário, moradia, assistência sanitária, repouso remunerado. Não, o comunismo é uma filosofia de vida, uma filosofia satânica. Com efeito, há homens ricos e cultos, há trabalhadores recebendo polpudos salários a quem não falta conforto e que, no entanto, trabalham intensamente em favor da heresia comunista.

Mais do que uma doutrina econômica, social e política, o comunismo é uma ideologia essencialmente materialista que pretende abarcar tudo, substituir pelo seu mito, ocupar o lugar da fé religiosa e tornar o mundo profano.

Os <<mestres do engodo>>, como chama aos comunistas Edgard Hoover, procuram fazer esquecer nas massas a verdadeira natureza do comunismo, que, em verdade, despoja do homem o sentimento religioso, rouba-lhe a liberdade, nega-lhe a dignidade da pessoa.

A doutrina comunista, como quer Marx, visa a <<libertar as consciências do espectro religioso>>. O ilustre escritor Georges Goyau em seu livro *Dieu chez les Soviets* demonstra que o <<o Estado moscovita exige a abolição completa do sentimento religioso em seus partidários, proclamando haver absoluta incompatibilidade entre a crença em Deus e a aceitação dos princípios comunistas>>. É programa comunista disseminar o ódio à religião, ao clero e aos fiéis, como claramente expõe Lenine: <<A guerra contra quaisquer cristãos é para nós uma lei inabalável. Não cremos em postulados eternos de moral, e haveremos de desmascarar êste embuste. A moral comunista é sinônimo da luta pelo robustecimento da ditadura proletária>>. Para o comunismo o cristianismo é <<coisa passada>>, é doutrina <<antiprogressista>>, <<filha das supertições do obscurantismo>>.

Eis porque Pio XI afirmou que o comunismo é <<a mais completa negação de Deus>> e representa uma <<guerra contra tudo o que é divino>> (encíclica *Divini Redemptoris*).

No lugar de Deus coloca o comunismo os mitos de <<consciência revolucionária>>, de <<evolução materialista>>, de <<igualdade econômica>>.

Por isso declarou em termos incisivos o Papa Pio XI: <<O comunismo é intrinsecamente perverso; não se pode admitir, em nenhum terreno, a colaboração com êle da parte de quem queira salvar a civilização cristã>>. E Pio XI num discurso pronunciado durante o 2º Congresso de apostolado dos Leigos, em outubro de 1958, advertiu: <<A Igreja de Cristo não cogita abandonar sem luta o terreno a seu inimigo declarado, o comunismo ateu. Êste combate será continuado até o fim, com as armas de Cristo>>.

Sem Deus, sem fé, sem moral, o comunismo serve-se inescrupulosamente de quaisquer meios, ainda os mais desonestos, para alcançar seus fins, segundo diretivas de Marx. E Lenine apontou a fórmula para vencer as resistências: <<Em todos aqueles países em que, como consequência de um estado continuado de leis de emergência, os comunistas não puderem levar a cabo legalmente seu trabalho, é absolutamente necessário combinar o esforço legal com o ilegal. Nossos afiliados devem criar em toda a parte um aparelhamento duplicado e ilegal que nos momentos decisivos ajude o Partido a cumprir suas obrigações para com a Revolução>> (<<Obras Escolhidas de Lenine>>, vol. X, p. 202). Insistindo sobre este ponto, escrevia ainda ele: <<É necessário estar preparados para enfrentar tudo isto, para aceitar todas as classes de sacrifícios e, em caso de necessidade, para recorrer a todo o gênero de estratagemas, manobras e métodos ilegais, tais como a evasão e os subterfúgios, a fim de penetrarmos nos sindicatos e operar dentro deles — custe o que custar — verdadeira penetração comunista>>.

Alardeiam os comunistas o culto da liberdade e da democracia, mas os que sinceramente se opõem às suas doutrinas são sempre taxados de <<reacionários>>.

Impossibilitados de rebater argumentos opostos às suas idéias, repisam as mesmas fórmulas, os mesmos slogans de <reacionário>, <entreguista>, <gorila>.

O EVANGELHO DE CRISTO E O BEM SOCIAL

Clamorosas injustiças se verificam no seio da sociedade, com seu cortêjo de misérias materiais, morais e espirituais, mas não é o comunismo que irá solucioná-las, e sim o Evangelho eterno com seus princípios de verdade, justiça e caridade.

É aplicando-os constantemente, sinceramente, que os homens de boa vontade hão de responder aos pretextos dos comunistas.

A ousadia comunista chega a vestir alguns de seus lobos com veste de ovelhas a fim de, despercebidos como tais, penetrar em ambientes cristãos, fingir-se cristãos, receber sacramentos. E tais exaltam hipòcritamente a Igreja de Cristo, a qual em vão se esforçam por destruí-la.

Chegam a desvirtuar o sentido de ensinamentos pontifícios, a citar trechos de encíclicas destacados de seu conjunto, em favor de sua deletéria propaganda comunista.

Amargurou-se o coração de João XXIII ao ter conhecimento desses deploráveis abusos, e agora nem ainda respeitam a memória do Papa da Paz e da Bondade, Papa da Paz, pois se esforçou por estabelecer na terra aquela Paz que o mundo não pode dar — a Paz de Cristo. Papa da Paz de Cristo, a qual é o fruto do sincero amor a Deus e ao próximo. Papa da Bondade, da bondade de Cristo, que não pode confundir-se com a tolerância, com a iniquidade e o êrro.

Na sua encíclica *Ad Petri Cathedram*, de 1º de agosto de 1959, diz João XXIII: <<Não faltam também os que, sem inipugnarem de propósito a verdade, tomam uma atitude de negligência e sumo descuido, como se Deus não nos tivesse dado a razão para procurar e alcançar a verdade. Êste reprovável modo de proceder conduz, quase espontâneamente, a esta afirmação absurda: Todas as religiões valem o mesmo. Não se faz nenhuma diferença entre a verdade e o êrro. <<Êste princípio — para usar as palavras do mesmo Nosso Predecessor (cita Leão XIII) — leva necessariamente à ruína de todas as religiões, especialmente da católica, que, sendo a única verdadeira entre todas, não pode, sem grandíssima ofensa ser colocada no mesmo plano que as outras>>.

JOÃO XXIII E O COMUNISMO

Com a mesma firmeza de seus Predecessores profligou João XXIII a heresia comunista, alertou os fiéis contra seus perigos e lhes apontou o caminho seguro.

O comunismo apregoa seu plano de estabelecer na terra a igualdade de todos os homens. Responde-lhe João XXIII na mesma encíclica *ad Petri Cathedram* que é <<absolutamente necessário restaurar também, entre as várias classes sociais, a mesma concórdia que se deseja entre os povos e as nações>>. E cita êste trecho de Leão XIII: <<Quis Deus que, na comunidade do convívio humano, houvesse desigualdade de classes, mas ao mesmo tempo certa igualdade nascida da sua íntima e amigável colaboração>>. Prossegue João XXIII, citando Leão XIII: Com efeito, <<como no corpo os vários membros se conciliam entre si e formam aquela harmônica combinação que se chama simetria, do mesmo modo a natureza exige que, no convívio civil, as classes se integrem mutuamente e pela cooperação levem a um justo equilíbrio. Uma não pode passar sem a outra; *não pode subsistir o capital sem o trabalho, nem o trabalho sem o capital*. A concórdia produz a beleza e a ordem das coisas>>. (Da *Rerum Novarum*)

O capital unido ao trabalho é instrumento de riqueza, progresso social — capital econômico. É, portanto, necessário. O que a Igreja condena é o capital liberal, desvencilhado da moral, sem ter em conta a dignidade do operário, a justiça social e a caridade.

Adverte João XXIII: <<Quem ousa, portanto, negar a diversidade das classes sociais contradiz a própria ordem da natureza. Quem se opõe a esta amigável e indispensável colaboração entre as mesmas classes contribui para arruinar e dividir a sociedade humana, com grave perturbação e dano do bem público e particular. Observava com razão o nosso Predecessor Pio XII de imortal memória: << Num povo digno d'Este nome, tôdas as desigualdades que não derivam do arbítrio. Mas da própria natureza das coisas — desigualdade de cultura, de havêres, de posição social, sem prejuízo, é claro, da justiça e da caridade mútua — não se opõem à existência de um autêntico espírito de fraternidade>> (Radiomensagem Natalícia de 1944).

Podem, cada classe e as várias categorias dos cidadãos, defender os próprios direitos, conquanto que o façam não pela violência, mas legitimamente, sem invadir os direitos alheios também êles inderrogáveis>>.

Externa João XXIII sua dor profunda ante a penosa situação de tantos seres humanos <<desprovidos de bens materiais, que se queixam de grande pobreza>>. O Papa deseja ardentemente que a <<virtude da justiça tenha a devida aplicação na questão social, e dirija e informe as relações mútuas das classes>>, mas lhe doi fundamente ver que <<os inimigos da Igreja abusem fàcilmente das injustas condições das pessoas necessitadas para atraí-las de seu lado com promessas enganosas e ilusões>>.

E pouco adiante, na mesma encíclica *Ad Petri Cathedram*: <<E se considerarmos com serenidade os *melhoramentos* que nos últimos tempos conseguiram os que vivem do trabalho diário, *devemos confessar que isso se deve principalmente à eficaz atividade dos católicos na questão social, segundo as sábias normas e repetidas exortações de nossos Predecessores*>>.

(Segue na 4.a página)

E continuando, alerta o Papa contra as propagandas comunistas: <<*Nunca devem, pois, os cristãos dirigir-se aos propugnadores de doutrinas condenadas pela Igreja; é bem verdade que êstes os atraem com falsas promessas, mas, onde quer que têm o govêrno na mão, tentam arrancar das mentes dos cidadãos o bem supremo das consciências — insto é, a fé, a esperança e os mandamentos — e debilitam ou destroem inteiramente aquilo que em nossos dias os homens civilizados exaltam, a saber, a liberdade e a verdadeira dignidade devida à pessoa humana; e até procuram destruir os próprios fundamentos da civilização cristã. Portanto, aquêles que querem permanecer fiéis a Cristo têm obrigação grave de consciência*

de evitar, de todos os modos êstes êrros que condenaram os Nossos Predecessores, especialmente Pio XI e Pio XII de feliz recordação, e Nós igualmente condenamos>>.

Por ventura, poderia João XXIII ser mais claro e mais explícito nesta sua solene condenação às falsas promessas comunistas, que arrancam do homem a fé religiosa, usurpam-lhe a liberdade e lhe destroem a dignidade devidas à sua pessoa? Repete XXIII as condenações de seus Predecessores ao comunismo ateu, e, por sua parte, as condena: <<Nós igualmente condenamos>>.

Na encíclica *Mater et Magistra* lamenta as cruéis perseguições que sofrem os cristãos em vários países sob o guante comunista: <<Todos bem sabem e conhecem que em muitos Irmãos e Filhos Nossos, muito queridos, já há vários anos são cruelmente atormentados... Todavia, nenhuma insensatez parece mais própria a nosso tempo do que querer estabelecer uma ordem sólida e eficaz às coisas desta vida terrena, sem colocar por baixo o fundamento indispensável, isto é, sem fazer caso de Deus. Querem também exaltar a grandeza do homem, mas depois de secarem a a fonte donde ela emana e se alimenta>>.

Reafirma tanto na encíclica *Mater et Magistra* como na *Pacem in Terris* o princípio sagrado da dignidade da pessoa humana. Nesta última diz: <<Todo sêr humano tem direito natural ao respeito de sua dignidade>>. E adiante: <<A pessoa que erra não deixa de ser uma pessoa, nem perde nunca a dignidade de sêr humano, e portanto sempre merece estima>>.

No setor econômico a *Pacem in Terris* consagra o princípio de que por exigência natural <<cabe à pessoa humana não só a liberdade de iniciativa, senão também o direito ao trabalho>>. Tutelando os direitos e devêres da pessoa humana proclama que é <<função essencial dos poderes públicos harmonizar e disciplinar devidamente os direitos com que os sêres humanos se relacionam entre si, de maneira a evitar que os cidadãos, ao fazer valer os seus direitos, não atropelem os de outrem; ou que alguém, para salvaguardar os próprios direitos, impeça a outros de cumprir os seus devêres>>.

O estado comunista, ao envêr, é <<a forma extrema da despersonalização. Não conhece pessoas; conhece apenas números, unidades impessoais>> (Berdiaff —*De l' esclavage el de la liberté de l'homme*, pg. 262).

JOÃO XXIII E A AMÉRICA LATINA

A 8 de novembro de 1961 enviou João XXIII uma Carta ao Episcopado da América Latina, na qual mencionava <<os perigos que insidiam a fé e a vida católica dessas Nações>>, recomendando aos Bispos a pôr em prática tudo o que estiver ao alcance dêles <<a fim de prevenir os fiéis, a vós confiados, das insídias que os ameaçam>>. Na mente do Papa as insídias comunistas à América Latina eram o que mais o preocupavam. Recordava especialmente seus graves problemas aos homens de govêrno: <<Os nossos votos e exortações são dirigidos aos governantes e a todos a quem incumbe a grave tarefa de os enfrentar, a fim de que saibam resolver, com a diligência e tacto que requerem. Seja-Nos, pois, permitido recordar-lhes que nenhum edifício social pode ser sólidamente construído se não tiver por fundamento o respeito aos princípios morais e aos preceitos da Lei de Deus>>.

Tenham pois, a peito os governantes de nossa Pátria tais admoestações do saudoso Papa João XXIII. Cabe a nossos homens públicos a tarefa mais importante de todos os governos passados, qual é a de salvaguardar a Democracia do Brasil, defendendo-a varonilmente contra pequena e ousada minoria, ansiosa de impor a mais de 70 milhões de Brasileiros a tremenda ditadura comunista.

Acima de interêsses passageiros e pessoais o interêsse perene e supremo de nossa estremecida Pátria.

Nossa Carta Magna nobremente consagra o princípio democrático da livre manifestação de pensamento, mas esta mesma genuína Democracia não poderá jamais

permitir que em seu sagrado nome a venham assassinar, pois infinita é a distância entre Democracia e licença, entre Liberdade e desenfreamento. Não pode a Democracia e a Liberdade tolerar que sob sua bandeira se vilipendie nosso <<símbolo augusto da paz>>, e se cometa o crime atroz de lesa-pátria.

<<Sem dúvida, doutrina Pio XII, a democracia quer realizar o ideal da liberdade, mas, ideal é somente aquela liberdade que se afasta de todo o desenfreamento; aquela liberdade que une à consciência do próprio direito o respeito pela liberdade, dignidade e direito dos outros, e é, ao mesmo tempo, cônica da própria responsabilidade em relação ao bem comum>>. (*Radiomensagem do Natal de 1943*).

CONCLUSÕES

Cumpre-nos conhecer o comunismo, seus métodos e manobras, para melhor nos defendermos.

Unidos na Fé, havemos também de ser unidos no Patriotismo — unidos na defesa de nossa Santa Religião Católica e do nosso Brasil.

Ainda há poucos dias nossa Minas, berço da liberdade nacional, heróica terra de Tiradentes, nossa Minas católica, nossa Minas devota de Nossa Senhora da Conceição, ofereceu ao Brasil o magnífico atestado de sua repulsa à celebração de um congresso comunista latino-americano no cimo de suas montanhas.

Mas êstes louros colhidos impoem-nos a responsabilidade de permanecermos vigilantes, e confiantes na proteção de Deus e na firmeza de nossos princípios cristãos e democráticos.

Aí estão a nos guiarem sábios ensinamentos da Santa Igreja. Em resumo: De nossa parte, praticarmos a justiça e a caridade, e ainda esforçarmo-nos para que os outros façam o mesmo.

Servir a Pátria é dever sagrado de todos nós. Discursara o Presidente João Kennedy, no dia de sua posse a 20 de janeiro de 1961: <<Não pergunteis o que o vosso país poderá fazer por vós.. perguntai o que podereis vós fazer pelo vosso país>>.

Devemos nos interessar pela *Política* na sua mais genuína acepção da palavra grega, que significa cidadania, bem social, pois da Política depende a situação da família brasileira.

Equidistante de partidos e acima de competições partidárias, cumpre-nos a nós Bispos orientar nossos Filhos espirituais da Arquidiocese Marianense a que, no cumprimento do sagrado dever do voto, coloquem, em primeiro plano e acima de tudo, o bem comum, a honra da Pátria e a glória de Deus.

De grande utilidade é repetir aqui algumas sábias orientações das *Constituições das Províncias Eclesiásticas Meridionais* do Brasil, de 1915, ditas vulgarmente <<Pastoral coletiva>>. <<1591. Nas circunstâncias atuais, dependendo do êxito das eleições políticas a escolha do bom ou mau govêrno do país e daí o bem ou mal-estar da Igreja entre nós, é claro que os católicos como membros do Estado e filhos da Igreja, devem tomar parte nas eleições e propugnar com seu voto e sua influência pela derrota dos candidatos perversos e pelo triunfo dos homens de bem, sinceramente católicos, únicos capazes de promover a prosperidade da Pátria, formando com êles centros, círculos, uniões e ligas eleitorais>>.

1592.<<Os eleitores que sufragarem candidatos inimigos declarados da Igreja, não se podem excusar de pecado grave; e cometerão culpa ainda maior, se, formal e propositalmente, entenderem com seu voto auxiliá-los na consecução de seu fins depravados, porque cooperam formalmente para as obras da iniquidade que aquêles, uma vez eleitos, hão de praticar contra a sociedade, contra a Igreja e contra a Religião. Não pode haver causa alguma que os justifique, como a amizade, a maior perícia, etc. Se os maus candidatos forem mais peritos, serão mais nocivos à Pátria e à Religião.

No artigo 1597: <<...1º. — O católico, como cidadão, não pode e não deve desinteressar-se do bem geral da Nação, mas, pelo contrário, deve promovê-lo, com firmeza e sem preocupações pessoais, na medida das suas fôrças

2 – Suas principais obrigações, como homem público, são: 1) respeitar e prestigiar a autoridade legitimamente constituída; 2) contribuir, material e moralmente, para os diversos serviços da Nação, esforçando-se pelo seu engrandecimento e prestígio; 3) cumprir conscienciosamente e sem preconceitos pessoais ou apaixonados, o dever eleitoral.

3 – Consiste o dever eleitoral em eleger, para representantes da Nação, os candidatos mais probos e honestos, mais capazes de promover os interesses gerais da Nação e defender os direitos da Igreja.

4 – Não é lícito votar em homens sem probidade, ímpios ou anti-patriotas, e quem os elege assume, diante de Deus e do país, tremenda responsabilidade de todo mal que possam fazer à Religião e à Pátria êsses pseudo-representantes do povo>>.

Os futuros candidatos eligendos ao poder executivo e legislativo da Nação, dos Estados e Municípios têm o incontestável dever de se definir clara, sincera e honestamente, de esclarecer sua posição política, de patentear seus planos na teoria e na prática, a fim de que os católicos saibam a quem dar ou recusar seu voto de consciência.

Eis alguns esclarecimentos que as atuais circunstâncias exigem façamos aos Fiéis que a Divina Providência nos confiou.

Recomendamos aos caríssimos Filhos de nossa Arquidiocese que, de modo especial, orem fervorosamente a Deus, nesta Quaresma, na intenção de nossos governantes a fim de que Deus os ilumine e guie, <<para que governem com justiça>>, para que Deus favoreça, <<com efeitos contínuos de sua bondade, o Brasil>> e dê <<ao povo brasileiro paz constante e prosperidade completa>>.

Fazendo cientes a todos os nossos Filhos em Cristo de que os temos sempre presentes em nossas orações, e rogando-lhes o mesmo por nós, os abençoamos cordialmente.

Mariana, 9 de fevereiro de 1964.

Oscar, Arcebispo de Mariana.

ANEXO B - Ilustração presente na página 4 da edição 238, de 5 de abril de 1964



ANEXO C - Mapa da Arquidiocese de Mariana (extraído do *site* da instituição em junho de 2019)



O "Arquidiocesano"

4 Mariana, 19 de Abril de 1964

Nova Lepanto, Incuria, Salva o Continente Americano Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista

Curejunga — Vista Pastoral — São de Mato
dos Deuses — Luta em APO Rio Deas de D
o II e 1.º de junho

Liturgia da Santa Missa

(Continuação da 1.ª página)

Da primeira dose autua estado de
cristão são os apóstolos, não só que nasce da
sua missão, mas por serem os primeiros da Igreja
da Primeira, Pedro e Paulo, fundadores da
Igreja em Roma. Paulo está aqui no lugar de
Matias, por ter sido ele eleito diretamente por
Cristo. Todos os S. Judas Tadeu.

Após citar estes Apóstolos, por qua-
lidade também outros dois santos, o
Papa, em 1860, em 1860, um sacerdote e
a Igreja, todos muito venerados em Roma, os
III e IV séculos.

a) S. Lino, S. Cleto e S. Clemente de
os três primeiros sucessores de S. Pedro.

b) S. Xisto, e Xisto II, martirizados pe-
lo imperador Valeriano.

c) S. Cordeiro, foi Papa antes de S.
Xisto II, mas de prisioneiro, foi libertado depois,
para ficar no lugar de S. Cipriano, em 308.
Foi muito venerado. Anche morreu má-
rtir, Cordeiro em 282 e Cipriano em 284.

d) S. Lourenço d'África, martirizado a
19 de agosto de 258.

e) S. Crisóstomo, sacerdote, degredado,
em 403, em Aquileia.

f) S. João e S. Paulo, excomungados su-
bo a 21 de junho de 302, por terem recusado
adorar a estátua de Júpiter.

g) S. Cosme e S. Damiano, médicos, martiriza-
do em 308, morreram em 308.

Depois de se lerem a proleção geral
de todos os santos — est também concluído
«Pelo mesmo Cristo Senhor nosso, levado
nesta noite para a Jesus Cristo, Nazareno,
e Virgem e Mãe, Mediador entre o Pai celeste,
Mediador ao qual se atribui se Santa a inter-
ceder por nós.

— Nalgumas dioceses fora de Roma se
inscriram no cânon da Missa muitos santos das
próprias regiões.

Desejamos acima que o cânon é parte
fixa e realmente, embora possa ser a
«Comunicação», (em único caso) sobre algumas
variações muito antigas na comemoração de Sa-
tal, Epifania, Páscoa, Pentecostes, Ascensão, com
suas orações, a saber, celebradas três missas
durante oito dias.

Papa exalta o canto sacro das crianças

(Continuação da 3.ª página)

«Talvez haja algum erro na que
esteja inquieto a propósito da aplicação de Bar-
dia aprovada pelos padres conselheiros e por se
promulgada — mofoano Paulo VI. E antes
contar: «Jus ceterum dico textu admissivo, que
lira no canto litúrgico», em particular a pes-
sagem que diz que se tomarem de mãos sacras se-
ra excomungado e culpado com a maior solenida-
dade. Proponho que este texto não seja to-
lido. Claro está que haverá, durante todo
um tratado de adaptação, mas sabemos que se
tais textos preparados e depositos a fazer
todo esforço possível em tal sentido.

Governo Arquidiocesano

11/64

Oração Imperata

A partir do resuscitamento deis arde
por tudo o que de novo, em Santa Missa
cedida se acrescenta a usque, impedia omissão
no Missal, n.º 12. — Pro quatuordecim necessitas
— nos seguintes quatuor e sedes-fides (excet-
tuando-se, porém, nos dias Intérpretes de I e II
classes e nas Missas solenes de I e II classes)
para que Nosso Senhor (homem e que se nosse
conversantes e legatadores, conselheiro e pai de
nossa Pátria e a conduta nas sendas do verda-
deiro progresso.

Mariana, 19 de abril de 1964
e Deus, Arcebispo de Mariana

D O 11.º párafo a PROLEÇÃO DE SANTA BARBARA DO ROSÁRIO, de Nova Lepanto a Incuria, salva o continente Americano
tendo sido feita a Proleção que se exalta nos 4 artigos de Santa Paula da Penitência de 11.º

Mariana, 19 de abril de 1964.
Nova Lepanto, Incruenta, Salva o Continente Americano

Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista

Rio (NCB) - Uma vitória, sem sangue, de alcance continental, foi o que, com a arma pacífica do Rosário na mão, alcançou a alma católica do Brasil.

<<O Brasil, que é e será sempre cristão, repele e repelirá sempre o comunismo ateu e materialista>>, declarou para NC, do seu leito de hospital, em plena crise político-militar, S. Em, o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro. Na véspera da Marcha da Família com Deus pela Liberdade fôra ouvida uma só vez e em seguida proibida pela censura a sua palavra animadora. Exaltava o Rosário, que estivera — disse — na mão dos combatentes da guerra do Paraguai e sustentaria sempre os brasileiros, não faltando agora, <<o Têrço, valorizando a coragem!>>

ÚNICO NO MUNDO: <O Brasil é o único exemplo, é o único País no mundo que, enfrentando a Rússia, vencedora sempre sem guerra, derrotou-a sem guerra, <<declarou o Gov. Carlos Lacerda, da Guanabara, na primeira entrevista após a Libertação. E acrescentou comovido:

"Deus não perdeu sua carteira de cidadania brasileira>>.

"Fomos apenas instrumentos da Providência Divina, disse, por sua vez, o Gov. Adhemar de Barros, de São Paulo; <<a vitória foi de Deus>>,"

A VITÓRIA

A situação-chave do Brasil no mundo cristão leva, sem dúvida à afirmação de que esta vitória súbita sôbre o Comunismo é vitória de Deus, da Igreja, do Brasil, do Continente Americano e do Mundo Cristão. teve ela vanguardeiros:

No setor religioso, o Episcopado Brasileiro, à frente os cardeais Dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Augusto, da Bahia e primás do Brasil, dos Vicente Scherer, arcebispo de Pôrto Alegre, Dom Oscar de Oliveira, de Mariana. No setor civil, incontestavelmente o Gov. Carlos Lacerda que, desarmado, em cidade sitiada pelo govêrno federal, desfraldou há anos a bandeira da Resistência ao Comunismo, conclamando a Nação à luta e lançando, recentemente, dramático apêlo a todos os Governadores de Estado; visitou pessoalmente São Paulo, Paraná e, dia 24, Minas Gerais, donde partiu, a 31, o brado da Revolta.

E finalmente, honra lhe seja, a Mulher Brasileira — com merecimento inicial do CANDE (Campanha do Mulher pela Democracia), da Guanabara, que armou com a espada do espírito a resistência, através de reuniões de esclarecimento, providencialmente à sombra de Nossa Senhora da Paz, junto da matriz dêsse nome, em Ipanema, apesar das intimidações dos Ministros da Justiça, alçando sempre a voz contra os desmandos do Govêrno Federal.

PROTEÇÃO DIVINA: Tudo se precipitou quando entrou na cena das disputas o Rosário.

Expressou-se admiravelmente a Prof.a Sandra Cavalcante, Secretária de Serviços Sociais da Guanabara, ao microfone, às primeiras horas da vitória: <<A Quinta-feira Santa viu crescer o Materialismo, falando uma língua que não interpretava os sentimentos do povo. Havia sido espalhada nos quartéis, nas escolas, nas fábricas a semente do ódio: Estava marcado o início da agonia de todo o povo cristão brasileiro, ferido com o desrespeito da própria Sexta-feira Santa! Levaram longe demais a provocação. A Páscoa da Ressurreição haveria de explodir daquele trecho do Brasil, o reduto mais fiel às tradições cristãs brasileiras: Minas Gerais. Desígnios da Providência! As mulheres mineiras foram para a rua, para que em

vez da Páscoa de sangue, que teríamos se a reação não se fizesse, tivéssemos a Páscoa da Libertação. No comício do dia 13, o pres. Goulart, tutelado pelo PC, insultou a mulher brasileira, ofendeu os brios católicos, zombou da arma dos mansos, dos humilhados, o TÊRÇO, que herdamos dos nossos antepassados e legaremos aos nossos descendentes.

O Brasil acordou. As escamas caíram dos olhos. Despertou a Páscoa da Ressurreição da Verdade dentro do nosso território. O Brasil reencontrou-se consigo mesmo>>.

O gesto das mulheres mineiras foi classificado como <<exploração da fé>>! não só pelos órgãos comunistas, que se serviram de elementos católicos mal informados ou mesmo <<conscientes>> pela esquerda, mas também pelo próprio pres. Goulart nas suas duas arengas públicas derradeiras, o Comício do dia 13 e a fala aos sargentos.

MARIA SSMA. E SÃO JOSÉ. Impossível não observar uma curiosa sucessão de quartas-feiras, dia na semana consagrada a São José, como marcos da Jornada libertadora: - dia 19 festa de São José, por isso escolhida para a Marcha da Família, em São Paulo, com invocação em praça pública do Venerável José de Anchieta e a oração da Ave-Maria à hora do Ângelus, multiplicando-se a partir de então essas Marchas por todo o Brasil; na quarta-feira seguinte, visita de Lacerda a Magalhães Pinto em Belo Horizonte; a 31 último dia do mês de São José, levante das tropas mineiras com a decisiva adesão das de S. Paulo; dia 1º de abril, quarta-feira, Vitória, com a conclamação do povo; pelo Cardeal Câmara, à Marcha do dia seguinte, <<o Têrço valorizando a coragem>>. dia 2, Marcha-monstro na Guanabara, com as bênçãos e os incentivos da Igreja, Cruzada do Rosário e CAMDE à frente, e a Ave-Maria, agora em ação de graças, rezada em praça pública por mais de um milhão de pessoas.

REFORMAS: É unânime a impressão de que podem agora fazer-se tôdas as reformas necessárias ao bem-estar do povo, uma vez que cessou a demagogia dos que as apregoavam, mas não as queriam. (Durante o janguismo, quatro projetos de Reforma agrária foram apresentadas em plenário e derrotados pela bancada do PTB). Como por encanto a agitação em tôrno do vocábulo cessou; é que ninguém duvida que os democratas encararão os assuntos com a necessária seriedade. — Podemos agora ajudar-nos uns aos outros, confessa um deputado católico, <<sem ferir nossa consciência>>...

A PENETRAÇÃO COMUNISTA

Estava de fato, o Brasil sôbre um vulcão.

Os órgãos federais, ministérios autarquias, institutos, Petrobrás, Supra, organizações estudantis, sindicatos, etc, ficaram acéfalos em todo o Brasil. Seu diretores, presidentes, sumiram ou fugiram ou foram presos: confirma-se, pois, que os postos chaves estavam em mãos dos comunistas. Inúmeros depósitos de material subversivo foram varejados sinal de que de fato, sabia-se onde tudo se achava, só não havia disposição superior para <<descobrí-los>>.

A MARCHA DA FAMÍLIA EM AÇÃO DE GRAÇAS

Caso, por certo, não acaso, foi a data memorável em que se realizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na Guanabara, planejada quando ainsa se encontrava turvo o horizonte pelas mais graves ameaças de sublevação da ordem, a tal ponto que se poderia converter aquêle desfile pacífico numa batalha sangrenta.

Nem por isso ficou adiada mas, providencialmente, foi levada a efeito na tarde fixada, de 2 de abril, seguinte à capitulação comunista, como uma verdadeira, jubilosa marcha da Vitória, constituída por êsse espetáculo até hoje nunca visto de uma multidão eletrizada, verdadeiro rio humano, de mais de milhão de pessoas de todas as classes sociais, todos os credos, todos os partidos democráticos, portando bandeiras, laços de fita verde-amarela, símbolos religiosos, a desfilar entre preces e flores, três horas ininterruptas, sem o mínimo

incidente, pela Avenida Rio Branco, num L compacto, da Candelária até a Esplanada do Castelo, em frente ao Monumento de Rio Branco, ocupando as escadarias dos Ministérios e as janelas dos prédios mesmo em construção.

O TÊRÇO LUMINOSO

Numa das altas sacadas de um grande edifício próximo da praça do comício, ostentava-se um têrço luminoso com grandes contas e uma cruz dourada, magnífico símbolo da vitória alcançada e dos intuitos patrióticos da manifestação, saudado com entusiasmo pelos transeuntes. Era o mesmo rosário em que estivera suspenso ao pescoço da imagem do Cristo Redentor, no alto do Corcovado, por ocasião da extraordinária concentração do Rosário em Família na Guanabara, promovida pelo grande apóstolo internacional da Cruzada pelo Rosário em Família.

ANEXO E - Transcrição do Programa da Frente Progressista de apoio às Reformas de Base divulgado em 6 de fevereiro de 1964

5. 27/12/1964

Revolução Necessária Dom Oscar de Oliveira

O maior acontecimento do Brasil neste 64 que se finda, foi, sem dúvida, a revolução de 31 de março.

Uma Revolução branca, graças a Deus, pois sem derramamento de sangue, fraticida. Uma Revolução branca, promissora de tranquilidade e de paz para a família brasileira. Uma Revolução, ao mesmo tempo, verde-amarela — de autêntico nacionalismo, de verdadeiro patriotismo. Uma Revolução de salvação da Terra de Santa Cruz.

Não fôra o movimento patriótico de 31 de março, o seguinte 1º de maio, <<Dia do Trabalho>>, teria sido talvez um dia de trabalhos e padecimentos, de lágrimas e de sangue, com a implantação da terrível ditadura comunista no Brasil.

E não teríamos hoje a oportunidade de bendizer aquela urgente Revolução, pois nossa voz já ter-se-ia emudecido para sempre, junto de algum <<paredon>>. Nem poderíamos entoar igrejas, porque a maioria delas teria sido arrasada, e as mais importantes hoje seriam transformadas em <<Museus do Estado>>, museus de coisas profanas.

Nosso povo, de índole pacífica, nosso povo cristão detestava e detesta o comunismo ateu, avassalador e compressor, assassino daquilo que é a maior conquista da civilização — a Liberdade. Até Deus respeita nossa liberdade, da qual, servindo-nos retamente, acumulamos méritos e altos valores espirituais.

Amargurava-nos verificar como detentores do poder abusando de sua autoridade, da qual não eram <<donos>>, trabalhavam arduamente em prol da causa iníqua, com aplausos de tantos dos quais não se poderia esperar tal façanha...

A ideologia comunista, sagaz, havia conseguido <<lavar o cérebro>> do idealismo de Pátria, de Liberdade e Cristianismo a muitos espíritos e inoculado neles o veneno de falso nacionalismo, de felicidades impossíveis.

Podemos supor que alguns patrícios agissem inconscientemente, seduzidos pelo <<canto da sereia>>, suspirando por um paraíso de venturas de tôda a ordem. Um paraíso que não fosse fechado com cêrcas duplas, arame farpado e eletrificado de alta tensão, e entremeadas, de espaço a espaço, de tôrres de vigilância, munidas de metralhadoras e canhões.

MÃO PODEROSA

Contra tamanhas desditas <<houve mão mais poderosa>>. Primeiro, a Mão de Deus, que se apiedou de nós. Êle ouviu nossas orações. Inclinou-se misericordioso às mãos que desfiavam, piedosas, Rosários à Virgem Senhora Aparecida, nossa celeste Padroeira.

<<Houve mão mais poderosa>>, a de nossas gloriosas Forças Armadas, a de heroicos cidadãos de tôdas as classes, que não mediram sacrifícios naquele dia de apreensões e angustias.

E o Brasil respirou! E as famílias se tranquilizaram, e o homem rural não teve mais que temer. E a Igreja exultou.

Era o Brasil o <<sonho dourado>> à conquista da Rússia e da China comunista. Abocanhado o <<gigante pela própria natureza>>, fácil seria o domínio marxista sôbre tôda a América Latina. Por isso, a vitória do Brasil foi também uma vitória de âmbito internacional.

RECONSTRUÇÃO

Não pode a Pátria refazer-se num dia. A reconstrução de sua vida política e econômica requer tempo. Em primeiro lugar, a redemocratização está a exigir dos homens do governo mão firme, omnímoda Justiça liberta de contemporizações comprometedoras.

Conviria talvez instituir em educandários de todos os graus uma cadeira especial de Democracia, ministrada por mestres verdadeiramente idoneos.

Há de o Governo envidar persistentes esforços no combate à inflação que tanto empobrece e avilta este país de extensão continental e de tamanha potencialidade, promovendo a produção, recuperando mercados de exportação, coibindo despesas adiáveis ou ainda desnecessárias, evitando importações de luxo.

Da parte de tantos que manejam dinheiros públicos ou exercem funções públicas se requer consciência, honestidade. Da parte do povo, em geral, economia e trabalho. Não esperar tudo do Governo, mas criar iniciativas e realizá-las em bem da coletividade num espírito de comunidade. Longe de nós toda eiva de egoísmo e de ganância. Somos a Pátria! A grandeza de uma nação não se mede por suas riquezas ou por sua extensão territorial, e sim pelo valor de seus filhos, pelo que eles realizavam em favor de sua construção. Somos devedores de nossas dedicações à Pátria. Cumpre-nos o sagrado dever de deixar às futuras gerações, exemplos dignificantes. Elas nos julgarão um dia.

Estejamos, sobretudo, alerta ante novas e perigosas investidas contra a Pátria. Não descansar sobre os louros de 31 de março. Não alimentar ilusões de que os comunistas estejam convencidos de seus fracassos. Eles não dormem. Arquitetam planos mais sagazes. Talvez substituam seus camaleônicos <<slogans>> de << Paz>> <<Liberdade>>, <<Nacionalismo>>, <<Democracia>>, <<Autodeterminação>> por outros mais subtis, por subterrâneos movimentos de contra-revolução, deturpando os ideais da Revolução de 31 Março que tanto custou aos cofres da Nação. que despertou tanto entusiasmo e ativou os brios dos verdadeiros filhos do Brasil.

7. Programa da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base divulgado em 06 de fevereiro de 1964, pelo *Correio da Manhã*.

A Frente de Apoio às Reformas de Base constitui-se com o propósito de assegurar apoio parlamentar e popular ao programa que abrange emendas à Constituição, leis ordinárias e atos de competência exclusiva do Poder Executivo destinados a permitir que se processem no país pacificamente, através da expansão e consolidação do processo democrático e sem quebra de continuidade do sistema constitucional, as Reformas de Base capazes de conciliar o desenvolvimento econômico, a emancipação do país e a melhoria efetiva do nível de vida das classes populares. Com esta finalidade, a Frente dá o apoio ao Presidente da República, Dr. João Goulart, e anuncia os seguintes pontos do programa, que constituem as aspirações comuns de todos os que nela se reúnem, sem prejuízo de outras reivindicações específicas já formuladas, pelas quais continuam a bater-se, isoladamente ou em coligações de menor âmbito, as entidades e pessoas signatárias deste documento. A Frente não tem o propósito de absorver, alterar ou enfraquecer quaisquer partidos, associações, frentes ou grupos, cujos membros achem-se nelas integrados ou não. Igualmente não pretende oferecer um programa completo, prioritário de governo, relegando a segundo plano as reivindicações e providências que nele não estejam capituladas. A Frente se limita a destacar as aspirações para as quais foi possível obter base ampla de apoio e que podem, assim sendo, converter-se a curto prazo em realidade, diminuindo as tensões internas e criando condições para o prosseguimento de uma obra renovadora de governo, por métodos democráticos. A existência e autoridade dos partidos, associações, frentes e grupos se sobrepõem de acordo com os estatutos respectivos. A presente Frente representa unicamente o compromisso recíproco de seus componentes e do

Presidente da República de darem apoio e execução ao Programa comum, consubstanciado neste documento.

I — Emendas à Constituição

Extensão do direito de voto ao analfabeto sem qualquer restrição quanto às eleições majoritárias e na forma que a lei dispuser, quanto às proporcionais.

Elegibilidade dos alistados com exclusão dos analfabetos e com a inclusão dos militares de qualquer categoria, desde que passem para a reserva ao registrarem as suas candidaturas, mesmo em se tratando de oficiais superiores.

Abolição da vitaliciedade dos professores catedráticos, sem prejuízo dos direitos adquiridos à estabilidade funcional.

Reforma dos artigos 141, 16 e 147 para permitir, nas desapropriações por interesse social, o pagamento de indenizações em títulos de valor reajustável na forma que a lei ordinária estabelecer.

II — Leis Ordinárias

Revogação do artigo 58 da Lei de Segurança Nacional e de quaisquer restrições ao registro de partidos políticos pela Justiça Eleitoral.

Revogação do Decreto 9.070 e aprovação de lei que regule, de acordo com mensagem já enviada ao Congresso, encaminhando a código de trabalho, o exercício do direito de greve.

Lei que discipline o arrendamento rural, abolindo o sistema de “meias”, “terças”, trabalho gratuito e pagamento em valores, estabelecendo, de acordo com a natureza da cultura, o arrendamento médio do solo, os máximos de renda permitidos, e conferindo ao arrendatário o direito à renovação compulsória do arrendamento, enquanto der cumprimento aos seus encargos.

Reforma do sistema tributário, fazendo recair sobre as pessoas físicas que auferem maiores rendas o maior ônus fiscal. Protegendo a pequena e a média empresa e o artesanato, estimulando o investimento privado, quando enquadrado, nos critérios seletivos e preferências estabelecidos no planejamento público, e punindo rigorosamente a sonegação fiscal, na forma de projeto já enviado ao Congresso. Inclusive através de fiscalização de contas bancárias e dos aumentos de patrimônios dos contribuintes.

Anistia para os graduados e praças das Forças Armadas e para todos os presos por motivos políticos.

Reajustamento geral e periódico dos salários e vencimento com o objetivo de elevar efetivamente o nível de vida dos trabalhadores e servidores públicos, evitando medidas em que se anulem os benefícios de reajustamento pela imediata majoração do custo de vida.

III – Atos do Executivo

Reforma Agrária

Declaração de interesses sociais para fins de desapropriação da faixa marginal das rodovias e ferrovias, obras de beneficiamento e vias navegáveis com exclusão das pequenas e médias propriedades e das áreas ocupadas com lavouras, pastagens e reservas florestais.

Adoção de medidas para o início de uma reforma agrária com o objetivo de eliminar latifúndio, dar assistência técnica sob a forma de máquinas, sementes e fertilizantes e assistência financeira através de crédito rápido e barato aos que exploram efetivamente o solo,

e entregar terras inexploradas, depois de desapropriadas regularmente, a camponeses sem terra ou com pouca terra, que nela se estabeleçam com suas famílias, para fazê-las produzir. Planejamento anual, pela SUPRA, das áreas selecionadas para a implementação da reforma agrária de acordo com os recursos disponíveis de modo a assegurar condições técnicas e financeiras ao aumento da produção e à melhoria da produtividade.

Ativação e ampliação da sindicalização rural e fiscalização nos campos do pagamento efetivo do salário legal, considerando-se o direito à desapropriação por interesse social dos estabelecimentos agrícolas que não cumprirem em grau de reincidência as obrigações recorrentes da legislação do trabalho.

Abastecimento

Combate à sonegação, ao açambarcamento, à intermediação especulativa onerosa, mediante a dinamização da CADE. Aplicação da lei de repressão ao abuso do poder econômico e à punição de crimes contra a economia popular.

Estabelecimento pela SUNAB de um plano diretor de abastecimento do país com alta prioridade para os investimentos em armazenagem, escoamento de safras e supressão de cadeias intermediárias e dos monopólios privados de produção e distribuição de artigos de consumo popular, notadamente carne, leite em pó e produtos farmacêuticos.

Subsídio, por conta do Tesouro Nacional, com a devida autorização do Congresso, para a abertura do crédito correspondente a fim de fornecer ao povo, a preços baixos e estáveis, os seguintes artigos básicos de consumo: arroz, feijão, carne, gordura, leite, tecidos populares, calçado popular e livro escolar.

Reforma Urbana

Levantamento imediato, a começar pelos grandes centros urbanos, das necessidades de habitação das classes populares. Estabelecimento para cada uma delas, em cooperação com os poderes competentes, de planos de reforma urbana que proporcionem a cada família um teto próprio, adquirido com salário ou vencimento, e que impeçam a especulação imobiliária e o enriquecimento sem causa de proprietários à custa de obras e melhoramentos públicos. Estímulo, sem privilégios cambiais ou monopólio de fato, à produção em série de casas populares para atendimento, a baixo preço e com lucros controlados, dos planos habitacionais, aprovados pelo governo.

Finanças e comércio

Contenção progressiva da inflação, paralelamente às reformas de base, mediante concentração dos recursos disponíveis em investimentos de maior impacto sobre o desenvolvimento econômico, notadamente no setor de energia elétrica (Eletrobras), da industrialização do ferro (CSN, CVRD, Usiminas, Cosipa, Ferro e Aço), dos portos (Tubarão e Cabotagem) e dos transportes (rodovias, ferrovias, navegação marítima, fluvial e aérea); controle da expansão do crédito concedido por bancos oficiais e particulares, de modo a impedir o financiamento de atividades especulativas, inclusive a defesa de preços altos e artigos de consumo interno, e favorecer a produção e o comércio de bens de produção e artigos de primeira necessidade e amplo consumo.

Reescalonamento dos débitos brasileiros no exterior, mediante negociação ou, caso se torne necessário, diante declaração unilateral de moratória, de modo a assegurar pagamento a longo prazo com uma anuidade compatível com a capacidade de pagar do país.

Monopólio do câmbio mediante repasse obrigatório ao Banco do Brasil da totalidade dos cambiais oferecidos pelos exportadores e estrita fiscalização das operações de câmbio, concluídas no mercado financeiro, inclusive o manual.

Monopólio do comércio de cana, começando pela cobertura exclusiva, através do IBC, das firmas exportadoras 100% nacionais e atingindo, tão rapidamente quanto o aparelhamento comercial permita, a exclusividade de vendas.

Política estatal de exportação de minérios, que, tendo em vista aumentar a receita cambial no país, resguarde, ao mesmo tempo, as reservas minerais raras, sobretudo os atômicos, e vincule quaisquer atividades extrativas à aceleração e integração do processo de industrialização de modo a colocar o país nas melhores condições competitivas e a valorizar o trabalho brasileiro e seu produto acabado ou semi-acabado.

Revisão e cancelamento de todas as concessões de pesquisa e lavra feitas irregularmente e conservadas inativas para fins especulativos ou de valorização futura ou reservadas para a especulação em condições monopolísticas em detrimento dos interesses do país.

Petróleo

Fortalecimento da Petrobras SA e do monopólio estatal do petróleo com a encampação das refinarias particulares e o controle da distribuição de refinados no território nacional.

Exportações

Estímulo de uma exportação mediante uma política orientada para a conquista de mercados novos e ampliação das vendas nos mercados tradicionais, inclusive com a diversificação dos produtos exportados, assegurando aos exportadores preços remuneradores do custo interno e estabilidade nos fornecimentos ao exterior.

Indústria Nacional

Defesa da indústria nacional mediante proteção aduaneira adequada e condições de financiamento que lhe permitam ocupar e desenvolver a sua capacidade de produção, exportar manufaturas brasileiras e resistir em condições vantajosas, sem o sacrifício justificado da concorrência da indústria estrangeira.

Educação e Cultura

Planejamento e aplicação dos recursos federais visando, no campo do ensino primário, à rápida erradicação do analfabetismo, a começar pela área urbana e, no campo do ensino médio, à expansão da rede de escolas públicas e à criação de centros de cultura popular.

Reforma universitária com a abolição do sistema de cátedras vitalícias e a criação de institutos, onde se processe a renovação cultural, especialmente nos campos da ciência e da tecnologia, e a participação efetiva, e em número adequado, dos estudantes na administração das universidades.

Política externa

Preservação e desenvolvimento da política externa independente com todas as suas características que não decorrem de posições ideológicas, mas da compreensão dos

interesses diretos ou indiretos do país em face das mutações da situação mundial, que conceituam como condição do desenvolvimento independente de cada povo, com respeito à sua autodeterminação e ao princípio de não intervenção, seja qual for o regime político sobre que ele se encontre, e extinção do colonialismo sobre todas as suas formas.

Participação intensa na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e na Conferência Mundial das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, intervindo nesta ativamente para a correção do processo de inferiorização de preços dos produtos primários e para maior participação dos países subdesenvolvidos no crescimento do comércio mundial.

Apoio construtivo à política de desarmamento geral e progressivo, limitação e proibição do uso e distribuição de armas nucleares e termonucleares. Coexistência pacífica sem submissão a qualquer forma de partilha geopolítica em zonas de influência, com a preservação do caráter competitivo da própria coexistência e da própria internacionalização através da ONU das formas de cooperação econômica para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.